



UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA

FACULDADE DE ARQUITECTURA

A Moda feminina no Estado Novo

A relação da Moda e da Política nos anos sessenta em Portugal

Ana Margarida Pires Valadas Pulido Garcia

Licenciada em Design de Moda

DISSERTAÇÃO PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE EM DESIGN DE MODA

Orientadora Científica:

Professora Doutora Gabriela Carvalho

Júri:

Presidente: **Doutora Cristina Figueiredo**

Vogal arguente: **Doutora Cristina Duarte**

Vogal orientadora: **Professora Doutora Gabriela Carvalho**

- Lisboa, Janeiro de 2011 -



UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA
FACULDADE DE ARQUITECTURA

A Moda feminina no Estado Novo

A relação da Moda e da Política nos anos sessenta em Portugal

Ana Margarida Pires Valadas Pulido Garcia

Licenciada em Design de Moda

DISSERTAÇÃO PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE EM DESIGN DE MODA

Orientadora Científica:

Professora Doutora Gabriela Carvalho

Júri:

Presidente: **Doutora Cristina Figueiredo**

Vogal arguente: **Doutora Cristina Duarte**

Vogal orientadora: **Professora Doutora Gabriela Carvalho**

- Lisboa, Janeiro de 2011 -

Agradecimentos

Ao meu pai, por todo o apoio ao longo da minha vida académica e não só.

Ao Simão, pelo apoio incondicional.

À minha restante família, pela paciência e compreensão.

Finalmente, à Prof. Doutora Gabriela Carvalho, orientadora da dissertação, pelas longas e interessantes conversas de História de Portugal sobre uma época que me fascina pessoalmente, por todos os recursos que me disponibilizou e ainda pela ajuda na escrita da dissertação, através das ideias e opiniões trocadas.

Resumo

A base de estudo desta investigação é a mulher portuguesa nos anos 60/70, limitada às regras de um tempo e espaço “isolados” do mundo, onde o simples e individual acto de se exprimir se tornava muito complexo e perigoso.

Em Portugal viviam-se tempos difíceis. Enquanto o resto do mundo sentia os efeitos e a euforia do fim da Segunda Grande Guerra, Portugal permanecia, e ainda por longos anos, sob as regras de um já duradouro e obsoleto sistema (iniciado em 1926) intitulado de *Estado Novo* e liderado pelo seu fundador, António de Oliveira Salazar.

As portuguesas, qualquer que fosse o seu/s estatuto/s – de mãe, mulher, dona de casa, empregada –, sentiram os efeitos e o peso do seu tempo, da história que lhes estava destinada. Até que ponto a mulher influenciou e foi influenciada pelo Estado Novo? De que maneira e com que dimensão fez parte deste movimento? Até onde lhe era permitido ir e quais as suas lutas, pensamentos e acções, a favor ou contra, a fronteira delimitada pela ditadura? Como cidadãs do nosso país, apesar das restrições impostas pelo governo, que formas usaram para se exprimir e se fazer ouvir e ver?

A moda, o vestuário é uma das muitas formas que o ser humano tem para se exprimir. É, muitas vezes, usada como objecto, ou seja, usada directa ou indirectamente para transmitir uma ideia, uma acção, um desagrado. Sendo a mulher um ser altamente consumista e vaidoso, até que ponto se terá “usado” do vestuário para atingir certos objectivos, nos anos 60 em Portugal, especificamente? Como poderá estar a moda relacionada com os acontecimentos políticos da época?

E como ficou a posição da mulher portuguesa em relação ao resto do mundo? Se fora das nossas fronteiras se vivia uma explosão de acontecimentos e nós ficámos “parados” no tempo, quando alcançámos o tal “boom”? E como foi?

Pretende-se, com esta investigação, responder a todas estas dúvidas históricas tendo, sempre, o vestuário feminino como objecto central e crucial de estudo. O objectivo é, assim, conseguir uma relação entre a mulher portuguesa e o seu vestuário com a política de outrora (anos 60/70), e tentar provar a importância de tal ligação.

Abstract

The Portuguese woman of the 60s/70s is the subject of this study. Because they were limited to the rules of a time and space "isolated" of the world, where a simple and individual act of expression became very complex and dangerous.

Portugal lived in difficult times. While the rest of the world felt the effects and the euphoria of the end of World War II Portugal remained, and still for many years, under the rules of a lasting and obsolete system (started in 1926) entitled Estado Novo and led by his founder, António de Oliveira Salazar.

The Portuguese women, whatever was their status - mother, wife, homemaker, employed - felt the effects and the weight of their time, the story that/who was destined to them. Until which point women influenced and were influenced by the system? How and how much women were part of this movement? How far away was allowed to them go and what were their struggles, thoughts and actions in favor or against the boundary delimited by the dictatorship? As citizens of our country, despite the restrictions imposed by the government, what were the forms used to express and be heard and see?

The clothing is one of many ways that human beings have to express themselves. It is often used as an object, or used directly or indirectly to convey an idea, an action, a dislike. Being the woman a highly consumerist and vain being, how she "used" the clothing to achieve certain objectives, in 60 years in Portugal, specifically? How fashion can be connected with the political events of that era?

And how was the position of Portuguese women in the rest of the world? If an explosion of events was happening outside our borders and we were "stuck" in time, when we reached that boom? How was it?

We intended, with this investigation, answer all these historical questions, and always with women's clothing as central and crucial subject of study. The aim is thus to achieve a relationship between the Portuguese woman and her clothing with the policy of the past (years 60/70), and try to prove the importance of such a link.

Palavras-chave

Moda
Anos 60/70
Mulher
Estado Novo
Portugal

Keywords

Fashion
Years 60/70
Woman
Estado Novo
Portugal

Glossário

Estado Novo

“Regime político instituído sob a direcção de António de Oliveira Salazar, e que vigorou em Portugal sem interrupção, embora com alterações de forma e conteúdo, desde 1933 até 1974, nalguns aspectos semelhante aos regimes instituídos por Benito Mussolini na Itália e por Adolf Hitler na Alemanha, mas também com significativas diferenças em relação aos mesmos. Podem inventariar-se, sem preocupação de se ser exaustivo, as seguintes características essenciais do Estado Novo português:

1. O culto do Chefe, Salazar (e depois, sem grande êxito, Marcello Caetano), mas um chefe paternal, de falas mansas mas austero, eremita "casado com a Nação", sem as poses bombásticas e militaristas dos seus congéneres Franco, Mussolini ou Hitler;
2. Uma ideologia com forte componente católica, associando-se o regime à Igreja Católica através de uma Concordata que a esta concede vastos privilégios, bem diferente do paganismo hitleriano;
3. Uma aversão declarada ao liberalismo político, apesar da existência de uma Assembleia Nacional e de uma Câmara Corporativa com alguma liberdade de palavra, mas representando apenas os sectores apoiantes do regime, organizados numa União Nacional, que Caetano mudará em Acção Nacional Popular (com excepção do curto período em que nela esteve integrada uma "ala liberal", numa fase crítica de fim de regime, a unanimidade será a tónica destes órgãos);
4. Um serviço de censura prévia às publicações periódicas, emissões de rádio e de televisão, e de fiscalização de publicações não periódicas nacionais e estrangeiras, velando permanentemente pela pureza doutrinária das ideias expostas e pela defesa da moral e dos bons costumes;
5. Uma polícia política (PVDE, mais tarde PIDE e no final do regime DGS), omnipresente e detentora de grande poder, que reprime de acordo com critérios de selectividade, nunca se responsabilizando por crimes de massas, ao contrário das suas congéneres italiana e especialmente alemã;

6. Um projecto nacionalista e colonial que pretende manter à sombra da bandeira portuguesa vastos territórios dispersos por vários continentes, "do Minho a Timor", mas rejeitando a ideia da conquista de novos territórios (ao contrário do expansionismo do Eixo) e que é mesmo vítima da política de conquista alheia (caso de Timor) e no qual radica a manutenção de uma longa guerra colonial;

7. Um discurso e uma prática anticomunistas, não apenas na ordem interna como na externa, que leva Salazar, por um lado, a assinar um pacto com a vizinha Espanha franquista e, por outro, a hesitar longamente entre o Eixo e as democracias durante a Segunda Guerra Mundial;

8. Uma economia tutelada por cartéis constituídos à sombra do Governo, detentores de grandes privilégios, fechada ao exterior, receosa da inovação e do desenvolvimento, que só admitirá a entrada de capitais estrangeiros numa fase tardia da história do regime;

9. Uma forte tutela sobre o movimento sindical, apertado nas malhas de um sistema corporativo que procura conciliar harmoniosamente os interesses do operariado e do patronato.

O Estado Novo sofrerá diversos abalos provocados quer pelas tentações golpistas de forças de carácter abertamente fascista, à sua direita (Nacionais-Sindicalistas), quer pelas conspirações putschistas dos reviralhistas republicanos, repetidamente frustradas, quer pela acção das forças políticas que periodicamente se candidatam a eleições (nomeadamente em 1958, com o General Humberto Delgado), mas acabará por cair por acção de uma conspiração militar dirigida pelo Movimento das Forças Armadas, em 25 de Abril de 1974.”

(Infopédia, Porto Editora)

Censura

“A censura é um instrumento usado por regimes totalitários para impedir que a imprensa e outros meios de difusão de mensagens, incluindo as criativas, como as da arte (pintura, escultura, música, teatro, cinema...) possam pôr em causa a ideologia vigente e fomentar a consciencialização para qualquer revolta contra o regime.

A censura fez parte integrante da nossa História, imperou em muitos períodos, constituiu uma arma de defesa da Igreja e do Estado.

Em Junho de 1926, na sequência do golpe militar de 28 de Maio, é instituído um regime de censura prévia. Em 1933, a censura é legalmente instituída através da Constituição e do decreto-lei nº22469. Mais tarde, a Lei nº150/72 prevê que os artigos para publicação tenham uma das seguintes anotações: "autorizado", "autorizado com cortes", "suspensão", "demorado", ou "proibido". Durante o Estado Novo, a censura esteve sempre activíssima em todas as vertentes culturais. Na imprensa periódica (onde ficou conhecida por "lápiz azul") suprimia, alterava, cortava palavras, expressões ou parágrafos inteiros, adia ou impedia a saída de notícias...

A Comissão do Livro Negro do Fascismo afirmou, em 1984, que durante o regime Salazar/Caetano foram proibidas cerca de 3300 obras.

Escondidos e vendidos apenas a clientes de confiança, em determinadas livrarias era possível adquirir os livros proibidos, numa espécie de jogo do polícia e ladrão.

A luta contra a censura foi feita através da Imprensa escrita, em suplementos literários ou juvenis, nas tertúlias, na imprensa clandestina... mas só a Revolução de Abril de 1974 pôs fim à censura em Portugal.”

(Infopédia, Porto Editora)

Charles Maurras

(20 de Abril de 1868 - 16 de Novembro de 1952)

“Poeta monarquista francês, jornalista, dirigente e principal fundador do jornal nacionalista, anti-semita e germanófono. Envolvido politicamente através da *Action Française* e teórico do nacionalismo integral. (...) Salazar estudou as suas ideias, que confessou terem sido de relevante influência na sua formação política.”

(Wapedia)

O que Salazar mais apreciava em Maurras era a beleza da forma, da força, do rigor da construção, a ordem do seu espírito e o seu método – confessa, um dia, a Charles Oulmont.

Ploncard d'Assac (1989[1967]:34)

Nacional-sindicalismo

O Movimento Nacional Socialista (MNS) era um movimento político conhecido também pela designação "camisas azuis", que usavam como uniforme. Era um movimento de inspiração católica (usavam a Cruz de Cristo como símbolo máximo). Fizeram comícios uniformizados, durante os quais utilizavam a saudação romana em voga nas organizações nacionalistas da época, conseguindo forte apoio nas universidades e na oficialidade mais jovem do Exército português. É um movimento influenciado pela Doutrina Social da Igreja, pelo personalismo cristão e pelo Integralismo (Integralismo Lusitano) que pretendia estabelecer uma representação orgânica - municipalista e sindicalista - em Portugal, opondo-se ao comunismo, ao capitalismo liberal e ao fascismo.

(Costa Pinto, 1994)

corporativismo

“O corporativismo é uma forma de organização político-económica das sociedades, que se distancia das outras (que vão desde o dirigismo estatal puro até ao liberalismo radical) pelo facto de implicar a existência das denominadas corporações.

As corporações são corpos profissionais que assumem o controlo dos principais aspectos da economia, ficando o Estado sem intervenção relevante a esse nível. De acordo com o sistema corporativista, as corporações correspondem a instituições que podem ter vários tipos de carácter: económico, moral e cultural. Entre as instituições de carácter económico associadas ao corporativismo podem destacar-se os sindicatos (associações profissionais sectoriais cujo principal objectivo é a defesa dos interesses

económicos e profissionais dos elementos que os compõem), os grémios, as associações de comércio, as associações da indústria, as associações da agricultura, etc. Relativamente às instituições de carácter moral no âmbito do Corporativismo podem referir-se as misericórdias, as associações de assistência, etc. Finalmente, no que concerne a instituições de carácter cultural, o corporativismo pressupõe a atribuições de poderes a universidades, academias, etc.

Tendo em conta o referido, pode dizer-se que o corporativismo preconiza a renúncia do Estado a um conjunto de poderes a todos os níveis da vida política, económica e social, bem como da luta de classes, aspecto fundamental da doutrina socialista, designadamente do raciocínio de Karl Marx. De acordo com o corporativismo, a luta de classes não faz sentido na medida em que os sectores de actividade se organizariam em comunidades de trabalho sem qualquer oposição entre as classes sociais. De facto, de acordo com o corporativismo, essa organização institucional provocaria uma forte solidariedade entre os interesses corporativos.

Em Portugal, o regime salazarista baseou-se fortemente no corporativismo, embora na prática, e tal como aconteceu noutras experiências de implementação desse sistema, o Estado tenha exercido um forte controlo sobre as corporações, facto que se traduziu na implementação de um sistema de dirigismo estatal mais do que corporativista”.

(Infopédia, Porto Editora)

Geração de Orpheu

A Geração de Orpheu foi o grupo responsável pela introdução do Modernismo nas artes e letras portuguesas: seguindo as vanguardas europeias do início do século XX, nomeadamente o Futurismo.

Os homens da Orpheu propuseram-se, de acordo com uma citação de Maiakovsky que Almada Negreiros terá usado para caracterizar o Grupo, "dar uma bofetada no gosto público". Apesar disto, mantiveram influências de movimentos anteriores, tal como o Simbolismo e o Impressionismo.

Poetas como Fernando Pessoa, Mário de Sá-Carneiro, Almada Negreiros, e pintores como Amadeo de Souza-Cardoso e Santa Rita Pintor reuniram-se em volta duma revista

de arte e literatura cuja principal função era abanar as águas, agitar, subverter, escandalizar o burguês e pôr todas as convenções sociais em causa: o próprio nome "Orpheu" não fôra escolhido por obra do acaso - Orpheu era o mítico músico grego que, para salvar a sua mulher Eurydice do Hades, teria de a trazer de volta ao mundo dos vivos sem nunca olhar para trás.

E era essa metáfora que importava aos homens da Orpheu, esse não olhar para trás, esse esquecer, esse olvidar do passado para concentrar as atenções e as forças no caminho para diante, no futuro, na "edificação do Portugal do séc. XX" (Almada Negreiros). A Geração de Orpheu não contribuiu só para a modernização da Arte em Portugal mas foi responsável pela divulgação de alguns dos melhores artistas do mundo¹.

Catarina Eufémia

(13 de Fevereiro de 1928 — 19 de Maio de 1954)

Ceifeira alentejana, natural de Baleizão, concelho e distrito de Beja. Era uma assalariada rural pobre e analfabeta, como tantas outras mulheres do seu Alentejo natal.

A sua vida teria sido anónima e esquecida como a de tantos outros alentejanos da sua condição se não tivesse acabado em circunstâncias tenebrosas, guindando-a a símbolo da resistência e contestação ao regime salazarista.

No dia 19 de Maio de 1954 na aldeia de Baleizão, Catarina, juntamente com um grupo de mais 13 ceifeiras dirigiu-se ao feitor para reivindicar, entre outras pretensões, um aumento da jorna (salário de um dia de trabalho) na campanha da ceifa. No entanto, a GNR apareceu, como tantas outras vezes, acabando por intervir duramente. Para além dos tiros para o ar, de intimidação e para dispersar a concentração de camponeses, outros houve que tiveram um destino mais cruel e sangrento. De facto, o tenente Carrajola, da GNR, no caminho do grupo de assalariados para a casa do patrão, matara Catarina Eufémia com vários tiros. Esta encontrava-se com o filho mais novo de três, com apenas 8 meses, ao colo quando caiu no chão.

¹ Centro de investigação para tecnologias interactivas [s.d.]
Leão (2009)

Catarina tornou-se, depois da sua morte trágica, como um símbolo de Baleizão, dos trabalhadores explorados e dos opositores ao regime Salazarista, principalmente entre o Partido Comunista Português, como um modelo de mulher, mãe e militante (apesar de nunca ter pertencido oficialmente ao partido).

(Infopédia, Porto Editora)

Índice

	pág.
Resumo	I
Palavras-Chave	III
Glossário	IV
1. Introdução	1
2. Moda e a Política/ Moda e o Estado Novo	3
3. Estado Novo	18
3.1 António de Oliveira Salazar	24
4. Figuras relevantes durante o regime do Estado Novo	38
5. Cronologia	40
6. As classes sociais em Portugal (durante o Salazarismo)	
6.1. A posição social da mulher	41
6.2. As elites e as massas – Quais as diferenças?	47
7. Posição da mulher num Portugal Salazarista	55
7.1. As organizações governamentais femininas durante o Estado Novo	76
8. A mulher na “luta”	80
8.1. Os movimentos oposicionistas feministas	87
8.2. As clandestinas	90
9. A mulher rural e a cidadina durante a década de 70: As desigualdades geográficas e sociais	94
9.1. Cidade vs Campo	96
10. A Política na moda após o 25 de Abril	123

11. Conclusão	125
Referências Bibliográficas	127
Bibliografia	131

Introdução

A moda é um movimento sociocultural que expressa os valores da sociedade num determinado tempo e espaço. Ao olharmos para uma pessoa e para o que traz vestido podemos perceber o seu estilo, hábitos, costumes, personalidade e até o seu estado de espírito. Muitos de nós, e muitas vezes, nem temos a noção da dimensão, importância e, conseqüente, influência que este fenómeno tem nas nossas vidas.

O vestir transmite comportamentos, interesses, educação e dele podemos extrair diversas conclusões do ser humano e até da nossa história. Podemos ir mais longe, arriscar e dizer mesmo que a moda é uma ciência social, já que observar a moda de cada sociedade acaba por ser uma análise desta e dos factos humanos.

A moda está interligada um pouco com tudo o que nos rodeia e ajuda-nos a compreender muitos acontecimentos pela forma de expressão que é. A maneira de vestir tem sempre uma relação com o momento que se vive e tem, assim, uma conseqüente explicação. A moda reflecte sentimentos e momentos.

Podendo sempre relacionar, de alguma maneira, a moda com todas as áreas, considerando-a, como provámos há pouco, como uma ciência social, sendo a política uma outra ciência social e, termos vivido uma época específica em Portugal bastante intensa a nível destes dois movimentos, parece-me bastante interessante confrontar os dois e obter algumas conclusões a nível de relações e de acontecimentos desencadeados.

Nada melhor que analisar uma época marcante da história do nosso país, através de um olhar diferente, a moda. E nada nem ninguém expressa tão bem os costumes e sentimentos através do vestir como a mulher, é a partir dela que a nossa investigação arranca e vai, futuramente, desenvolver-se.

É no vestuário feminino que sempre se observam maiores mudanças e radicalismos, por ter mais opções de coordenação, pelos acessórios que realçam um estilo, pela maneira como a mulher usa a moda, a “move” e cria uma personalidade e atitude através da forma de vestir.

O tempo histórico escolhido para desenvolver esta investigação assenta nos finais dos anos 60/ anos 70, últimos anos do Estado Novo, sistema que nos impõe algumas restrições quanto à pesquisa. Uma das características da ditadura salazarista era, precisamente, a censura e, sendo a moda uma forma de expressão, todo o material da época que encontramos para a nossa investigação cai na hipótese de não estar de acordo com a realidade dos factos a 100%. Todo o material bibliográfico ou de qualquer outro tipo pode estar censurado e, de certa forma, manipulado. Há ainda o facto do Estado Novo estar sob um regime sumamente conservador, ou seja, há a hipótese de haver dois tipos de moda na altura, a “desejada” e a “permitida”. Até que ponto o sistema deixa Portugal desenvolver a sua moda? E que haja publicações que mostrem o desenvolvimento e actualização desta? A investigação encontrará bastantes barreiras em termos de pesquisa para construir o ‘estado da arte’ e terá, portanto, muitas vezes, de tomar o caminho da observação e do senso comum, não se limitando apenas a bibliografia, mas procurando imagens e testemunhos desse período.

Quanto a bibliografia, além da leitura óbvia de tudo sobre moda da época, pretende-se, também, o apoio de outras áreas diversas para uma melhor e mais completa análise dos Portugueses, dos seus costumes e comportamentos, nos anos 60. Pensa-se que, através desta análise sociológica, antropológica e histórica da mulher e da política seja possível chegar, de uma forma indirecta e através do senso comum, a algumas conclusões quanto e ao porquê do que se vestia.

Moda e a Política/ Moda e o Estado Novo

“Cada vez mais a moda tem a componente de fazer passar mensagens. Quando o ambiente está negro fazemos colecções com glamour, positivos. Um acto político é usar, nas colecções, peles sintéticas em vez de peles verdadeiras. A moda não é só estética, é conceito, é mensagem”.

Rita Salazar
Designer de Moda

“ A moda é política, é macro economia, não se trata apenas de vaidades”.

Paulo Gomes,
Director artístico da Moda Lisboa

“Moda é uma corrente de ideias representadas pelas formas e pelas cores de diversos objectos e orientada numa direcção conforme um tipo dado. A moda não exerce somente a sua influência sobre as formas do vestuário, mas em todas as concepções do homem relativamente à aparência das coisas. Domina o nosso gosto na construção das casas, no estilo literário, na música, na pintura e mesmo nas formas do corpo humano”.

Ramalho Ortigão,
Escritor Português (final séc. XIX, inícios séc. XX)

A política, segundo Salazar, é a *“acção tendente a criar a consciência geral da bondade das soluções, para que a acção governativa se desenvolva em ambiente esclarecido e favorável ao estudo e discussão das questões, à informação dos factos que as originam e condicionam, à sugestão das soluções possíveis ou convenientes, à defesa dos princípios em causa, à apreciação das limitações existentes – tudo isto é, acção política, tudo isto é política. Em tal sentido, em tais termos, com tal objectivo, a política foi sempre não só útil, mas necessária, e é-o sobretudo no Estado Moderno, seja qual for a sua constituição”*¹.

¹ Ploncard d’Assac (1989[1967]:225)

“A política não é uma ciência, é uma arte, ou seja, um território de opiniões plausíveis” (Carvalho Homem)².

A política é a arte de governar, de organizar. É o “conjunto dos princípios e dos objectivos que servem de guia a tomadas de decisão e que fornecem a base da planificação de actividades em determinado domínio”³. A moda é uma forma de organização, de distinção, de separação de grupos por classes sociais, idades, profissões.

Estas duas artes influenciam-se mutuamente. Neste capítulo da nossa investigação o objectivo será tentar provar a relação da moda em especial com a política do Estado Novo.

- **De que maneira os ideais, as características do Estado Novo influenciaram a moda como arte?**

Portugal era, basicamente, um país simples e pobre, como vamos comprovar no capítulo seguinte ao analisarmos as características do regime do estado Novo e o seu líder. Os portugueses viviam encarcerados num estado de espírito triste e modesto, sem grandes ambições, e a moda não era excepção. “*O branco e o preto são os tons preferidos pelos portugueses para as suas roupas, os seus carros, as suas casas, os seus quadros, os seus repousos. Pela tristeza atingimos a paz interior, a nossa forma de felicidade, de alegria; daí cultivamos o saudosismo, o romantismo, o messianismo, o fatalismo. Lavamo-nos no choro, deleitamo-nos na desgraça, adiamo-nos na espera*” (DaCosta, 1998:41)

Talvez mesmo os próprios portugueses puxassem mais para a estagnação de um povo, com o seu negativismo, do que Salazar e o seu governo. DaCosta descreve a nossa tristeza como “*mais sombria do que dolorosa, mais de mágoa que de sofrimento, de sonho que de realidade; não é lancinante, é aconchegante. Sofremos porque temos pena de nós próprios. Gostamos de imaginar-nos os seres mais incompreendidos, mais infelizes do mundo*”⁴. Até a música – que tem o poder de estimular sentimentos, positivos ou negativos – que escolhemos ouvir foi o fado. Salazar costumava dizer que “*os fados amolecem o carácter português, esvaziam a alma e as suas energias e incitam à inacção*”.

² Actas dos 2^{os} cursos internacionais de verão de cascais (1995)

³ Infopédia, *Política* (15 Fev 2010)

⁴ DaCosta (1998:42)

A moda só pode surgir, desenvolver-se devido a um conjunto de factores. Era preciso “*que o ‘moderno’ fosse aceite e desejado, que o presente fosse considerado mais prestigioso que o passado, que houvesse uma excepcional dignificação das novidades*” (Lipovetsky, 1989:82). O estado, sendo quem rege um país, é óbvio que condiciona muitos desses factores. O estado português, com o seu carácter tradicional, pouco ou nada patrocinou o desenvolvimento da moda como sistema.

O meio português, em vez de facilitar o exercício das faculdades criadoras do indivíduo e de contribuir para o seu desenvolvimento, estiolava-as, quando não impedia por completo as suas manifestações. “*Muita da nossa gente – diz Azeredo Perdigão⁵ – pensa que criticar é destruir. Os portugueses são muito pedinchas. Pedem favor, pedem dinheiro, pedem ao governo, pedem a deus*”⁶.

- **Como uma arte caracterizada por efémera (moda) se relacionou com um regime duradouro como o Estado Novo?**

“*De uma eterna juventude a moda acompanha o tempo e perpetua-se através dele. Ela é o espelho ou reflexo da alma de uma época*” (Yves Saint Laurent)⁷.

Ainda falando no nosso povo melancólico Salazar discursa: “*O nosso passado heróico pesa demais no nosso presente. Temos o gosto doentio do que é estrangeiro, a ignorância, ou o desprezo, do que é português. Somos um país pobre, doente, que não suporta facilmente grandes injeções de sangue novo*”⁸.

Tem-se visto ao longo da história que os momentos mais críticos e difíceis da humanidade são também os de maior intensidade criativa. Muitos estilos revolucionários nascem do panorama crítico causado pelas dificuldades que os povos enfrentam, do descontentamento causado por líderes cada vez menos democratas.

Segundo DaCosta (1998:154) Salazar vê a moda apenas como um “*bezerro de ouro da democracia*”, juntamente com a “*permissividade, a demagogia, o desperdício, o*

⁵ Ver em anexo de “figuras relevantes”

⁶ DaCosta (1998:169)

⁷ Batista (2007:2)

⁸ DaCosta (1998:154)

igualitarismo e o consumismo”. “*Tudo o que muda perde o valor*” – lia-se ainda num poema do século XII, na estrita continuidade da mentalidade tradicional.

Mas a significação da ‘mudança’ em matéria cultural acabaria por se inverter. Segundo Lipovetsky (1989:82) “o que, até então, inspirava medo e desconfiança, tornou-se valor social, aspecto de valor social, objecto de paixões desenfreadas nos círculos superiores”. A inconstância da moda testemunha que se saiu, ainda que muito parcialmente, do sistema clássico em que nos encontrávamos. Um valor mundano inédito irradia-se agora: o Novo. Lipovetsky haveria de afirmar ainda que a moda não existe nunca sem a subversão da relação com o devir histórico e com o efémero.

A moda era, despropositadamente, usada como sistema de regulação e de pressão social mas, ao longo dos anos com a crescente necessidade que as pessoas foram sentindo de se libertar, de enaltecer a sua individualidade e de se afirmarem, houve necessidade de uma ruptura com a tradição. A moda torna-se um dos principais meios de representação da personalidade e ganha nova importância no mundo das mulheres para nunca mais parar de crescer.

- **E as próprias mulheres? De que maneira usaram a sua maior força de expressão de então (a moda) a favor ou contra a política Salazarista? De que maneira a moda expressa o estado de espírito de um país?**

Historicamente relegadas a um papel social menos importante, as mulheres passaram a ter um papel protagonista como motores (impulsoras, pilares) de uma sociedade em crise, onde os homens lutavam entre si (Batista:2007).

A mulher, ignorada muitas vezes usando as medidas ditas normais sentiu necessidade de recorrer a outros recursos para se manifestar. Ao se aperceber que o seu vestuário chama bastante a atenção começa a usá-lo como forma de expressão, para se fazer “ver e ouvir”.

Surgem os movimentos de contra cultura com a geração beat – poesia anti-intelectualista com tradição boémia. Punks e hippies invadem agora o cenário tipicamente tradicional e bairrista da cidade de Lisboa, muito suavemente porque ainda nem tudo se permitia.

Mas foi a música a via de maior alcance. Folk, blue e rock'n-roll expressavam, através das suas letras, a rebeldia e o descontentamento. A tentativa de ingresso na política deu-se com a criação de partidos clandestinos, como o partido comunista, em que a mulher e a juventude eram bastante activas.

Pode dizer-se que a contracultura assumiu duas vertentes. Uma delas é a atitude hippie, onde o confronto é o distanciamento da sociedade comum. Na outra, assume-se um carácter militante, clandestino e até terrorista, é o estereótipo do guerrilheiro.

Apesar da forte componente musical e de estilos, acompanhada de movimentos que se sentiram na época, em Portugal, ao procurarmos histórias/relatos/provas da ligação directa entre as duas áreas em questão, na era do Estado Novo, o que mais encontramos e onde realmente se comprovou uma maior influência da moda na política foi no caso do ensino, mais propriamente no ensino superior.

As mulheres ocuparam um lugar de subalternidade nas universidades portuguesas durante muitos anos. Constituía uma minoria, mas, a partir dos finais da década de cinquenta e inícios da década de sessenta, a percentagem de elementos do sexo feminino tem vindo sempre a aumentar. Também a nível simbólico era evidente o seu lugar secundário, a mulher ainda se encontrava presa a muitos preconceitos, ao contrário do homem, as liberdades de ambos não se comparavam nem discutiam. Até à década de 1950 não lhes é permitido sequer envergar a capa e batina, até então destinada exclusivamente a uso masculino.

Os meios de comunicação começam a dar conta do choque de permissões entre rapazes e raparigas nas universidades. Dando cobertura jornalística ao assunto, a revista *Flama* questiona: “Há ou não diferenças no tratamento e no convívio social entre rapazes e raparigas em Coimbra? A mulher que estuda é, principalmente, mulher ou estudante?” (Revista Flama, 1954, 353)⁹.

Paula Fonseca, membro da AEIST da altura, recorda a conclusão a que chegou depois de uma reunião com as alunas do técnico. Quando confrontadas com a hipótese da extinção da “sala das raparigas”, para que houvesse uma quebra do preconceito existente ainda à volta

⁹ Caminhos da memória (9.Abr.2009)

dos convívios mistos, estas tiveram uma reacção inesperada e que ia completamente contra o que sempre se queixaram. Revoltaram-se dizendo que necessitavam desse espaço só seu, à parte do universo masculino. Queria a mulher, afinal, a igualdade de costumes?

Como se apercebeu Paula, “não era uma questão feminina, de espelhos, nem de sofás”, mas sim a necessidade de um “espaço onde se pudesse estar. (...) Foi isso que eu não percebi porque nós, na Associação, usávamos calças, partilhávamos a garrafa de água, o pastel de nata”. O que estava em causa, portanto, era a persistência junto das estudantes de códigos morais em desacerto com as posturas mais descontraídas e igualitárias que animavam o movimento associativo estudantil. Se a isto se juntarem os fundamentos sócio-culturais, bem como o freio colocado às condutas hedonísticas e anti-hierárquicas por vários campos oposicionistas – entendidas como inconciliáveis com os cuidados conspirativos e com a abnegação exigida pela causa “antifascista” – temos aí uma razão sumária que ajuda a explicar o facto de o feminismo ter permanecido, no meio estudantil destes anos, uma reivindicação bloqueada¹⁰.

Numa outra reportagem, do jornal *República*, publicada em 1973, Álvaro Guerra relatava uma Coimbra onde o estudante perdera o seu “estatuto especial e passara a integrar-se de modo regular e discreto nas estruturas sociais da cidade. Uma Coimbra sem capa, batina nem a polémica praxe.

O que é que a situação política de Portugal tem a ver com a extinção deste traje? Supostamente nada, pois o Estado Novo com nenhuma destas decisões concordou. No entanto, temos que ver, que uma Universidade vive de estudantes, de jovens portanto. Se estes eram o grupo mais contestatário da época, difícil seria manter uma instituição, composta por eles, sem as regras deles.

Os mais novos lutavam há anos, com o apoio do Partido Comunista, contra os preconceitos, contra as desigualdades sociais e de sexo. O acabar com o uso da batina e com as praxes foi a forma viável de concretizarem o que não conseguiam por vias gerais. Já que não tinham a possibilidade de libertar todo um país, que se libertassem entre si, dentro do seu mundo, onde ainda tinham algum poder de decisão – a Faculdade.

¹⁰ Ibid

“O romantismo exterior e folclórico representado por o trajo negro foi-se esbatendo, substituído pelos “jeans”, pela camisola e, à medida que a própria evolução urbanística da cidade ia rompendo o “gheto” académico, escasseava a rapadela, sumiam-se fitas e grelo, laicizar-se-ia¹¹ o trajar” (R, 1973, 15306). Já em 1970, a revista *Capa e Batina* se havia regozijado com o desaparecimento da praxe, aproveitando a ocasião para descrever pejorativamente a velha Coimbra, que “após as seis da tarde era apenas o reino dos doutores”, com trupes que “calcorreavam as ruas da cidade” levando “consigo muitas vezes o chamado “cão de fila”, um caloiro que se prestava à tarefa de indicar aos “doutores” os seus (dele) colegas” (Capa e Batina, 1970, 35).

Analisando a comunidade académica coimbrã, António Rodrigues Lopes divide as contestações nela ocorridas entre “endógenas”, isto é, provenientes da sociedade tradicional coimbrã, e “exógenas”, que obedeceriam a “projectos estranhos à dinâmica tradicional”, concluindo que as movimentações estudantis dos anos sessenta “foram meros detalhes dum projecto mais vasto no contexto da “contestação” de influência exógena”, cujo ponto alto teria sido em 1969 com o “plano de captura do poder político da Sociedade Tradicional – a Praxe – promovendo em seguida o seu funcionamento em sentido inverso”. Nesta linha de raciocínio, o movimento estudantil aparece como o agente activo de um plano de dissolução aparentemente anárquico mas bem montado, visando contaminar a pureza da comunidade académica com finalidades “artificiais”, e provocando, nas palavras de Rodrigues Lopes, “um etnocídio” (1982: 242 e 320)”¹².

A moda é um fenómeno que capta e segue em direcção aos desejos ocultos de uma sociedade, caracterizando-se como um espelho da história no seu ambiente social, político, económico e cultural. Deste modo, considera-se que a moda foi um meio de luta imprescindível numa altura da história em que nos encontrávamos sob um regime altamente controlador.

Em Portugal, durante quase todo o século, as lutas pela cidadania feminina foram envoltas por vários obstáculos, preconceito e desrespeito. As dificuldades encaradas pelas mulheres

¹¹ Simplificar-se-ia

¹² Cardina [s.d.]

para obterem sua participação plena na sociedade foram infinitamente grandes, independentes da classe social a que pertencessem.

Contudo, não foi sem razão que o século XX foi chamado de “século das mulheres” período em que muitas de suas reivindicações foram finalmente atendidas. Evidentemente, a moda dessa época irrompeu intimamente às questões psicológicas mais subterrâneas dos anseios femininos, afirmando as conquistas das mulheres nas décadas do século XX.

Mais adiante¹³ aprofundaremos melhor a luta da mulher portuguesa pelos seus direitos, inserida num cenário ainda mais difícil, tendo em conta o regime tradicional e autoritário do Estado Novo.

- **A moda aplicada à política. A importância da imagem/moda na política vigente.**

Esta alínea não trata propriamente de moda feminina, no entanto será curioso avaliar a importância da moda, da imagem na política, imagem que quase nem damos conta mas que é bastante importante para propaganda.

A moda é notória na política através do marketing político, por exemplo. Depois de tentar converter o máximo de cidadãos possível através dos ideais, os governos tratam de vender o “produto” aos restantes sob a melhor embalagem possível – isto é marketing político. Através das vestes, Salazar vendia o seu patriotismo, simplicidade, perspicácia, elegância, por exemplo.

Charles d’Ydewalle, em 1948, repara em Salazar e descreve: *“Diviso somente um gentleman de mãos aristocráticas que veste uma finíssima camisa creme e um casaco assertado, muito Sackville Row. Dir-se-ia um anúncio apostólico vestido por Londres, talvez um latino habituado a manipular dollars, com facilíma facilidade de trato, uma educação requintada, parecendo ter todo o tempo para me receber, um homem mundano, sem gestos, sem nunca descruzar as pernas”*¹⁴.

¹³ Capítulo “a mulher na luta”

¹⁴ Ploncard d’Assac (1989[1967]:187)

A política muda de registo, a sedução faz agora parte dela: os dirigentes passam a ter uma *“imagem de marca simpática, calorosa, competente (...), tudo é utilizado para reforçar ou corrigir uma imagem, para suscitar, para lá das causas racionais, um fenómeno de atracção emocional”* (Lipovetsky, 1989:266).

O Estado Novo usa a imagem como propaganda do regime. São populares os cartazes políticos em que o traje militar é evidenciado (mocidade portuguesa, movimento feminino, guerra colonial, etc.), devido à forte componente militar em que se baseia este governo, e ainda mais a partir dos anos 60, com a guerra colonial.

O mundo apercebeu-se que a comunicação política devia começar a entrar na onda, *“é preciso divertimento e comunicação criativa; doravante, assiste-se à multiplicação de cartazes e slogans de tonalidade afectiva, emocional e psicológica (...). Já não basta dizer a verdade, é preciso dizê-la sem enfado, com imaginação, elegância e humor (...).*

O processo da moda reestruturou a comunicação política: ninguém entra aqui se não for sedutor e descontraído, a competição democrática passa pelos paraísos artificiais do entertainment, da aparência, de personalidade mediática (...).

A “politica-show” não se contenta em anestesiar o cidadão através do divertimento, vai ao ponto de transformar os conteúdos da vida política: porque é preciso atingir o mais vasto eleitorado, os discursos políticos tem tendência a apagar os aspectos mais controversos dos seus programas, a procurar uma plataforma indolor, satisfatória para quase todos (...).

Desde há muito se sabe que os media dificilmente conseguem sacudir os cidadãos convencidos e que reforçam mais as opiniões do que as perturbam, sabe-se igualmente que desempenham um papel não desprezível sobre essa categoria de eleitores que são os hesitantes, os indivíduos pouco motivados pela vida política. É nesse sector da população que se exerce em pleno o processo da sedução” (Lipovetsky, 1989:268).

A moda é uma arte, é uma capacidade de produzir trajes com os quais podem expressar-se ideias, sentimentos ou emoções estéticas. Através das tendências individuais, estimula a inteligência e desenvolve a percepção, imaginação e observação, e contribuí ainda para a

formação da personalidade do ser humano, pois desenvolve o raciocínio e a capacidade crítica. Pode dizer-se também que a moda, tal como qualquer arte, é uma espécie de fuga aos problemas da vida, uma forma de nos libertarmos da tensão e do cansaço que se sente praticamente todos os dias.

Em Portugal, o desconhecimento dos espólios de grande parte dos autores deste período, a quase inexistência de edições de epistolografia e a obra dispersa de muitos criadores ainda por ‘colher’ são algumas das dificuldades com que se depara o investigador da história da cultura contemporânea portuguesa.

Além do factor anteriormente referido, há ainda o facto da ‘total verdade histórica’ visto que o Estado Novo foi uma fase em que muita coisa foi ilusória (manipulada, censurada ou escondida), principalmente no campo da arte/cultura. Salazar tinha um especial cuidado com as formas de expressão artísticas de então. Estas, por caminharem tendencialmente contra a política poderiam ser bastante perigosas no seu ‘ataque’ crítico e na conseqüente influência de mentalidades exteriores ao governo.

Antes de avaliarmos a moda durante o Estado Novo convém então lembrar a mutilação de que era vítima, para quando a estivermos a descrever termos noção que não é uma arte completamente real, por não ser completamente livre. No entanto, ironicamente, precisamente pela censura que lhe era aplicada, a moda da altura reflecte totalmente a realidade política que se vivia.

A criação artística deve ser julgada apenas pelo próprio artista, pelo público e pelo juízo do tempo segundo Fernando Namora (1958). O regime vigente exercia uma forte pressão em todos os meios de expressão artística e cultural, não dava a devida liberdade que estes meios necessitam para se desenvolverem naturalmente e com qualidade.

“Não existem justificações válidas para critérios que constriam a criação artística (...). Além da censura, como instituição política – a que os escritores e artistas portugueses estão há muito sujeitos – existem outras não menos gravemente mutiladoras” (Namora,1958) ¹⁵.

¹⁵ Depoimento do escritor Fernando Namora (“República” de 23.Maio.1958)

Os escritores/artistas às vezes nem eram censurados. Eles previam a censura e para não perderem tempo com cortes e frustrações futuras escreviam/criavam já eles de acordo com o que o Estado Novo permitia... Dominavam, contrariavam e inferiorizavam o seu possível potencial.



“Censura é uma das expressões de um problema mais lato. Censura é toda a atmosfera que impede cada um de se exprimir livremente, de interferir nas responsabilidades colectivas e de ter acesso à opinião dos outros” (Fernando Namora, 1958).

O artigo 8º da Constituição de 1933 definia os direitos, liberdades e garantias individuais dos cidadãos portugueses. Estariam elas a ser aplicadas no seu pleno exercício??

No que se refere ao ponto essencial do nosso estudo, a moda, podemos dizer que não. Basta darmos como exemplo o carácter obrigatório da presença e dos respectivos uniformes das mulheres em movimentos do estado, como a mocidade portuguesa feminina. Quanto a proibições de traje, é usual aplicarem-se à oposição.

Em 1933, por exemplo, Francisco Rolão Preto anunciou a fundação do Movimento Nacional-Sindicalista (MNS)¹⁶, também conhecido como “camisas azuis”. Rolão Preto, o fundador e líder do movimento, começa a realizar discursos anti-salazaristas e a criticar o Estado Novo por ter adoptado o Partido Único, tipicamente fascista, e por não ter feito o máximo pela representação corporativa em Portugal. Devido a essa “linguagem”, o governo

¹⁶ Ver definição no glossário

proíbe o uso da camisa azul em manifestações políticas e o jornal nacional-sindicalista "Revolução" acaba por ser suspenso, em Julho de 1933.

Em 29 de Julho de 1934, o nacional-sindicalismo é proibido por meio de uma nota oficiosa de Salazar, que afirma que o movimento se inspirava em certos modelos estrangeiros¹⁷. *“O movimento, também conhecido como os ‘camisas azuis’ arvorava sinais exteriores do nacional-socialismo”* (Ploncard d’Assac, 1989:95).

As camisas azuis, usadas pelos nacionais sindicalistas, são um sinal prático da moda como forma de distinguir grupos, tendências, ideais. Na política não seria excepção e, vivendo Portugal num regime altamente controlador de mentes e acções, as camisas azuis, neste caso, serviram para o MNS se expressar, sem ter que recorrer ao método do discurso ou escrita, muito mais arriscados.

Em 1958, o escritor Manuel Mendes escreve no “Diário Popular”: *“Não sei que maldição nos impede há trinta e dois anos de fruir as liberdades e garantias dos povos civilizados. Que crime ou erro nos impõe este castigo? Por mim, sei que mal abri os olhos para a consciência do mundo, nunca mais vi a liberdade. Vivo como um desterrado na minha própria terra. Era então um jovem e hoje começo a ser um velho, e não tenho vivido senão em anormalidade constitucional, em suspensão de garantias. (...) A pátria em que nasci quero-a livre, franca, sincera e verdadeira”*.

A política e a arte sempre andaram por caminhos paralelos. Necessitam um do outro para sobreviver mas, a arte, é crítica, é quase sempre *“feita contra o poder – político ou cultural: A geração de Orpheu é contra a república hegemonzada pelo partido democrático e contra a academia tutelada por Júlio Dantas (...). Os grandes criadores portugueses deste século, com excepções mínimas, estão juntos na oposição, como não podia deixar de ser”* (Alves)¹⁸.

Em 1928, com o regresso de Salazar ao governo, começa-se a dar um rumo moralista ao regime e, conseqüentemente, a Portugal. Como se deve calcular, as

¹⁷ Costa Pinto (1994)

¹⁸ Actas dos 2^{os} cursos internacionais de verão de cascais (1995)

implicações desse facto na história da moda portuguesa são bastante grandes. O vestir, mais do que tudo representa um estado moral, e teria portanto as suas muitas limitações no nosso país. O nudismo nas praias, bem como a exibição de trajés que, pela sua simplicidade ou transparência, ofendessem a decência e a moral pública, eram práticas proibidíssimas em Portugal.

Segundo Salazar a nação deveria ser defendida moralmente – *Entenderemos por defesa moral e defesa da consciência da nação no duplo aspecto da sua unidade e da sua personalidade, da coesão que faz a força e do carácter que a torna inconfundível entre as nações.*

(...) Os perigos para a consciência da Nação vão dividir-se, extraviar-se e despersonalizar-se. Se se extravia, não se vê, não compreende, não atina, não está segura de encontrar o bom caminho. Se se divide não sabe se poderá segui-lo, quando o encontre, enfraquece, amesquinha-se, diminui-se. Se se despersonaliza, perde, com o que a distingue dos outros povos, raças ou nações, um dos factores de apreço internacional e uma fonte de útil colaboração”¹⁹.

Salazar fala numa guerra psicológica, que se declara nestes tempos e que, a partir daqui, jamais deixará de inquietar o mundo. Lembra que muitos portugueses criaram “os partidos do estrangeiro” ao se distribuírem por vários cultos e desertarem do altar da pátria.

Ao seguirmos demasiadamente as tendências estrangeiras – incluindo no vestir – estaríamos a despersonalizar o nosso país e a indiferenciar a nossa raça. Não nos deveríamos, portanto, dividir e desperdiçar energias à volta de interesses estranhos, exteriores. Devíamos antes concentrar todas as nossas forças e capacidades à volta dos problemas nacionais, estes sim, os ‘nossos’ problemas.

Portugal deveria defender a sua personalidade através de “*ideias, fórmulas, de novas soluções*”. A personalidade devia ser, acima de tudo, portuguesa mas não precisava de temer o estrangeirismo nem mesmo evitá-lo, deveria aproveitá-lo e inspirar-se nele para a partir daí criar o ‘seu’ trabalho, o produto nacional²⁰.

¹⁹ Ploncard d’Assac (1989[1967]:158-159)

²⁰ Ploncard d’Assac (1989[1967]:160)

A falta de liberdade durante o Estado Novo não será subjectiva? Seria só culpa do regime político vigente, ou também dos anteriores? Ou seria culpa só e unicamente da própria história portuguesa? Dos costumes e tradições de um povo por si só reservado e preconceituoso?

“O grau das liberdades públicas efectivas depende da capacidade dos cidadãos, não da concessão magnânima do Estado. Se não se pôde até hoje ir mais longe do que se foi, poucas verificações serão mais gratas ao nosso espírito, nenhum resultado acreditará mais a nossa obra de reeducação política do que poder avançar sem receio de um domínio que, aliás, em toda a parte está excluído o absoluto, isto é, o ilimitado”, dizia Salazar.

Havia quem defendesse que, em Portugal, nunca houve mesmo tanta liberdade como então. O que acontecia nos regimes anteriores era que a liberdade era condicionada obscuramente, agora havia uma censura oficial, reconhecida pelo próprio governo. Salazar recorria a esse “travão” de representações de opinião para o “bem da nação” – como dizia. Vivia preocupado com a formação da opinião pública.

“Não acredito no sufrágio universal porque o voto individual não conta com as diferenças humanas. Não creio na igualdade, mas na hierarquia (...).

O liberalismo é uma mentira. Não acredito na liberdade, mas nas liberdades. A liberdade que não se inclina perante o interesse nacional, não é liberdade, é anarquia – e acabará por destruir a nação. (...) Um estado cuja soberania não está limitada pela moral e pelo direito é totalitário, e nós não o admitimos” (Salazar)²¹.

Salazar não acredita, definitivamente, na liberdade como remédio universal e defende ainda que esta só poderá ser prejudicial no caso de proibir a “*crítica aos actos da vida administrativa e política, o que não é o caso no Estado Novo*”. A censura salazarista diz concorrer para uma “*maior dignidade da inteligência*”²².

Mas fora a questão da censura “palpável”, em que havia cortes nos artigos e manipulação de leis, quais os comportamentos a que os próprios portugueses não se permitiam? A si e aos seus? No vestir especificamente?

²¹ Ploncard d’Assac (1989[1967]:234)

²² Ibid

Não era só Salazar que tinha como ideal a simplicidade de um povo. O povo português, por si só, já era antiquado e simples demais. Inserida num clima rural em espírito e em comportamentos, seria possível para a moda, como sistema, desenvolver-se?

Uma coisa era existir, existir existirá sempre pois temos que os vestir (e vestir é praticar moda, inconscientemente), outra coisa é a moda como tendência de consumo; como prática de um estilo; como representação de um tempo, de um estatuto, de uma posição ideológica; como satisfação de uma necessidade de espírito. Existiria ‘esta moda’ em Portugal?

Estado Novo

Para ter noção da moda feminina de há 70 anos e da sua relação com o regime de então teremos que analisar primeiro este último: Quais os seus fundamentos, doutrinas, os seus ideais e objectivos, a sua relação com o povo e como, efectivamente, decorreu.

Consequentemente, para avaliar o poder regente durante 40 anos, é necessário ter presente a difícil situação em que o país se encontrava, em todos os sectores, quando Salazar tomou conta dos seus destinos e, ainda, as características humanas e racionais do seu líder.

Marcello Caetano, na enciclopédia Verbo (rubrica “Estado Novo”) descreve: *“Após a primeira Grande Guerra, produziu-se a crise da concepção individualista do Estado, manifestando-se em muitos países europeus a necessidade de uma nova concepção que permitisse a intervenção do Estado na vida económica, condicionasse o exercício das liberdades individuais afirmando a supremacia do interesse geral e favorecesse a protecção e promoção social das classes trabalhadoras num clima de paz social”*.

No início do séc. XX, Salazar mantém-se fiel à sua ideia: o problema nacional é o da educação. *“Não nos servirá de nada mudar de Governo ou de regime se não tentarmos primeiro modificar os homens”*. Esta sua declaração mostra-nos um Salazar muito mais preocupado em formar homens do que em fazer política, mas traz-nos um facto novo: a política influenciava e podia mesmo ameaçar o seu ensino – podia ser suspenso, excluído, preso. Salazar reconhece, portanto, a importância da política²³.

Em conversa com António Ferro diz ainda: *“Certamente a política tem o seu lugar, desempenha a sua função, importante, dominante em certos momentos. Sem ela não haveria a ditadura e possivelmente eu não estaria aqui... Mas a vida de um país é mais complexa, mais larga, escapa mais aos órgãos do Poder do que muitos o poderiam julgar: a história de uma nação não é apenas a história dos seus conquistadores, dos seus grandes reis; ela é, sobretudo, a resultante do trabalho que o meio impõe aos homens, e das qualidades e defeitos dos homens que vivem nesse meio.*

²³ Ploncard d’Assac (1989[1967]:26)

(...) *Dentro das raças, das nacionalidades há duas espécies de defeitos: os defeitos naturais, os que podem ser combatidos mas nunca extirpados violentamente, e os que nos farão sempre distinguir um latino dum eslavo ou dum anglo-saxão, e os defeitos incrustados, os vícios adquiridos, que são vícios, sobretudo, de educação, de mentalidade. Ora se é quase inútil fazer guerra aos primeiros, porque eles têm sempre a vitória, já não é tão ideal, tão impossível, como se diz, desincrustar os últimos, liquida-los pouco a pouco*”²⁴.



Nos primeiros anos do Estado Novo, Salazar, ministro das finanças e, mais tarde, Presidente do Conselho de Ministros, teve o difícil trabalho de efectuar uma reorganização geral de Portugal, particularmente nas áreas política, económico-financeira, social e cultural.

O regime começou por reestruturar o estado de maneira a que este fosse o mais “transparente” possível, de maneira a que as decisões fossem postas em acção o mais rápido possível e eficazmente. Sem Sistema parlamentar o poder Executivo não dependia

²⁴ Ploncard d’Assac (1989[1967]:77-78)

de nenhum voto “externo” para governar e, o regime do Estado Novo, ao querer de uma vez por todas resolver problemas arrastados há anos sentiu a necessidade de ser mesmo anti-liberal e anti-parlamentarista.

Já em 1922, Salazar defendia um regime corporativista, contrário ao actual individualista democrático. *“Toda força política que pretenda desenvolver-se pela representação efectiva dos interesses reais deve apoiar-se numa organização não exclusivamente política mas social, de profissões e de classes”* (Ploncard d’Assac, 1989[1967]:32)

Toda a vida económica e social do país foi organizada em corporações. O corporativismo estabelecia um maior controlo do Estado sobre as actividades económicas e dificultava a existência dos Sindicatos.

Com o intuito de agregar o apoio da massa popular portuguesa, o Estado Novo implantou um original quadro institucional, do qual sobressaiu a criação de um partido único, a União Nacional, cujo objectivo era congregar toda a população portuguesa no mesmo partido.

De cariz tradicional e católico, o regime era muito conservador. Salazar controlou, durante todo o seu mandato, o progresso nacional pois temia a destruição gradual dos valores religiosos, culturais e rurais da nação. Este medo de uma modernização segundo os modelos capitalistas puros que imperavam no Mundo Ocidental contribuiu, depois da Segunda Guerra Mundial, para o distanciamento progressivo de Portugal em relação a outros países ocidentais, principalmente nas áreas das ciências, da tecnologia e da cultura.

A política do Estado Novo nunca procurou contactos com o exterior, além das suas colónias. Daí a célebre frase proferida inúmeras vezes por Salazar: *“Estamos orgulhosamente sós”*.

Pode dizer-se que o regime em vigor tinha algumas bases ideológicas e políticas. Inspirado no *fascismo* e no *maurrasianismo*²⁵, mas sem nunca se identificar totalmente com tais movimentos, o Estado Novo era, acima de tudo, nacionalista, tendo características muito próprias e criadas à sua medida.

²⁵ Significado no Glossário

O regime criou a sua própria estrutura de Estado e um aparelho repressivo (PIDE, colónias penais para presos políticos) característico dos chamados Estados policiais, apoiando-se na censura, na propaganda, nas organizações paramilitares (Legião Portuguesa), nas organizações juvenis (Mocidade Portuguesa), no culto do líder e na Igreja Católica.

Tivemos, realmente, em Portugal, um regime de autoridade, de raiz nacional mas não *totalitário*²⁶ nem *fascista*. O fascismo não seria sequer possível em Portugal. *“A violência (do fascismo) não é aplicável, por exemplo, ao nosso meio, não se adapta à brandura dos nossos costumes”*²⁷.

A 30 de Julho de 1930, Salazar definirá os princípios fundamentais do Estado Novo que se propõe construir. No parágrafo seguinte temos um excerto desse discurso que resume as suas ambições.

“Tomar resolutamente nas mãos as tradições aproveitáveis do passado, as realidades do presente, os frutos da experiência própria e alheia, a antevisão do futuro, as justas aspirações dos povos, a ânsia de autoridade e disciplina que agita as gerações do nosso tempo, e construir uma nova ordem de coisas.

A primeira realidade é a existência da independente da Nação Portuguesa (...) Temos obrigação de sacrificar tudo por todos; não devemos sacrificar-nos todos por alguns. Para isso é necessário um estado forte, mas limitado pela moral, pelos princípios do direito das gentes, pelas garantias e liberdades individuais que são exigência superior da solidariedade social. O estado tem o direito de promover, harmonizar e fiscalizar todas as actividades nacionais, sem substituir-se-lhes, e o dever de educar a juventude no amor da Pátria, da disciplina, dos exercícios vigorosos que a prepararem e a disponham para uma actividade fecunda e para tudo quanto possa exigir dela a honra ou interesse nacional.

Por sobre as fracções de poder – os serviços, as autarquias, as actividades particulares e públicas, a vida local, os domínios coloniais, as mil manifestações da vida em sociedade – sem contrariá-las ou entorpecê-las na sua acção, o Estado entenderá o

²⁶ A distinção entre regime autoritário e totalitário é que no primeiro, o Governo não procura controlar a vida privada de seus cidadãos a ponto de torná-los, compulsoriamente, "reeducados" para passar o resto das suas vidas sob o regime

²⁷ Ploncard d'Assac (1989[1967]:75)

manto da sua unidade, do seu espírito de coordenação e da sua força: deve o Estado ser tão forte que não precise de ser violento”²⁸.

“O Estado Novo também tinha uma imagem, era original na sua propaganda, acções e movimentos. Sempre se apresentou como uma forma original” de autoritarismo e assim, sempre se distanciou dos totalitarismos correntes na Europa. Muitos historiadores não concordam mesmo com o conceito de fascismo aplicado ao Estado Novo” (Reis Torgal)²⁹.

O tema da nossa dissertação é a *Moda no Estado Novo* e, devido ao tempo e à extensão proposta para a conclusão desta, não nos devíamos alongar nem fugir às duas questões centrais – moda e política. No entanto, após alguns meses de pesquisa, depois de uma análise geral do Estado Novo como regime político desta época, percebeu-se que a ligação e semelhança do Governo com o seu líder estavam muito acima das, inicialmente, previstas.

“Ao concentrar todo o seu poder num homem só, o Estado Novo condenou-se à sorte desse homem” (DaCosta, 1998:234).

Com as suas características anti-parlamentarista e autoritária, o Estado Novo rapidamente se tornou o espelho do seu líder. E com Salazar o regime, não só adoptou as suas ideias, como também o seu carácter.

Percebeu-se que seria enriquecedor para a nossa investigação analisar Salazar enquanto líder, enquanto pessoa. A situação que vivemos nos dias de hoje foi também um dos motivos, devido à crise a que assistimos como uma das maiores de todos os tempos da humanidade e a sua “semelhança” com a difícil situação financeira que Portugal (e o mundo) enfrentou durante quase todo o século XX. E não falamos só em crise económico-financeira, falamos de crise de costumes, de identidade. Salazar foi e é, ainda hoje, uma personalidade bastante interessante, discutida e enigmática. Com mais uma crise aos pés, o mundo e os portugueses actuais são atraídos para o exemplo praticado há quase um século atrás, em rever algumas das acções que o líder do Estado Novo pôs em prática para fazer reerguer uma nação de uma fase semelhante à actual. No início do séc. XX saía-se de uma Primeira Grande Guerra, caminhava-se para outra, os países viviam em guerra uns com os

²⁸ Ploncard d’Assac (1989[1967]:59)

²⁹ Actas dos 2º cursos internacionais de Verão e Cascais (1995)

outros e, pior, consigo mesmos. Portugal saia de uma Primeira República cheia de problemas de base, que só o desorganizaram e “destruíram”.

“Tem-se dito e repetido que assistimos a uma das grandes viragens da história: estamos presenciando, estamos realizando as transformações sociais de que há-de nascer o mundo novo. Fazemo-lo por nossas mãos, não contrariando o sentido geral da corrente, mas todos vêem que a obra é amassada em lágrimas, em sacrifícios, em sofrimentos de toda a ordem, mas sobretudo morais. Os tempos tranquilos de vida fácil, de ideias incontestáveis, de ordem perturbada, de negócios correntes, de trabalho assegurado – e até de ócio assegurado – são findos”³⁰. Retrato do mundo, que poderia ser o de 2010, mas que não passa de uma advertência feita por Salazar aos jovens de 1934 – Para ele o presente é o fundamento do futuro.

A dimensão europeia de Portugal não lhe permite influenciar os acontecimentos. Pretende-se assim, que o nosso país seja apenas uma testemunha lúcida. Salazar, além de conseguir suportar e evitar todos os males exteriores (duas guerras mundiais), valorizou e “vendeu” Portugal, país considerado como um dos mais atrasados da Europa no início do séc. XX³¹, enquanto todos os outros países se “afundavam”. Todos o admiravam, nunca se terá mesmo estimado tanto um líder governamental em Portugal como Salazar. Só o Ultramar desgastou esta sua imagem.

Como tudo tem um fim, também o Estado Novo teve o seu. Acabámos por ser afectados com uma guerra interna, só nossa. Portugal tentava “agarrar” as suas colónias ultramarinas com todas as suas forças, mas não resistiu muito tempo... E o regime Salazarista também não...

³⁰ Ploncard d’Assac (1989[1967]:91)

³¹ Ploncard d’Assac (1989[1967]:89)

António de Oliveira Salazar

A redacção deste capítulo é, na sua maioria, composta por citações. Este exercício deve-se ao facto de estarmos a descrever uma pessoa, uma figura de grande importância e influência na história do país, não sendo justo avaliá-la de acordo com opiniões formadas a partir de uma memória construída, optámos, antes, pelas memórias vividas, por reconhecermos a sua maior proximidade com a realidade dos acontecimentos. As citações que se transcrevem em seguida são, preferencialmente, feitas por figuras que tiveram um relacionamento próximo e pessoal com António de Oliveira Salazar.

Na altura, *“ninguém teria ousado desejar que se viesse a realizar tanto como o que efectivamente se alcançou – e a maior parte das aspirações durante muitos anos de balde formuladas na imprensa e no parlamento (...) só com Salazar vieram a ser satisfeitas”* (Fonseca 1955)³².

“O mais admirável não era tanto o que tinha feito, mas principalmente o que pôde fazer com os meios de que dispunha” (Ploncard d’Assac 1967).

O interesse demonstrado pela personalidade de Salazar e a sua posterior análise para a realização desta dissertação assentam na percepção de uma política por ele criada de carácter híbrido. Ao estudarmos o Estado Novo como movimento percebemos que este era um *“regime resultante de composição mestiça – por um lado nacionalista, orgânico, autoritário, contra-revolucionário, corporativo; por outro personalista, democrático, de legalidade, republicano, capitalista”* – que resultava na dependência do seu próprio criador e líder máximo (Nogueira Pinto 1993:XII). Vivia-se, forçadamente e como consequência dos acontecimentos desencadeados nestas décadas, uma política de sobrevivência, de extrema-direita, – no meio de um mundo de democracias e regimes de esquerda – Salazar era a imagem dessa tentativa de resguardo e diferença de Portugal no mundo.

³² Costa Pinto (1994:12)

*“Forte e taciturno – assim vê Eugénio D’Ors, célebre pensador espanhol, o nosso governante – porque o pessimismo se encontra sempre nas raízes de toda a autêntica política de missão”*³³.

Mesmo os que o rodeavam, a sua classe política – ministros, secretários, subsecretários, deputados da União nacional, alta burocracia do Estado e da Organização Corporativa – eram escolhidos, não de acordo com a sua ideologia política, mas a partir das suas capacidades de pôr em prática de maneira rápida e eficiente o que o Estado Novo propunha e desejava para a nação.

“Não estando dependente de eleições e da opinião pública, Salazar repousava os seus critérios numa certa preocupação de representatividade de grupos ou de sectores dos núcleos próximos ou apoiantes do regime e na sua idoneidade e respeitabilidade institucionais ou académicas. Mas, sobretudo, era a utilidade prática e a capacidade funcional que o interessavam.

Na verdade, aos ministros não se pedia, geralmente, que fossem políticos, mas mais que executassem uma política definida pelo chefe do Governo, nos vários campos de actuação. A representatividade “política” – dos católicos, dos monárquicos, de certos núcleos de interesses, de uma certa diversidade regional e institucional – fazia-se mais nos Ministérios menos técnicos; nos outros – nas Finanças como na Justiça, na Economia como nas Obras Públicas – procurava-se geralmente académicos ou técnicos competentes. Se alinhassem nos princípios gerais do Regime, melhor seria” (Nogueira Pinto 1993: XIII).

A personalidade e ideais de Salazar eram claramente reconhecidos, não só em si, mas também nos seus próximos, nos seus actos e, sendo um primeiro-ministro de carácter “autoritário”, no país que dirigia, Portugal.

Henrique Veiga de Macedo, subsecretário de estado da Educação Nacional e, mais tarde, Ministro das Corporações e Previdência Social, descreve Salazar como *“hábil, realista e pragmático por conta e medida, sem nunca pôr em causa os valores essenciais da Constituição, Salazar sempre se empenhou na busca de soluções de equilíbrio e estabilidade”*. Conclui, reforçando a descrição de Jaime Nogueira Pinto: *“Daí a*

³³ Ploncard d’Assac (1989[1967]:109)

configuração pluralista dos seus governos, que integravam, por sistema, personalidades de formações e tendências ideológicas diversas ou mesmo alheadas da política ou a estas avessas. E, quase sempre, eram reduzida minoria os ministros que se identificavam com o seu pensamento político, e mais raros ainda os filiados na União Nacional. Salazar sabia que a política era não só a arte do possível, mas também a de interessar e responsabilizar os homens e os grupos sociais no projecto político, em ordem a dar-lhe mais alargado consenso e maiores probabilidades de êxito” (Macedo 1993:40)³⁴.

Salazar mostrou sempre um desinteresse pela política como ciência. Diz só se ter aliado a ela por força das circunstâncias, por reconhecer nela um meio para atingir um fim: educar o povo português. A política seria, então, muito mais um acto social, uma arte de gerir homens. *“De onde lhe vem, se não é filha da ambição de mandar a força de vontade necessária para não ficar a meio do caminho?”* – questiona-se um dia Salazar. A verdade é que Salazar encontrou na decadência do país a fonte da sua energia, os dois sentimentos que mais o animam são o orgulho pela Pátria e uma profunda sensibilidade para o sofrimento dos humildes, do seu povo³⁵.

Salazar nutre uma grande preocupação e dever para com os mais fracos. *“Trabalha-se, do alto do poder sem descanso, com afinco, com raiva... porque uma mulher tem fome, ou chora de frio uma criança”³⁶*. Este seu lado humano não será só discurso, muita gente o comprova, mais tarde, através de relatos de comportamentos e episódios do líder.

No prefácio de «o Homem e a Sua Obra», de António Ferro pode ler-se e comprovar-se que o seu lugar na política portuguesa surgiu ao acaso. Foram os sucessivos acontecimentos desencadeados que provocaram a sua “eleição”: *“Este homem que é governo, não queria ser governo. Foi deputado; assistiu a uma única sessão e nunca mais voltou. Foi ministro; demorou-se cinco dias, foi-se embora e não queria mais voltar. O governo foi-lhe dado, não o conquistou, ao menos à maneira clássica e bem conhecida: não conspirou, não chefiou nenhum grupo, não manejou a intriga, não venceu quaisquer adversários pela força organizada ou revolucionária. Não se apoia aparentemente em ninguém e dirige-se amiúde à Nação, entidade bastante abstracta para apoio eficaz. Tem todo o ar de lhe ser*

³⁴ Costa Pinto (1994:40)

³⁵ Ploncard d’Assac (1989[1967]:81)

³⁶ Ibid

*indiferente estar ou ir; em todo o caso está. Está e há tanto tempo e tão tranquilamente como se ameaçasse nunca mais deixar de estar. Suporta os trabalhos do governo, sofre as injustiças, os insultos dos desvairados, os despeitos, as raivas impotentes. Vai engolindo, de quando em quando, a sua conta de sapos vivos, comida forçada de políticos, segundo pretendia Clemenceau. E está, e fica. Mas o problema, a dúvida continuam no mesmo pé*³⁷ – este retrato de Salazar torna-se ainda mais interessante ao revelarmos que foi feito pelo próprio. “*Não tem a menor ambição pessoal – nota Gonzague de Reynold, filósofo suíço – leva o Poder como um cristão leva a sua cruz*”³⁸.

O governante reconhecia, nele próprio, uma certa superioridade mas, esta, de uma simplicidade extrema. Uma personalidade extremamente dicotômica, “*nele chocam-se a todo o instante o cepticismo e o entusiasmo, o orgulho e a modéstia, a desconfiança e a confiança, a bondade mais tocante e por vezes a dureza mais inesperada*” (Garnier, 1953:52).

“A distância entre a modéstia e a vida do homem e a grandeza das suas concepções políticas parece imensa” (Ploncard d’Assac, 1989[1967]:89)

Salazar era isso mesmo, um homem e um líder que, apesar do seu estatuto, da sua superioridade e da sua inteligência ímpar, transparecia simplicidade, modéstia, e era precisamente este contraste de visões que tanto confundia quem com ele se cruzava. Transparecia “*uma sensação de inteligência, de calma, de confiança (...). Poderíamos confessar-nos a Salazar ou entregar-lhe toda a nossa fortuna sem recibo*”³⁹ – sente Reynold.

Era este ideal de vida simples e feliz o que Salazar idealizava para os portugueses. “*Outros sonhariam epopeias grandiosas e sangrentas; ele queria simplesmente, assegurar ao seu povo, na medida do possível, a felicidade deste mundo. Para isso era simultaneamente prudente, ágil, orgulhoso, liberal e autoritário*”⁴⁰.

³⁷ Ploncard d’Assac (1989[1967]:81)

³⁸ Ploncard d’Assac (1989[1967]:110)

³⁹ Ploncard d’Assac (1989[1967]:111)

⁴⁰ Ploncard d’Assac (1989[1967]:200)

O jornalista António Ferro faz-nos, através de uma alegoria, um curioso retrato de Salazar que expressa bem o dito no parágrafo anterior:

“Uma casa modesta, despreziosa, sem um esconderijo, sem alçapões, sem um desvão; um escritório sem antecâmara; uma secretária; um fato simples de alfaiate modesto; um casaco sem carteira; uns olhos puros, claros, ordenados, sobre a desordem de um povo... E eis tudo. Inútil procurar um interesse de ordem material ou mesmo sentimental. Inutil procurar a camarilha dos amigos ociosos, comprometedores, pouco sérios, escandalosamente protegidos. Nada, aflitivamente nada. Nem uma brecha, nem uma fraqueza. Talvez um teimoso, talvez um visionário, talvez um orgulhoso, talvez um insensível, um inadaptado dentro da sua raça, mas um homem indiscutivelmente honesto e inteligente⁴¹. Tudo à sua volta, todos os objectos, as pessoas, os movimentos, as expressões, as vestes, os comportamentos transpareciam a sua simplicidade nata e o pudor do trabalho, os dois traços de personalidade mais aplicados e discutidos de sempre face ao Presidente do Conselho.

Conta-se até, que um dia, ao se querer ilustrar uma exposição com uma ampliação fotográfica onde Salazar aparecesse com as insígnias de catedrático, foi necessário proceder a uma montagem fotográfica. O professor nunca havia sido “apanhado” com as vestes professorais, de tão ostensivas que as considerava (Ploncard d’Assac, 1989[1967]:24).

Depois de lidos dezenas de testemunhos de pensadores, historiadores, filósofos, ministros do Estado Novo, pessoas que faziam parte da sua vida pessoal ou que conviviam diariamente com ele, há características de Salazar que sobressaem pela concordância das diversas testemunhas. Podemos dizer que a sua inteligência superior e a despreensão que lhe é atribuída são as eleitas.

“A par da sua inteligência invulgar e da sua honestidade, reconhecidas por todos, conhecem-se muitas outras facetas da personalidade do Dr. Salazar, como a autodisciplina, a austeridade, a fortaleza de ânimo, o ascetismo e até a habitualidade que

⁴¹ Ploncard d’Assac (1989[1967]:71)

levava já os seus companheiros de Coimbra a considerá-lo como um “animal de hábitos”” (Allegro 1993:25).⁴²

Muitos o caracterizam como um “pregador” fascista, no entanto os mais próximos descrevem-no como cortês na hora de propor alguma reforma: *“perguntava se não lhes parecia conveniente proceder desta ou daquela forma (...), apresentava os seus desejos e as suas opiniões sem aquela imposição que poderia esperar-se duma personalidade tão forte como a sua”* (Allegro 1993:26)⁴³.

Em reunião do Conselho de Ministros Salazar defendeu-se, um dia, dizendo: *“Há quem diga que sou ditador, mas não é verdade. Cumprir escrupulosamente a Lei e integrar-me no seu espírito é a minha preocupação permanente (...). Nem sequer me permiti, alguma vez, alterar ou revogar qualquer despacho de um ministro, por mais que dele discordasse. Não tenho para tanto poderes legais, nem os quero, e duvido que, nos outros países, os Chefes do Governo se privem dessa faculdade”*⁴⁴.

Gabriel Boissy, depois de o observar no seu meio e trabalho, põe completamente de lado o rótulo de “ditador” a Salazar: *“Não (é um ditador). É um filósofo, um filósofo na atitude, no olhar meditativo e penetrante, na palavra clara mas doce e persuasiva; tem também o ardor contido, expressões precisas e ferventes.*

*Pela primeira vez, um destes Solons, um desses Mentores que, na Antiguidade, velavam pela sorte dos homens como protectores e moderadores ou, como os imaginava Platão, escreviam as leis, está por fim no Poder. (...) Fez-se realidade um dos sonhos da humanidade”*⁴⁵.

À medida que a nossa pesquisa avança temos a sensação que todos concordam com o seguinte: o Governo de Salazar realmente funcionava. Muito devido à sua grandeza interior, muito devido ao reconhecimento e respeito que lhe era prestado, não só dos que consigo trabalhavam mas também do seu povo. *“Todos aqueles que o ouvem falar*

⁴² CostaPinto (1994:25)

⁴³ Costa Pinto (1994:26)

⁴⁴ Costa Pinto (1994:39)

⁴⁵ Ploncard d’Assac (1989[1967]:108)

depressa se lhe confiam. A sua simplicidade impõe-o; o seu profundo espírito não pode ser medido. A força e a rectidão do seu carácter chega-lhe para penetrar os outros homens, mas consegue escapar à curiosidade sem o menor artifício” (Gérard Bauer).

A sua maneira de ser e os seus actos são, além de intrínsecos, uma forma de dar o exemplo aos portugueses. A maneira como (não) gasta o dinheiro do estado, a sua modéstia, a sua discrição, a maneira como gere todos os problemas do país são algumas das coisas que os portugueses admiram no Presidente do Conselho de Ministros, e que tentam reproduzir para os seus comportamentos diários, para a gestão das suas casas e famílias.

Por vezes, Salazar não resiste e saltam-lhe certas observações severas acerca dos portugueses. *“Não temos nem o julgamento claro nem a vontade firme – escreve, a 10 de Fevereiro de 1928 – e na crítica oscilamos constantemente entre o elogio e o insulto; e nos empreendimentos tombamos a cada passo no entusiasmo e no desencorajamento”*⁴⁶. A António Ferro confessara uma vez: *“Os homens mudam pouco e então os portugueses quase nada”*⁴⁷.

A popularidade de Salazar, apesar de fortes críticas e medidas aplicadas aos portugueses, cresce de dia para dia e, no final dos anos 30 está no seu auge. Afonso XIII, no exílio, declara: *“Aparentemente obscuro, realmente modesto, Salazar é, na minha opinião, uma figura admirável. Realiza cada coisa sem se envaidecer”*⁴⁸. Já em 1939, o historiador Octave Aubry descreve Salazar da seguinte forma: *“O homem é muito simples. Nada o empola ou envaidece. Após dez anos de poder – e isso é uma grande prova – permanece perfeitamente humano. Jovem ainda, apesar dos cabelos começarem a embranquecer, não desaprendeu de sorrir. Sabe interrogar e escutar. Não tem o menor egoísmo nacional, preocupa-se com a Europa. Português em primeiro lugar, mantém-se profundamente europeu”*⁴⁹.

Todos sabem ao aproximar-se de Salazar, que terão um enigma para decifrar. *“A primeira impressão traduz-se numa pergunta – escreve um jornalista suíço. – É um financeiro americano ou um padre? Parece-me que, do primeiro, possui a expressão enérgica e dura,*

⁴⁶ Ploncard d’Assac (1989[1967]:51)

⁴⁷ Ploncard d’Assac (1989[1967]:76)

⁴⁸ Ploncard d’Assac (1989[1967]:108)

⁴⁹ Ploncard d’Assac (1989[1967]:145)

e do segundo a concentração característica dos homens voluntariamente submetidos a uma disciplina severa. Não há dúvida nenhuma, todavia, de que se trata dum pensamento, transmutado em homem de acção. – E a partir daqui, ao observar a face de Salazar, o jornalista tenta desvendar as características psicológicas do líder. É uma descrição extensa mas que decidimos incluir no nosso estudo por representar muito bem e de uma forma bastante peculiar a personalidade de Salazar. – A forma da cabeça é admirável de proporções; a testa e os olhos dominam perfeitamente todo o mais da face; o pensamento e a alma não deixam qualquer lugar a quaisquer apetites. Só a forma proeminente e quase agressiva do queixo denuncia a vontade fria e tenaz do homem que ama a resistência provocadora do esforço.

A fronte é duma rara beleza, directa mas tensa; esta tensão é particularmente marcada pela proeminência das arcadas das sobrancelhas, cobertas pelos músculos salientes, a revelarem uma atenção incessantemente desperta. O olhar parece fixo como o dos homens habituados a reflectir longamente. A pupila baixa indica desconfiança. Deve ser da opinião da rainha Cristina da Suécia que, à margem d'O Principe de Maquiavel, anotou: raramente é preciso confiar em alguém, mas é preciso parecer que confia muitas vezes.

O nariz é forte, ligeiramente aquilino, e exprime a coragem e a força de ânimo que uma sensibilidade vibrante controla vigorosamente. A face é descarnada, sinal de um ascetismo natural que os lábios quase sempre entreabertos parecem desmentir à primeira vista. Se se lhe observa a estrutura da boca, percebe-se depressa que as linhas e as formas desta parte do rosto exprimem sobretudo firmeza; além de denunciarem no sorriso (estranho e complexo, no dizer de António Ferro), uma fina ironia levemente desafiadora, algo acentuada pelo lábio inferior. A ruga vertical no canto dos lábios trava o sorriso, limitando-o à parte móvel da boca, de maneira que toda a face se mantém fria e quase insensível. O queixo é bastante forte, mas está livre de qualquer sintoma de brutalidade. Rapidamente se verifica que em Salazar a vontade é apenas um auxiliar do pensamento o qual serve fielmente, sem jamais lhe usurpar os direitos. É o contrário de um tirano.

As orelhas são grandes, viris, admiravelmente formadas e delicadamente orladas, sinal duma grande sensibilidade e senso musical; estão muito pouco afastadas do crânio, índice de receptividade: Salazar sabe escutar.

Se olharmos de novo o rosto depois de analisar as suas partes, ficamos com uma impressão mais precisa. O que nos impressiona, agora, é a decisão, a nitidez dos traços fisionómicos e a harmonia e seriedade que exprimem.

É um rosto não apenas interessante, fino e distinto, com arestas firmes e precisas e perfil agudo: é a face de um homem inteiro superiormente inteligente. Respira uma indomável coragem e uma nobre altivez”⁵⁰.

Era conhecida a alegria que a presença de crianças causava a Salazar, o gosto que tinha a apreciar obras de arte ou umas simples flores. Maria Antónia, Micas e D. Maria eram as chamadas “pupilas do Sr. Doutor”, crianças/mulheres que Salazar acolheu na sua casa, acabando por lá ficarem. Viveram e conviveram de perto com Salazar durante quase todo o seu mandato. É reconhecida ainda a relação com Christine Garnier, não se sabendo ao certo a natureza desta, mas o que é certo é que a manteve por alguns anos, primeiro durante algumas férias, enquanto esta o entrevistava e aos seus próximos para escrever o livro que publicaria mais tarde, primeiro em França e depois em Portugal, “As férias com Salazar”, e depois através de troca de cartas – que Salazar acabaria por pôr termo ao fim de algum tempo.

“Salazar aprecia a companhia das mulheres e a sua beleza e, no entanto, leva uma vida de frade” (Garnier, 1953:52).

No livro de Jaime Nogueira Pinto (1993), quase todos os “seus próximos” são unânimes em o definir como um homem dotado de uma extrema sensibilidade, não só política como também humana. No entanto, essa sensibilidade não estava aos olhos de todos, a maior parte das pessoas via nele, muito pelo contrário, apenas um carácter gelado, livre de sentimentos e prazeres. O causador dessa impressão? O próprio. O primeiro ministro do Estado Novo tinha a preocupação de não deixar que essa sensibilidade afectasse o seu trabalho, o seu governo. Ele próprio disse uma vez que *“era possível fazer política com o coração, mas só se podia governar com a cabeça”*.

⁵⁰ Ploncard d’Assac (1989[1967]:109-110)

Salazar isolava-se, deixando mesmo de fazer algumas das coisas que mais gostava, como o cinema, de maneira a atingir essa tal liberdade de espírito. “Ninguém o via na rua, num teatro, numa festa. Dir-se-ia dirigir os negócios do Estado – do fundo duma guarita. Ou do fundo de uma cela...” – confirma António Ferro.⁵¹ Não existiam horas de repouso e ‘distracções’ era um termo desconhecido e não aplicável ao governante português. Nos tempos livres “penso no que ainda me falta fazer”⁵², dizia – caso para dizer que Salazar cumpria friamente o seu dever.

Salazar é uma sombra aos olhos do seu povo, um homem que se fecha no seu trabalho, que não se deixa ver nem ouvir – confessa não gostar de discursos e os que faz são os mínimos indispensáveis (apenas 3 livros de discursos em 15 anos)⁵³ –, prefere antes escutar. Sempre muito observador e cauteloso, o Presidente do Conselho analisava os problemas, de maneira bastante cuidadosa, para depois tomar as suas medidas e tratar dos assuntos do estado, com tempo mas sempre de forma clara, séria e concisa – sem erros – tal como o seu cargo exigia. A frase do próprio resume a máxima: “Estudar na dúvida e realizar na fé”.

Salazar torna-se um ser platónico e inalcançável, as pessoas perguntam-se: “Quem nos governa? Uma realidade ou uma sombra? Um homem com todas as qualidades e defeitos, ou um iluminado que nos faz seguir o caminho da sua alma?”⁵⁴.

O tão discutido e célebre isolamento e a aparente frieza de Salazar *seriam mesmo “um escudo e uma defesa para esconder a sua sensibilidade muito humana” (Allegro 1993:25)⁵⁵.*

“Eu sou o primeiro a sentir essa frieza de que me fala – Salazar refere-se a um artigo de António Ferro, «O ditador e a multidão» – e que é absolutamente verdadeira. Ela está constituindo um dos perigos mais sérios e uma das dificuldades mais graves da situação. Tudo quanto se faz, por mais útil, por mais indiscutivelmente útil, cai no vácuo, na

⁵¹ Ploncard d’Assac (1989[1967]:71)

⁵² Ploncard d’Assac (1989[1967]:111)

⁵³ Salazar diz ler os relatos das sessões parlamentares e que, quanto mais o faz, mais se convence de que está certo o seu habitual e prudente silêncio. Ploncard d’Assac (1989[1967]:146)

⁵⁴ Ploncard d’Assac (1989[1967]:72)

⁵⁵ Pinto (1993:25)

indiferença, no gelo (...). Não imagina, porém, como é difícil mexer com a nossa raça adormecida, sobretudo com os nossos apáticos serviços. Eu vou contar-lhe um episódio que parece ridículo, superficial, mas que prova como se torna difícil ao próprio Governo realizar as coisas mais simples contra os hábitos adquiridos. A música, na minha opinião é um dos grandes elementos dessa animação do povo. Pensei que seria interessante e útil aproveitar as bandas regimentais, caras mas boas, para dar concertos, aos domingos e quintas-feiras, por exemplo, nos jardins de Lisboa e por essa província fora. Pois todos os esforços tem sido inúteis (...) e não se admire se eu tiver de ir qualquer dia tratar pessoalmente dos coretos e das bandas (...)”.

António Ferro interrompe-o:

– *“Enganam-se, portanto, os que o julgam frio, insensível. A sua sensibilidade existe. Simplesmente, a sua inteligência obriga-o a isolar-se para a sua própria defesa.*

– *Como quiser...*“ – responde Salazar.

Por culpa da sua já explorada humildade, Salazar recusa todas as condecorações ou afectos demonstrados. *“Homem muito simples, que detesta a representação e as honras, avaro em discursos e fotografias dedicadas, ama a reserva e o trabalho”*, segundo t’Serstevens⁵⁶. Quanto à Riqueza diz haver duas vertentes: *“a riqueza-egoísmo e a riqueza-sacrifício/devotamento”*. A primeira está destinada ao consumo, à satisfação das necessidades naturais ou criadas artificialmente. A segunda, que procura novas produções e visa o enriquecimento progressivo da colectividade, exige, para se constituir, previsão e sacrifício – o sacrifício de um apetite presente que a consuma, sacrifício de uma produção futura que o aproveite⁵⁷.

Um jornalista americano conta que certo dia Salazar recusou uma bolsa a um cantor português, de grandes capacidades e que, muito certamente, viria mesmo a tornar-se um dos melhores tenores do mundo, e uma grande referência portuguesa. O presidente do Conselho

⁵⁶ Ploncard d’Assac (1989[1967]:110)

⁵⁷ Ploncard d’Assac (1989[1967]:34)

explica-se: *“Estou certo que serei compreendido. O tesouro é pobre. Não tenho dinheiro para os que choram, quanto mais para os que cantam!”*. O episódio tornou-se anedota.⁵⁸

Mónica (1996) n’*Os costumes em Portugal* explica que, em 1962, se assistia a um Portugal modesto, recatado e obediente. Salazar assim o idealizou ao acreditar que um país que tivesse a coragem de ser pobre seria invencível.

O Presidente do Conselho tinha limitações, como toda a gente. Mas uma das suas mais mencionadas e maiores qualidades era, precisamente, reconhece-las e evitar mesmo fazer aquilo para que não se sentia vocacionado, recorda o ministro da Educação Nacional de 1962 a 1968, Galvão Teles (1993)⁵⁹.

Mas nessa, já considerada excessiva, simplicidade com que dirigia o país, Salazar tinha a noção que o resto do mundo não ia nesse sentido e, segundo Mónica (1996), chegou mesmo a ponderar a sua saída de S. Bento por não conseguir adaptar-se à nova mentalidade.

A estratégia teria que mudar. Salazar sabia que o país tinha que avançar de qualquer maneira, mesmo que o mínimo possível e, apesar de apreciar o tradicional, a austeridade, o isolamento e o silêncio, desde que sentisse que controlava o processo, o país podia então avançar. É adoptado o “método do controle”.

Para conduzir o país, Salazar munia-se, principalmente da censura. Um dia, numa conversa com Ploncard d’Assac, Salazar diz-lhe com ar dubitativo:

– *Pode conceder-se meia liberdade?* – A sua concepção de censura inscrevia-se na sua concepção geral de liberdade. Continua explicando o porquê de uma liberdade total impossível:

– *Autoridade absoluta pode existir. Liberdade absoluta não existe nunca. Quando se procura aliar o conceito de liberdade ao conceito de progresso comete-se um erro grave. A liberdade vai diminuindo à medida que o homem vai progredindo, que se vai civilizando. Desde o homem primitivo, absolutamente livre no mundo da sua floresta, ao homem de hoje, que obedece a sinais, obrigado a seguir nas ruas calmas de uma cidade pela direita ou pela esquerda, quanta distância percorrida, quantos progressos realizados!*

⁵⁸ Ploncard d’Assac (1989[1967]:108)

⁵⁹ Costa Pinto (1993:224)

*Entreguemos, pois, a liberdade à autoridade, porque só ela a sabe administrar... e defender. A liberdade que os individualistas pedem e reclamam é uma expressão de retórica, uma simples imagem literária. A liberdade ganha pelo Estado, condicionada pela autoridade, é a única possível*⁶⁰.

Numa entrevista com António Ferro, Salazar justifica, ainda, a necessidade de censura dando o exemplo dos jornais. *“O jornal é o alimento espiritual do povo – diz ele – e deve ser fiscalizado como todos os alimentos. Uma boa lei de imprensa pode reprimir certos abusos. Mas não os evita”*⁶¹.

Ainda outro episódio nos conta Max Fisher. Numa conversa que teve com Salazar pergunta-lhe se este daria um visto de censura a um qualquer editor no caso de este pretender publicar uma tradução d’O capital de Karl Marx. Salazar responde prontamente mas suavemente um “não”. Rapidamente se justifica, como que para atenuar a sua resposta: *“Essa minha atitude, de resto, não diminuiria de um só o número de pessoas que falam do livro sem nunca o terem lido... Governar é, antes de mais, proteger as pessoas contra elas próprias”*⁶².

A tão elogiada inteligência do Presidente do Conselho era reconhecida especialmente em certas questões como a da reparação das relações entre o estado e a igreja. A maioria dos portugueses são católicos, muitos deles devotos, e a concordata entre a igreja e o estado não foi mais do que uma estratégia política.

Salazar sabe, no entanto, que a sua glória não será eterna, como nada o é. Adivinha muitas vezes a sua própria queda. Sabe que os que dirige, um dia, o vão atraiçoar e esquecer. A D’Ors, ao se despedir do pensador espanhol deixa escapar: *“O país salvar-se-á, mas os salvadores não...”*⁶³.

⁶⁰ Ploncard d’Assac (1989[1967]:74)

⁶¹ Ploncard d’Assac (1989[1967]:73)

⁶² Ploncard d’Assac (1989[1967]:121)

⁶³ Ploncard d’Assac (1989[1967]:109)

*“Este homem certamente que nunca foi enganado – ou só o foi quando muito bem o quis. Insensível à lisonja deve-a considerar como indulgência como acontece com todos os que detendo a autoridade sabem o que os outros esperam dele”*⁶⁴.



In Galeria de Biblioteca de Arte-Fundação Calouste Gulbenkian

⁶⁴ Ploncard d’Assac (1989[1967]:147)

Figuras relevantes durante o regime do Estado Novo

Importante para melhor localizar e compreender a nossa dissertação

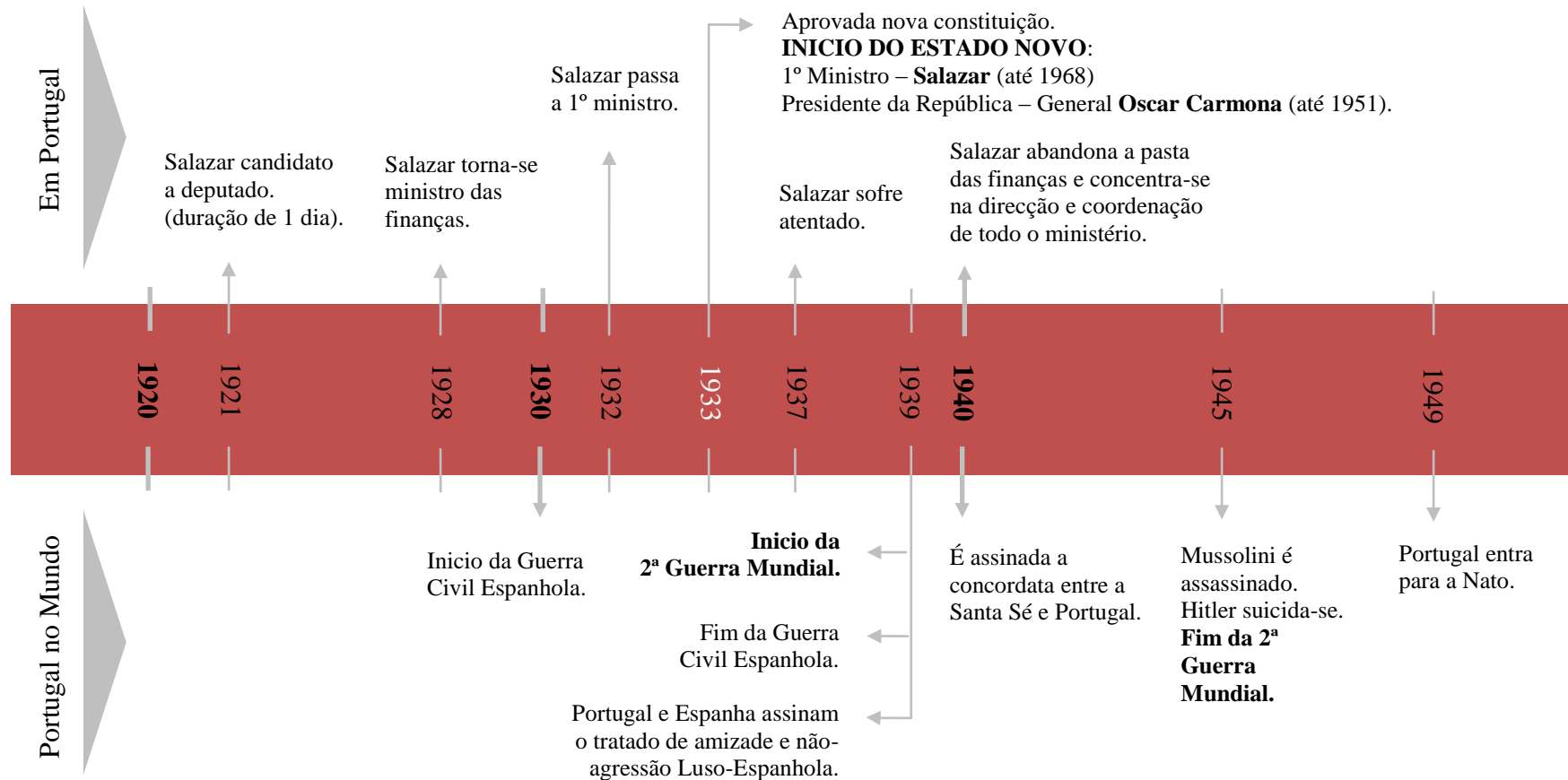
Américo Thomaz	<ul style="list-style-type: none"> Ministro da Marinha (1944-58) Último Presidente da república do Estado Novo (1958-74) 	Foi o candidato escolhido pela União Nacional para suceder a Craveiro Lopes	A sua aparição como candidato era fruto das desavenças entre Salazar e Craveiro Lopes, o anterior presidente.
António Ferro	<ul style="list-style-type: none"> Director de Secretariado de Propaganda Nacional (SPN) (1933-49) 	Foi ele próprio que sugeriu a Salazar a criação de um organismo que fizesse propaganda aos feitos do regime	Travou lutas com os conservadores do regime em defesa da arte moderna.
Azeredo Perdigão	<ul style="list-style-type: none"> Presidente da Gulbenkian a pedido de Salazar 	Responsável pela fabulosa herança de arte deixada a Portugal por Calouste Gulbenkian. Sob a sua direcção, a fundação teve um papel determinante no desenvolvimento da cultura em Portugal	Salazar deixou Azeredo Perdigão gerir a fundação como ele queria, sem interferência do regime. O Presidente do Conselho não gostava das suas opiniões políticas mas também não duvidava do seu patriotismo e defesa dos interesses nacionais.
Calouste Gulbenkian	<ul style="list-style-type: none"> Engenheiro e empresário arménio 	Amante e coleccionador de arte. A riqueza que acumulou com o negócio do petróleo permitiu-lhe satisfazer a paixão pelas obras de arte.	A Portugal deixa a sua herança artística de onde provém a fundação com o seu nome.
Catarina Eufémia*	<ul style="list-style-type: none"> Cefeira alentejana 	Símbolo da resistência e contestação ao regime salazarista.	Foi morta, aos 26 anos e com um filho nos braços, por um tenente da Guarda, ao reivindicar um aumento salarial.
Charles Maurras*	<ul style="list-style-type: none"> Poeta e jornalista francês 	Defendia o Nacionalismo, o anti-estatismo e doutrinalismo. Não cristão	Salazar inspirou-se no pensador francês ao longo do seu governo.
Craveiro Lopes	<ul style="list-style-type: none"> Presidente da República (1951-58) Jornalista francesa 	Craveiro Lopes tentou exercer as suas funções de presidente da república mas o regime nunca pretendeu um presidente que realmente a exercesse	O regime Salazarista foi passando, a pouco e pouco, uma imagem negativa da personalidade de Craveiro Lopes, de forma a que pudesse ter justificação a sua substituição, em altura propícia. Acabou por ser substituído em 1958 por Américo Thomaz.
		Escreveu um livro intitulado de "Férias com	A jornalista teve o relacionamento que se

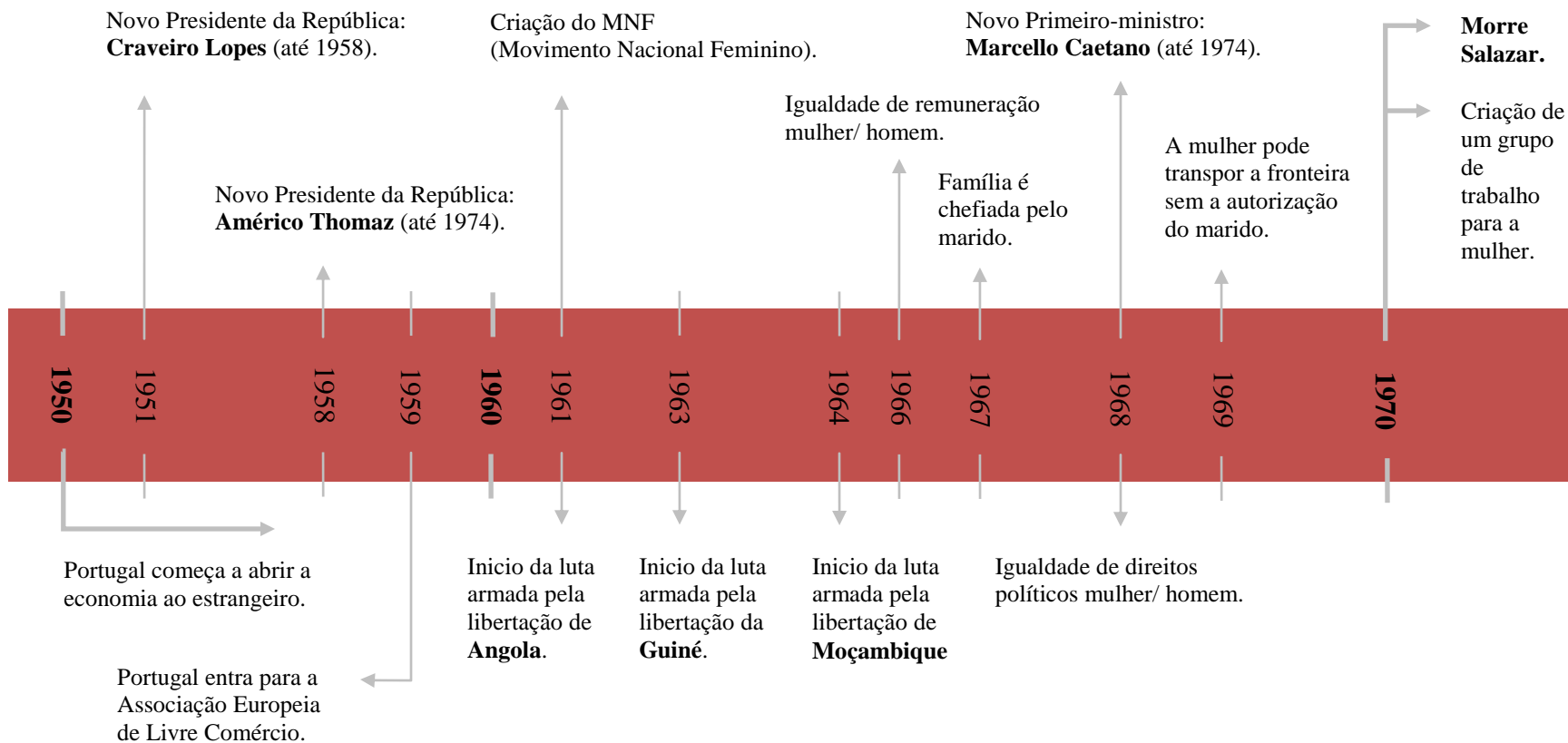
Cristine Garnier		Salazar” que contam alguns dos aspectos mais pessoais do líder.	conhece como o mais próximo de uma mulher com Salazar.
Duarte Pacheco	<ul style="list-style-type: none"> Ministro das obras públicas (1932-36) 	Foi autor de muitíssimos projectos de construção pública	Teve um poder concretizador e iniciativas de dimensão a pensar no futuro. Duarte Pacheco foi um verdadeiro revolucionário. É um exemplo da qualidade e eficiência dos que trabalhavam para o Estado Novo.
General Humberto Delgado	<ul style="list-style-type: none"> Militar Português 	Opositor do Estado Novo	Corporizou o principal movimento de tentativa de derrube do Estado Novo através de eleições. Acabou por perder para Américo Thomaz.
General Óscar Carmona	<ul style="list-style-type: none"> Presidente da República (1926-51) 		Cria condições para a entrada de Oliveira Salazar nos governos da Ditadura, permite a sua ascensão e vê-se, por este, ultrapassado. Acaba por morrer no exercício de funções.
Júlio Dantas	<ul style="list-style-type: none"> Médico, político, diplomata, dramaturgo Ministro da Instrução Pública e Ministro dos Negócios Estrangeiros (1921-23) 	Conseguiu alcançar durante a vida grande prestígio social e literário	Considerado retrógrado por alguns intelectuais coevos, como foi o caso de Almada Negreiros, que foi ao ponto de escrever o <i>Manifesto Anti-Dantas</i> e de o desconsiderar publicamente.
Marcello Caetano	<ul style="list-style-type: none"> Comissário Nacional da mocidade portuguesa (1940-44) Ministro das Colónias (1944-47) Presidente do Conselho de Ministros depois de Salazar (1968-74) 		Vendo que Salazar estava impossibilitado de governar, Américo Tomás chamou Marcelo Caetano a 27 de Setembro de 1968 para o substituir.
Silva Pais	<ul style="list-style-type: none"> Director da PIDE 		Foi durante 12 anos o chefe máximo da temida polícia política do regime e principal pilar do regime Salazarista.

* Figuras presentes no Glossário

Cronologia

Figuras e acontecimentos importantes durante o período do regime do Estado Novo





FIM DO ESTADO NOVO.

1ª mulher no governo:
Maria Teresa Lobo

1971

1974



As classes sociais em Portugal (durante o Salazarismo)

A posição social da mulher

A mulher que pretendemos retratar é a mulher portuguesa inserida num regime especial como foi o Estado Novo. No entanto, convém alertar para o facto que não foi só o regime que desenhou a mulher portuguesa do século XX. A sua educação e comportamentos, caracteristicamente antiquados e preconceituosos, não foram ‘produção independente’ do regime. Os pais, maridos e antepassados semearam por todo o país uma cultura tradicionalmente modesta e fechada como era a portuguesa.

No século XX a mulher começa a lutar pelo seu lugar público ao lado do homem.

O que levou o regime e os homens a quererem travar o mais possível este avanço?

- Os pais e maridos consideravam a emancipação da mulher um perigo para a imagem e nome da família; não a queriam fora de casa e muito menos como suas concorrentes;
- O estado defendia que uma mulher dedicada única e exclusivamente à casa e à família era um dos factores de sucesso para lares estáveis e um país bem sucedido.



No início do séc. XX, não só o Estado Novo mas também quase toda a sociedade mundial, tinha, ainda, uma visão muito atrasada e preconceituosa da mulher: mulheres-natureza, identificadas com a própria terra, fertilizada e modificada pelo homem, seriam seres de criatividade esgotada no acto de dar à luz, com uma racionalidade extremamente limitada, destinada só ao cumprimento da sua finalidade biológica. A sua submissão adviria da sua inferioridade natural, física e intelectual, e assim a ordem social, dando o poder aos homens, é uma ordem natural e de criação divina¹.

Segundo Jorge Crespo as mulheres, nesse tempo, estavam orientadas para ser subalternas, “na maioria dos casos identificavam-se como *“auxiliares” ou “acompanhantes” dos maridos, “ajudantes” nos momentos complexos do trabalho, sempre devotadas aos filhos e aos mais velhos da família, apreciadas pela sua “formosura”, distinguidas pela “generosidade” para com os desprotegidos, escondidas pelo anonimato, românticas e idealistas, sem educação para a “vida prática” e remetidas ao silêncio dos seus lares”*.

“Em contrapartida, as rebeldias contra o destino eram muitas vezes combatidas com a sua pretensa ligação ao luxo e à ociosidade, aos vícios que comprometiam a honra dos homens. Os heroísmos e as valentias apenas se justificavam na defesa dos seus homens e todas as energias deviam ser canalizadas para o aperfeiçoamento do modelo da dona de casa” (Jorge Crespo)².

As mulheres lá iam acompanhando os maridos e, discretamente e quando lhes era permitido, exerciam algum domínio na relação. A única forma que a mulher tinha de escolher um futuro era conduzir o do marido de encontro aos seus quereres.

Muitas mulheres conseguiram o seu papel principal e tornar-se exemplos de relevância na vida dos homens, não só como esposas. Azeredo Perdigão³, primeiro presidente da Gulbenkian, teve duas mulheres e ambas o influenciaram e sofisticaram: a primeira, como advogada, no plano jurídico, ajuda-o a tornar-se um “papa em direito civil e comercial”; a segunda, pianista, no plano artístico, impõe-no um “mecenas de criadores culturais”.

¹ CITE - Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego [da] Presidência do Conselho de Ministros e Ministério da Segurança Social e do Trabalho (2003)

² Actas dos 3^{os} cursos internacionais de verão de cascais, 1996

³ Ver em anexo de “figuras relevantes”

Também Salazar recorda imensas vezes a mãe e fala na sua dependência dela: *“Se a minha mãe não tivesse morrido, eu não seria ministro; ela não podia viver sem mim e eu não podia trabalhar com a sua inquietação”*⁴.

O impacto que as indumentárias femininas provocam, é muito maior que o dos homens. Será pelo facto de que o mundo feminino é muitas vezes relegado a um papel secundário na sociedade machista e patriarcal?

A mulher apercebe-se do potencial da sua imagem e dá ao vestuário novo rumo. O seu papel seria agora, não só o de adornar, enfeitar, mas o de espelhar a alma feminina, representar os seus interesses.

A moda, no entanto, não deixa de ter o seu papel tipicamente feminino na busca de prazer através da aparência. Sofre apenas constantes mudanças na tentativa de chegar à plena satisfação como ser social (Coelho, 1995).

“A exigência de a pessoa ser ela própria, a paixão pelas marcas da personalidade, a celebração mundana da individualidade, tiveram por efeito favorecer a ruptura com o respeito pela tradição, multiplicar os núcleos de iniciativa e de inovação, estimular as imaginações pessoais, doravante à espreita de novidades, de desvios, de originalidade” (Lipovetsky, 1989:80).

Salazar defende que se tem que *“conceder e garantir aquele grau de liberdade consentâneo com eficiência das disciplinas interiores do homem e do meio social. Sem isso não haverá ordem e progresso interno nem ordem que preste com as mais nações”* (Salazar, Maio 1945)⁵. No entanto é visível um *“véu de silêncio que caiu sobre o país, tapou todas as bocas e todos os ouvidos, causou uma espécie de introversão social. (...) A causa principal desse estado de espírito é – precisamente – a falta de liberdade, de pensamento – que Salazar diz necessária mas que o povo nega usufruir –, de que a censura é o instrumento actuante. Ninguém de boa fé e de boa vontade pode admitir que ela tenha*

⁴ DaCosta (1998:218)

⁵ Ploncard d’Assac (1989[1967]:176)

... sido mantida durante 30 anos por uma situação política que se diz solidamente firmada na consciência nacional”⁶.

A nova mulher, emancipada e trabalhadora, começa a tentar gozar finalmente alguns dos prazeres da vida, antes acessíveis apenas aos homens. Porém, em simultâneo com este apogeu social, é acusada de desestabilizar os lares e as famílias. Os homens e o estado, desde o início contra a independência feminina, culpam a mulher de não ser capaz de gerir as três funções a que agora se propõe – vida doméstica, educação dos filhos e trabalho. A delinquência juvenil e a rebeldia das adolescentes, cada vez mais excessivas, fazem parte da lista de acusações da mulher ‘fora-do-lar’.

Publicações conservadoras como o jornal *Novidades* aconselhavam “Cautela com os convívios!” (N, 1961, 21682), enquanto no *Encontro*, jornal oficial da JUC⁷, dois estudantes advertiam: “Cuidado, quando falamos de igualdade entre os dois sexos, ao mesmo tempo que falamos de convívio” (E, 1961, 33). Esta questão prolongou-se por todo este período e constituiu uma autêntica barreira divisória entre os campos académicos. Já no rescaldo da “crise de 62”, o CADC⁸ censurava, na revista *Estudos*, a “atitude de numerosas raparigas, indo passar a noite ao edifício da AA juntamente com os rapazes, onde necessariamente as circunstâncias fariam diminuir para com elas o respeito de que sempre se devem rodear” (Es, 1962, 406-407).

Nos anos 60 a juventude irrompe o cenário do socialmente correcto enfrentando família, professores e a própria política. Com as novas modas de rua ou modas marginais, os adolescentes tornam-se os novos actores sociais autónomos e o novo modelo de modernidade para as mulheres.

“Em resultado desta ruptura geracional, que é a expressão de uma mutação civilizacional de fundo, vai verificar-se uma cisão estrutural no mundo da moda” (Melo, 2001).

⁶ Entrevista do escritor Manuel Mendes (“Diário Popular” de 20.Maiio.1958)

⁷ Juventude Universitária Católica

⁸ Centro Académico da Democracia Cristã

A pílula é a novidade da década. Com o novíssimo método contraceptivo, a mulher já pondera o aborto, o controlo da natalidade e o divórcio como soluções e opções de vida, o que é considerado pela sociedade como actos ‘drásticos’, ‘horríveis’ e ‘criminosos’ e justificam esta opinião com a teoria mulher natureza⁹.

As mulheres, ao não terem actividade para além da de mulher/dona de casa, são caracterizadas, diferenciadas e julgadas unicamente através do critério da roupa/beleza. A falta de roupa da mulher, os decotes profundos e as mini-saias, o erotismo e a pornografia (nos casos extremos) são vistos como a “completa degradação” da mulher. Esta começa a ser vista como o ser mau e astuto, que desnuda, que provoca, que desafia, é ela que arrasta à desmoralização.

Para o estado, economicamente falando, num casal desta época a mulher deveria ser, ao invés de tudo o que acabámos de descrever, o agente “produtor de crianças” e de “tarefas domésticas”, e o homem um agente “produtor de bens de consumo”. O problema da mulher é que este era um “emprego” não reconhecido, não remunerado e, pior que tudo, não intencionado por ela.

A mulher física, mesmo sem “conteúdo”, era portanto mais que suficiente para a sociedade actual. Na sociedade capitalista, os três papéis desempenhados pela mulher geravam lucros evidentes:

- Mulher ‘objecto de consumo’ – Filmes espectáculos, revistas – o que se vende é o corpo feminino;
- Mulher ‘consumidora’ – Na moda, nos objectos de culto, na decoração do lar, nos novos electrodomésticos – a mulher era quem mais consumia;
- Mulher ‘motivadora de consumo’ – a mulher é a imagem da ‘venda’, da publicidade, é através do seu sorriso que se vendem a maioria dos produtos.

⁹ Termo explicado na primeira página deste capítulo

As diferentes imagens da mulher são resultado das variáveis económicas (sendo a situação económica fundamentalmente controlada por homens). Na sociedade portuguesa existiam, em 1975, as seguintes tendências económico-políticas:

- Conservação da ‘sociedade portuguesa tradicional – o que leva a um capitalismo subdesenvolvido;
- Reconhecimento da necessidade de transformações – tentativa para desenvolver o capitalismo;
- Tendência/caminhar para o socialismo.

Este ‘tradicionalismo’, ‘necessidade de transformação’ ou ‘socialismo’ foram características espelhadas essencialmente na mulher. O “boom” que os costumes, as tradições, os géneros, a economia, a política, as tecnologias sofreram face ao mundo, foi aproveitado da melhor forma pela mulher, que “apanhou a boleia” para fazer a sua própria emancipação face aos homens.

Algumas mulheres escolheram não se libertar totalmente, não porque não o pretendiam na realidade, mas porque receavam uma “masculinização”. Apesar das liberdades já permitidas, a mulher é ainda muito vista através do homem, a partir dele, ele é o ponto de partida, de comparação sempre que se caracteriza uma mulher.

“Sempre que a mulher sai do seu estereótipo fica culturalmente despida”¹⁰.

Nos anos 70, como resultado da então libertação vs conservadorismo da mulher, são visíveis grandes dicotomias na sua imagem. Continua a existir a mulher tradicional enquanto a “vamp” já se impõe. A mulher pura, sublime e companheira vive em paralelo com a impura, tentadora e inimiga, na mesma sociedade.

No entanto há uma terceira versão. Uma mulher já moderna, que não deixa de ser tradicional mas que tem certas regalias, ajudas no seu papel: Apregoa-se à simplificação e

¹⁰ Autor desconhecido

ao progresso no lar. A mulher não deixa de ser “produtora” de filhos e de funções domésticas mas tem direito a electrodomésticos, produtos rápidos. – Versão proposta pela ideologia de consumo, é claro.

As elites e as massas - Quais as diferenças?

“O homem aparece-nos enquadrado desde o começo da vida em vários tipos de associação, porque naturalmente não pode criar-se nem viver, nem educar-se, nem desenvolver-se sozinho e só por meios individuais. A família é o primeiro grupo natural, a profissão outro, a igreja outro, a sociedade civil outro, e ainda mais à semelhança destes. O homem tende para o grupo por exigência da sua condição, instinto de defesa, ambição de progresso” (Salazar, Julho 1942)¹¹.

“A partir do final da Segunda Guerra Mundial, nas sociedades que seguem o modelo de desenvolvimento ocidental assistimos a um progressivo esbater das demarcações estritas fixas entre classes e uma diluição da rigidez de fronteiras entre cultura de elite e cultura de massas, alta cultura e cultura popular” (Melo, 2001).

O mundo da moda, até então feito de anos dourados e repletos de luxo, é arrastado com a queda das elites. Estas perdem o monopólio que detinham para as classes juvenis. Os adolescentes são agora vistos como os maiores difusores da indústria cultural de massas.

A explosão cultural, a revolução “pop” e o desmesurado consumo de massas que se apoderou da sociedade dita o fim da “moda limitada às elites” (Melo, 2001).

Nos anos 50 e 60, segundo Peter York (1994), a moda ocidental *“tinha o seu establishment, uma espécie de Vaticano”*, e neste quadro *“havia ditadores que estabeleciam as regras que toda a gente seguia.*

¹¹ Ploncard d’Assac (1989[1967]:162)

(...) As regras eram impostas como leis, à maneira do mundo antigo... Eram definidas pelos editores das revistas para serem seguidas pelos leitores. (...) Havia ditames sobre o formato das roupas para mulher”, as cores, os tecidos, os acessórios.

Ted Polhemus (1994) analisa, tal como York, esta época e conclui que o transformado mundo da moda vivia, agora, de 3 novas características: *“a celebração do novo; a uniformidade, com a afirmação em cada momento de uma única tendência dominante; uma dinâmica de difusão que vai de cima para baixo, da alta sociedade até ao mercado de massas”*.

A moda feminina começa a mudar e a evoluir *“em virtude dos novos valores ligados às sociedades liberais no estágio da produção e do consumo de massa. (...) O universo dos objectos, dos media, dos lazeres, permitiu a emergência de uma cultura de massa hedonista¹² e juvenil que está no âmago do declínio final da moda sumptuária. A expansão de uma cultura jovem – em Portugal, durante os anos 60 – acelerou a difusão dos valores hedonistas e contribuiu para dar um novo rosto à reivindicação individualista”* (Lipovetsky, 1989:162).

Nas diferentes camadas e fracções do corpo social é onde podemos passar a encontrar a “verdade da moda”. A sua versatilidade encontra, agora, o seu espaço nas rivalidades de classes, nas lutas de concorrência pelo prestígio a que estas se prestam (Lipovetsky, 1989:16).

Enquanto as massas se vestiam de acordo com o último grito, de forma mais “descuidada” (propositadamente) e prática, a prestigiosa minoria social envergava trajés mais clássicos e sem graça.

As compras em preço e em qualidade variavam, como ainda hoje, de classe social para classe social, no entanto há uma tendência comum: o gosto pelo “relax”, pela fantasia e para as roupas dos tempos livres. Nestes momentos, tanto ricos como pobres, tanto os jovens como os mais velhos usavam o mais prático, a nova *sportswear*.

¹² Doutrina filosófica que faz do prazer o objecto da vida.

O *sportswear* e o recuo das peças clássicas corresponde ao registo de uma personalidade menos tributária das normas de exibição de prestígio, menos preocupada com a competição e com a diferenciação social ostensiva na ordem das aparências. O “fato de domingo” desapareceu, o fascínio exercido pelo traje rico das classes superiores eclipsou-se (Lipovedsky, 1989:198).

A moda passa de “sinal de classe” a “instrumento de sedução”. A culpa? Do individualismo contemporâneo, que, em benefício do prazer, reduz a dimensão do símbolo hierárquico no vestuário.

Os jeans são, no entanto, o maior de todos os exemplos da época do consumismo desenfreado de massas. “Entrem na lenda” – diz com razão a publicidade Levi’s.

Os jeans consagrariam a standardização em massa das aparências, logo a negação do individualismo no vestir... Com esta afirmação não estaremos a negar a questão da individualidade, expressa nos parágrafos anteriores? Na verdade, nem por isso. Expliquemos melhor. “Os jeans como objecto de culto”, que todos, sem excepção, detinham não é mais do que uma ilusão de perspectiva: como qualquer outra moda, as novas calças de ganga são uma peça de roupa escolhida – de modo nenhum imposta por uma tradição qualquer – e decorre, por isso, da livre apreciação dos particulares, os quais podem adoptá-la, rejeitá-la ou combiná-la à escolha com outros elementos. Concluindo: a propagação social dos jeans não diz senão isto: “*a moda conjuga sempre o individualismo e o conformismo, o individualismo só se desenrola através de mimetismos*” (Lipovetsky, 1989:199).

Para Salazar o verdadeiro conhecimento há-de pertencer sempre às elites, não às massas. “*Às massas basta saber ler, escrever, contar; bastam o folclore, as procissões, o futebol, as viagens, as romarias, os cafés, a rádio e, síntese suprema, a televisão*” (DaCosta, 1998:153). Salazar não acredita na democracia, para ele “as desigualdades são naturais”.

A caracterização pública – física e social – da mulher, nos jornais e revistas por exemplo, varia muito de acordo com a sua classe social. Se for das classes mais baixas é normal a sua

aparição em notícias de contestação fabril, de melhores condições, etc. No caso das mulheres pertencentes a classes altas são notórias as imagens em que se fazem passar por acompanhantes de alguma figura importante. É curioso reparar que, tanto umas como outras, tem um papel secundário nas notícias em que aparecem. São sempre figuras anónimas, que apenas servem para adornar informações de essência política e social, que sempre tem como figura dominante o homem (Barreno, 1976).

“É nos anos setenta que o vestuário se torna realmente a expressão da personalidade de cada um. Era estabelecer a diferença através da maneira como se vestiam” – relembra Ana Salazar¹³.

Mas a diferença de que se fala nos anos 70 já não era mais a de outrora. Agora, o importante já não é estar o mais perto possível dos últimos cânones da moda e muito menos ostentar distinção social, é realçar-se a si próprio! Agradar, surpreender, perturbar, parecer jovem eram estados que se aplicavam à nova maneira de vestir.

Segundo Lipovetsky (1989:53) *“a moda é um sistema original de regulação e de pressão social: as suas mudanças apresentam um carácter constrangedor, são acompanhadas do dever de adopção e de assimilação, impõem-se mais ou menos obrigatoriamente a um meio social determinado”*.

Numa sociedade extremamente vigiada como a de Portugal salazarista, onde a ideologia oficial habitava (ou invadia) todos os domínios da vida social este facto era ainda mais notado.

Sendo Portugal um país atrasadíssimo em relação à restante Europa, por mais que as classes mais elevadas possuíssem acesso a outros bens de consumo, estes encontravam-se ‘desactualizados’. A literatura, a imprensa, a moda não era a mais actual nem justa, já para não falar na estrangeira, que nos estava completamente vedada.

A moda sempre viveu de conformidade social, até então. Com o decorrer do século XX, como meio de expressão individual, a moda passa a ser um facto.

¹³ Estilista portuguesa que revolucionou a moda nacional nos anos 70.

Claro que ser completamente diferente é relativo, umas calças são sempre umas calças e uma camisa uma camisa, por mais diferentes que sejam os seus padrões, cores ou formas. Muito mais num país com as condições de Portugal, de visão limitada. O mote cá era ser como os outros mas não completamente como eles.

A moda começa a reinar sobre o parecer por ser *“um meio privilegiado de expressão da unicidade das pessoas: tanto quanto um sinal de condição, de classe e de país, a moda foi desde logo um instrumento de inscrição da diferença e da liberdade individuais”* (Lipovetsky, 1989:59)

Os liceus e universidades como elite

É possível encontrar na época, em círculos restritos, uma abordagem política de temáticas predominantemente entendidas como pertencentes ao âmbito do privado. A este nível, são bastante interessantes alguns textos produzidos pelo grupo *Quem somos e o que Queremos*, compilados no volume *Igualdade Radical para a Mulher*. Num amplo repertório de temas, problematiza-se o casamento, a virgindade, a pornografia, os concursos de beleza, a moda, o nudismo, a homossexualidade, a paz, o papel das mulheres perante a guerra colonial, a segregação sexual no desporto e o machismo. O grupo era composto essencialmente por estudantes universitários de Coimbra, oriundos dos sectores católicos e que se haviam debruçado sobre estas questões pelo menos durante o ano lectivo de 1969/70 (Cardina, 2009).¹⁴

Paula Fonseca, membro da AEIST da altura, recorda, num desses textos, um processo que lhe coube conduzir, o da extinção da “sala das alunas”:

“Qual não é o meu espanto quando começa a reunião e ninguém se inscrevia para falar. Falavam umas com as outras, eram galinhas cacarejantes. Apercebi-me das conversas daqui e dali, diziam que precisavam de um espelho e, eu disse: “claro, põe-se um espelho na casa de banho, um espelho maior!” ... depois diziam que precisavam de sofás... A dada

¹⁴ Caminhos da memória (9.Abr.2009)

altura apercebi-me que aquelas moças só votariam a favor de acabar com a sala se lhes déssemos outra sala das alunas – e foi aí que a minha experiência valeu mais – percebi que não ia pôr nada à votação. Disse que ia criar condições na casa de banho e adiou-se a reunião até hoje. Mas eu ainda não tinha percebido o porquê daquela resistência. No final da reunião depois de falar com a representante mais destacada pró Sala das alunas comecei a perceber que achavam necessário “estar sempre composta” perante os homens, condição para arranjar marido”¹⁵.

Na maioria dos organismos culturais começa a pôr-se em causa os princípios tradicionais de sociabilidade e moralidade. A capa e batina deixa de ter lugar nas apresentações ao vivo do Coro Misto e do CELUC, para desilusão da “burguesia”. As habituais práticas de integração são analisadas à luz dos novos valores dominantes. No início de 1972 a direcção do GEFAC, considerando que a integração se faz “pelo espírito, e não por manifestações que nada tem a ver com formalismos protocolares” propõe a abolição de uma pequena cerimónia apelidada de “baptismo”, que consistia na escolha de um elemento do sexo oposto com quem se selava a entrada no grupo com um beijo, justificando que, “com 1969, e suas consequências, os estudantes passaram a debruçar-se sobre os problemas que directamente lhe tocavam, e em 1970, aboliram todas as manifestações praxísticas, renegando todo o carácter formal que tais manifestações traduziam, libertando-se assim de conceitos de privilégio e hierarquia de que enfermava a vida académica” (doc. manuscrito, GEFAC, 19-01-72)¹⁶.

Ainda que a própria natureza das tradições, rituais e cultura académica evolua “à imagem da Universidade e da sociedade” (Frias, 2003: 82), a praxe, como nota Maria Eduarda Cruzeiro, enquanto “marca social distinta de pertença ao grupo”, constituída por rituais de passagem visando tornar o ser “diferente e superior”, não parece possuir uma elasticidade total (Cruzeiro, 1986: 124). Assim sendo, a manifestação de práticas elitistas (em relação ao

¹⁵ Ibid

¹⁶ Caminhos da memória (9.Abr.2009)

exterior) e hierárquicas (no seu interior), não se mostrava, de modo algum, harmonizável com os alicerces dos novos discursos que iam dominando o universo estudantil¹⁷.

Um elevado grau de politização, marcado pela irrupção dos mais variados matizes do marxismo enquanto referência macro explicativa tornada dominante, acabaria por empurrar para um passado indesejável a praxe enquanto fenómeno de produção e reprodução de uma sociedade desigual. Os estudantes já não se viam a si próprios como uma elite desligada da sociedade, confinada à cidade universitária e vivendo num mundo de tradições corporativas. A sua auto-imagem já não estava configurada em virtude do seu estatuto de privilégio, mas de acordo com um dever, nacional e internacional, de comprometimento social e de cidadania¹⁸.

“Nos liceus, depois do 25 de Abril, as fardas dividem as hostes: betinhos para um lado, janados e esquerdistas para outro.

As meninas bem ou nem por isso do CDS e do PPD não dispensam a calça “da costureira Adélia”, impreterivelmente de terylene azul escuro, a rebinchar nas coxas, a afunilar nos joelhos e com uma dramática alargadura em baixo, o pullover da Sydney azul ou rosa bebé, amarelo cueca ou grená sobre a camisa de golas abertas ou amarrado à cintura, um monte de fios de ouro, prata ou pechisbeque e sapatinho de aplicação dourada, os meninos igual mas com calça de bombazina e mota faiscante, tudo de ray-bans.

Os outros (esquerdistas) misturavam influências campestres e folk – camisas de flanela aos quadrados da Nazaré, camisolonas de lã poveira, botas alentejanas, jeans puídos – e sempre os mesmos durante pelo menos um mês –, ténis de cabedal, casacos de pele de carneiro, anoraks, écharpes indianas, saias indianas, brincos indianos, drogas indianas” (Câncio, 2001:328).

"O vestuário é comunicação", afirmou Umberto Eco na obra "A Psicologia do Vestir".

¹⁷ Ibid

¹⁸ Cardina [s.d.]

O traje português espelhava a moral (a pobreza honesta, a conciliação de classes, os valores patrióticos, o premiar das virtudes e o castigo dos vícios) e o ambiente (a cidade, onde sobressaem valores, os pequenos dramas e as pequenas comédias do povo, ou o campo, sempre o lugar de encontro de verdadeiras virtudes) (Reis Torgal)¹⁹.

¹⁹ Actas dos 2^{os} cursos internacionais de verão de cascais (1995)

Posição da mulher num Portugal Salazarista

Tendo em conta que a nossa dissertação é de carácter histórico e se baseia em factos resultantes do cruzamento da moda feminina com a política do Estado Novo, convém começar por compreender qual o papel atribuído por Salazar à mulher. É o que faremos num contexto de outros acontecimentos históricos importantes em Portugal, durante o regime Salazarista.

Não nos podemos esquecer que Portugal, independentemente do movimento político que viveu, ia sempre enfrentar uma grande reviravolta a todos os níveis, já que o século XX foi o século das mudanças, das evoluções, da libertação dos costumes.

O período do Estado Novo coincidiu com o período de emancipação da mulher, onde esta faz a transição de passiva para activa na nossa sociedade. Desta emancipação criam-se grandes choques entre a mulher, a sociedade e o regime vigente – o Estado Novo.

Mas o século XX foi também o século de grandes dificuldades, das duas Grandes Guerras, da crise económica. Por um lado o mundo e Portugal queriam avançar, resultado de todas as descobertas e inovações da época, por outro era a altura menos propícia, principalmente em termos económicos, para isso, o mundo não se encontrava em condições de acompanhar as evoluções propostas. O que acabou por acontecer foi um “boom” que não se conseguiu travar pela “sede” comportamental e consumista que a sociedade mundial sentia saída de duas Guerras, mas um “boom atrapalhado”, um “boom adaptado” as capacidades mundiais.

Em 1963 sentiam-se os efeitos positivos em todo o mundo da reconstrução do pós guerra, a economia voltava a ser prospera, os ditadores caíram, o cinema e a música impunham-se na cultura mundial de dia para dia, começam a aparecer os primeiros electrodomésticos. Em Portugal tudo isto teve, também, o seu devido impacto, no entanto, estávamos anos-luz atrás. Portugal vivia uma história paralela à do resto do mundo; vivia o desenvolvimento? Sim, mas de uma forma muito peculiar, muito nacionalista.

Portugal encontrava-se dependente das regras do regime que o dirigia. Os jornais continuavam a ser censurados, os filmes mutilados, as manifestações proibidas, as

importações super condicionadas. Com tudo isto era impossível um acompanhamento mundial total.

“Em Kings road as saias subiam, no Estoril as adolescentes eram obrigadas a usar fatos de banho largos e longos saiotos (...) Quando, nas caves de Paris, a escuridão era tal que o reconhecimento do parceiro era difícil, as mães portuguesas vigiavam a proximidade entre os corpos dos jovens com atenção maníaca. Quando nas capelas anglicanas, os pastores abriam os templos a hippies de rabo-de-cavalo, nas igrejas portuguesas as meninas não podiam entrar sem meias de vidro. Quando em Liverpool, os beatles faziam andar à roda a cabeça dos adolescentes, em Lisboa vibrava-se com António Calvário” (Mónica 1996).

Com todas estas condicionantes, os portugueses ficavam ainda mais “apaixonados” por tudo o que lhes era negado: As modas estrangeiras, as leituras imorais, as apetências por consumos aberrantes. A Coca-Cola, bebida mundialmente famosa e que teve o seu grande lançamento mundial na primeira metade do séc. XX, é um dos exemplos de produtos interditados pelo estado português.

As importações de que Portugal se privava deviam-se, também, ao desequilíbrio dos sistemas de produção da maioria dos países europeus, que viviam em estado de guerra.

As trocas reverteram-se, os produtos portugueses são procurados e solicitados como nunca antes. A produção nacional aumenta e a balança comercial portuguesa começou a ter e a manter saldo positivo – exportava têxteis, metais, açúcar, tabaco e volfrâmio para os países em guerra.

Apesar do Estado Novo ter conseguido manter Portugal neutro na 2ª Grande Guerra (1939-1945), aproveitava o estado de calamidade mundial para exportar os seus produtos a quem pagasse mais caro, os países envolvidos estavam debilitados e necessitados de qualquer ajuda externa.

A posição portuguesa perante a 2ª Guerra Mundial é, então e só, a de defesa da nossa independência em relação ao conflito. Salazar numa intervenção feita perante a Assembleia Nacional declara o seguinte: "Ouço que a algumas pessoas as preocupa sobretudo saber as consequências que da guerra advirão para as democracias ou para os regimes de autoridade,

e por aí determinam os seus íntimos desejos. Atrevo-me a dizer que a situação é indigna de nós, primeiro porque só os povos que não sabem governar-se é que estão à espera de saber como os outros se governam (...), segundo, porque ou nesta guerra se não discute nada, ou estão em jogo problemas de tal transcendência que a seu lado parece trágica ou ridícula a preocupação de situações políticas - porque infelizmente é disto que se trata!". O Governo defende o que entende ser o "interesse português" e não as afinidades ideológicas com qualquer das partes em conflito. Salazar entendia que Portugal pouco tinha a ver com a política europeia, sendo a sua vocação essencialmente ultramarina, o "interesse português" era, então, o de se afastar o mais possível do conflito entre os aliados e o eixo.

Portugal tornou-se uma das raras zonas de paz num mundo "a ferro e fogo", e serviu de refúgio a muitos foragidos de variadíssimas proveniências. Um desses "refugiados" foi o arménio Calouste Gulbenkian, que se fixou no nosso país depois de passar por Londres e Paris. A viagem seria só de escala, mas o empresário acaba por adoecer e ficar mais tempo do que o previsto. Agradado com a paz que em Portugal se vivia durante o conflito que devastava o resto da Europa e sentindo-se bem acolhido, Gulbenkian estabelece residência permanente em Lisboa, no Hotel Aviz, ficando até à sua morte, em 1955. A Portugal deixou como herança a sua fortuna artística para a constituição da Fundação com o seu nome, a qual se tornou uma das mais notáveis instituições ao serviço da cultura em Portugal.

O fim da Segunda Guerra Mundial representou na Europa Ocidental, do ponto de vista político, o triunfo das democracias como forma de governo e a condenação dos totalitarismos. Em Portugal, embora se reconhecesse o mérito da obra de Salazar no que respeita à reorganização financeira, à restauração económica e à defesa da paz, muitos entenderam que tinha chegado a oportunidade de mudança, aproveitando a "onda" mundial. A reabilitação das democracias levava um grande sector da opinião a desejar o regresso a uma forma de governo baseada na representação parlamentar. Houve vários esforços por parte da oposição ao Governo no sentido de obter a condenação da situação portuguesa na nova ordem internacional. O Estado Novo viveu uma época de grande pressão externa mas lutou arduamente para se fazer aceitar com as suas características de sempre, correu mesmo

perigo de ruptura, mas Salazar era um político muito respeitado a nível internacional e não deixou que a tendência europeia influenciasse Portugal e o seu governo.

Internamente também se verificam problemas: a Guerra Civil de Espanha (1936-1939), logo seguida pela Segunda Guerra Mundial, trazem problemas de escassez de géneros (Portugal era deficitário quanto a alimentos) e a inflação dispara. O Governo recorre, embora tardiamente, a racionamento de géneros e fixação de preços e aumenta a corrupção do aparelho corporativo. Estalam várias greves que são reprimidas pela polícia política e pelo Exército, estando a situação controlada em 1944²⁰.

As estruturas familiares modificavam-se, “rebelavam-se” por todo o mundo. A família ideal e real já não era a mesma, “*a família nuclear estava em crise*” (Mónica, 1996). Com o fim da guerra, os sexos e as gerações colidiram entre si, resultado de uma grande revolução cultural. Em Portugal, esta “revolução” dá-se, como quase tudo no nosso país, um pouco mais tarde. Só em 1974 os nossos divórcios começaram a aumentar e os casamentos católicos e os nascimentos a diminuir.

Aos olhos do mundo, Portugal era um país pobre e atrasado. Portugal afastava-se, cada vez mais, da Europa. “*O tipo de família proposta pelo estado nada tinha a ver com as do resto da sociedade ocidental*” (Mónica, 1996).

Havia muitas desigualdades no meio familiar e, principalmente entre os sexos. Homem e mulher não tinham os mesmos deveres, verdade, mas não teriam também os mesmos direitos. Os deveres que o estado aplica a mulher cingem-se à família e ao lar. Quando arrisca fora do território a que está predestinada e protegida sente a exploração dessa infracção.

No *avante clandestino* de Novembro de 1936 podemos assistir a uma revolta das trabalhadoras da fábrica de conservas “A Lusitânia” em que ganhavam à volta de 6\$, enquanto que o homem 11\$ (quase o dobro). É claro que as entidades patronais se aproveitavam das desigualdades, neste caso em 200 operários da fábrica, 188 eram

²⁰ Infopédia, *Portugal e a segunda Guerra Mundial* (10 Fev. 2010)

mulheres. O trabalho feminino satisfazia tanto como o masculino, com a vantagem de ser muito mais barato²¹.

A mulher portuguesa dos anos 60 é, ainda, a imagem do tradicionalismo e ruralismo do nosso povo:

- Só podia votar quando era chefe de família ou possuía curso médio ou superior
- Para possuir passaporte tinha que ter a autorização do marido
- Só podia abrir um negócio, também, com a autorização do marido
- Ao sair do país e quando abria uma conta bancária eram necessários documentos aprovados pelo marido
- Só podia trabalhar com o apoio/autorização do marido
- Se casasse com um estrangeiro perdia automaticamente a nacionalidade
- Só poderia separar-se no caso de "adultério do marido com escândalo público ou completo desamparo da mulher ou concubina teúda e manteúda no domicílio conjugal"
- Não podia administrar os bens sem consentimento do marido

O filme de José Leitão Barros, “a severa” (1930) personifica bastante bem a mulher portuguesa da altura como ser dependente de uma figura masculina. A cigana severa, interpretada por Dina Teresa, é retratada como uma mulher moderna para a época, uma mulher “auto-suficiente, pós sincronizada, que fascina e enfeitiça os homens através do seu fado”²², no entanto ela vive numa constante encruzilhada, pois o seu “feitiço” faz, também, com que não consiga alcançar o ideal da mulher portuguesa: a segurança, o apoio, o abrigo de um homem.

As mulheres e as crianças deviam respeito e obediência ao homem. Este era a figura dominante em tudo, o estado é o primeiro a alimentar esta desigualdade e a proclamar o

²¹ Avante! (2ªquinzena.Nov. 1936)

²² As mulheres e o cinema (24.Mai.2009)

culto do chefe: “*Na família, o chefe é o pai; na escola, o chefe é o padre; na nação, o chefe é o governo*” – A mulher, segundo o que já observámos até aqui do seu papel, seria o ‘chefe moral’ da família.

Havia casos, no entanto, em que a mulher se conseguia destacar do homem e estar mesmo no topo da hierarquia. No exercício do ensino escolar, por exemplo, o “chefe” era, geralmente uma mulher. Sobre as professoras era exercido um “*puritanismo aberrante*”²³, a sua conduta moral era posta em causa, os jornais do regime denunciavam e atacavam-nas, no correio de Coimbra pode ler-se: “*A insensatez com que certas professoras se apresentavam trajando luxuosamente, indo algumas delas, vestidas de seda, ensinar meninos*”²⁴. O vestuário e a maquilhagem eram criticados sob o pretexto de que “*uma pequena funcionária não teria vencimento suficiente para roupas*”²⁵ e adereços de luxo.

À mulher competia, sobretudo, os cuidados domésticos: “*manter o asseio, a ordem e a alegria do lar*” lia-se, já em 1934, no código civil desse mesmo ano, mas a realidade social evidenciava a existência de “*mulheres a trabalhar ganhando 2/3 do salário do homem*”²⁶.

Para o regime do Estado Novo a mulher deveria “ficar em casa” enquanto o marido assegurava o sustento desta, dos filhos e da casa. Nos casos particulares, em que as profissões deveriam ser exercidas por mulheres, como no ensino escolar, o governo criou condições especiais mas não menos moralistas. “*Em 1936, o governo chegou mesmo a decidir que as professoras só podiam casar com a sua autorização. O noivo teria de demonstrar bom comportamento moral e civil e garantir meios de subsistência adequados com o de uma professora*”²⁷. Saía mesmo em Diário da República a autorização para a professora ou enfermeira “X” casar com o fulano “Y”²⁸.

Segundo o regime a mulher deveria sempre ficar subordinada ao homem, logo, o seu emprego nunca deveria ser melhor nem mais rentável que o do marido. “*Para o Estado*

²³ Mónica (1996)

²⁴ Ibid

²⁵ Ibid

²⁶ Movimento democrático de mulheres (31.Dez.2004)

²⁷ Mónica (1996)

²⁸ Jornalismo porto net (26.Abr.2004)

Novo, a mestra não devia exprimir ideias, evidenciar encantos físicos ou perder a virgindade”(Mónica, 1996).

O regime salazarista cria uma nova imagem da mulher, idealizada pela religião e pela moral. Assim, ela devia ser uma esposa carinhosa e submissa, uma mãe sacrificada e virtuosa. Aliás, numa entrevista que Salazar concedeu a António Ferro, em 1932, este descreveu o ditador português como "elegantemente anti-feminista tal como Mussolini, como quase todos os ditadores"²⁹.

Mas, no fundo, todo este discurso de ‘família’ e ‘lugar-da-mulher-é-no-lar’ tinha como propósito eliminar a concorrência feminina num mercado de trabalho onde existia desemprego, onde algumas empresas competiam desregradamente e deslealmente com outras, à custa da mãe-de-obra feminina e infantil.

É preciso saber dizer não, defendia Salazar, *“só à consciência de um homem, diante do país e da sua história compete dizer sim! Não! Deste sim, deste não, depende a vida dos governos, o trabalho das assembleias, a guerra, a paz, a prosperidade, a miséria, a honra da nação, os caminhos do futuro. Vêde se não é pesado decidir”*³⁰.

Às dúvidas e ao negativismo passado tentou impor-se o conforto das grandes certezas, das grandes glórias. O governo administra através de uma pirâmide de interesses que impõe a si mesmo e que, ao longo do tempo, educa também o seu povo a seguir. *“Não discutimos Deus e a virtude; não discutimos a Pátria e a sua História; não discutimos a autoridade e o seu prestígio; não discutimos a família e a sua moral; não discutimos a glória do trabalho e o seu dever”* e, para se chegar à concretização deste ideário duas coisas são necessárias: *“a compreensão do povo e a sinceridade do poder”* – conclui Salazar³¹.

O estado tentava iludir as mulheres com um falso progresso na sua igualdade e independência, Salazar cria novas leis de igualdade – como a constituição de 1933, em que o regime estabelece o princípio da igualdade entre cidadãos perante a lei. No entanto, nas entre linhas do documento constam as exceções dirigidas à mulher, “diferenças resultantes

²⁹ Ferro (1933:132-136)

³⁰ Ploncard d’Assac (1989[1967]:102)

³¹ Ploncard d’Assac (1989[1967]:114)

(para o bem) de sua natureza e do bem da família”³². Salazar considerava que o aparelho produtivo não devia afastar a mulher da família. A verdade é que, segundo o dirigente, esta situação não trazia qualquer vantagem para a mulher, pelo contrário, prejudicava a verdadeira função feminina na família.

Também em Novembro de 1934, Salazar anuncia, juntamente com alguns dos princípios do novíssimo Estado Novo, que algumas mulheres seriam chamadas a sentar-se nas duas assembleias. Depois, contradiz-se e, com humor, remata: “*o que não significa ter-se o Estado ou elas próprias convertido, agora, ao feminismo*”³³.

A mulher via-se, assim e sempre, relegada para um plano secundário na família e na sociedade em geral, ou seja, formalmente a constituição estabelecera o princípio da igualdade mas na prática não tinha grande vigência.

Apesar de todo o esforço demonstrado pelo estado para lutar contra a modernização dos costumes, as mulheres emancipavam-se, de dia para dia. Na década de 40, já 17% da população nacional feminina era activa: criadas, trabalhadoras rurais e operárias (indústria têxtil), na sua maioria.

Às brechas abertas na ideologia, o estado afirmava preferir que a mulher fosse dactilógrafa, enfermeira, costureira – profissões autorizadas pelo estado – do que prostituta, por exemplo. A prostituição, tal como o aborto, chega mesmo a ser considerada, em certas circunstâncias, um crime. “*Em 1930, 2600 prostitutas estavam registadas na polícia mas o número real era muito maior. A maior parte delas eram antigas criadas, que os ex patrões tinham engravidado antes de as porem na rua*” (Mónica, 1996). Foi tentado de tudo para acabar com a prostituição em Portugal, mas há coisas impossíveis de extirpar.

Na década de 60 esta realidade não tinha mudado muito, “*as trabalhadoras eram apenas 13,1% mas muitas outras tinham ocupação sem que as contabilizassem como activas*”³⁴. Em 1967, entra em vigor um novo código civil que exalta, ainda mais, os poderes dos

³² Jornalismo porto net (26.Abr.2004)

³³ Ploncard d’Assac (1989[1967]:101)

³⁴ Movimento democrático de mulheres (31.Dez.2004)

homens sobre as mulheres: “*A família é chefiada pelo marido, a quem compete decidir em relação à vida conjugal e aos filhos*”³⁵.

Para Salazar, os homens e as mulheres não eram encarados como indivíduos mas como membros das famílias. As mulheres deveriam largar os postos de trabalho, regressar ao seio familiar e deixar de competir com os homens.

Os apaziguamentos do estado não tardavam, num discurso de 1933, Salazar justifica a posição da mulher dizendo: “*O trabalho da mulher fora do lar desagrega este, separa os membros da família, torna-os estranhos*”. Já no Manual de Educação Moral e Cívica, que consta do programa escolar nos anos 40 se pode ler: “*À mulher compete tornar a casa atraente e acolhedora, prestar ao marido a deferência e submissão como chefe de família*”.

Aparentemente, Salazar valorizou o papel de mãe e esposa. Mas a apregoada “superioridade” feminina era derivada da sua função biológica, ou seja, que por si só já é natural. “*A ideologia do Estado Novo não se pautou pelos direitos de “cidadania”, de “igualdade” e de “liberdade”, limitou-se a aceitar a “diferença sem a igualdade” em vez da “igualdade na diferença*”³⁶, ou seja, a mulher tinha um mundo próprio de actuação – privado e público – mas não é igual ao do homem porque estava subalternizada hierarquicamente em função do sexo³⁷.

O estado atribui (impinge) à mulher casada o governo doméstico como função específica (como obrigação) – Tal como “*aprendi com a minha mãe, administro o estado como administraria a minha casa: com determinação e economia*”³⁸, diz um dia Salazar – e considera, pelo contrário, a mulher solteira cidadã de plenos direitos (o que não seria bem assim).

As adolescentes e mulheres solteiras eram vítimas da ruralidade nacional, do preconceito instalado e das leis, não as estadistas mas as familiares. Os pais “prendiam-nas” em casa,

³⁵ Ibid

³⁶ Jornalismo porto net (26.Abr.2004)

³⁷ Ibid

³⁸ Ploncard d’Assac (1989[1967]:111)

limitavam-nas quanto a vestes, modos, estudos e futuro e os maridos eram, muitas vezes, ainda, “arranjados”.

A juventude representa para a nossa dissertação uma classe etária não menos importante que a da mulher adulta. As mulheres apoiavam e ‘copiavam’ muitas vezes as adolescentes pois sentiam-se na mesma condição que elas (as primeiras presas pelo estado e marido, as segundas pelos pais). Ambas tiveram as suas acções de revolta contra o estado mas a juventude feminina tinha maior iniciativa e pujança reivindicativa, resultando num maior impacto oposicionista, como é natural.

Para melhor compreendermos a relação da juventude com o Estado Novo o melhor será deitarmos uma vista de olhos ao ambiente mais propício a esta relação – o ensino.

Também no ambiente estudantil era notado o lugar de subalternidade que a mulher ocupava. Primeiro, em termos numéricos, estavam bastante aquém dos estudantes homens – este factor pode considerar-se como curso natural da história, não tendo quase nada a ver com a política vigente, dado que a inclusão da mulher no ensino superior fora feita há ainda muito pouco tempo, no entanto é um facto que não deixava de ser uma barreira nos costumes e liberdades femininas. Sendo uma novidade a presença feminina nas faculdades notavam-se certas diferenças no tratamento e no convívio social entre rapazes e raparigas em Coimbra. A mulher que estuda é, principalmente, mulher ou estudante?

Olhando para o que então se ia escrevendo no jornal estudantil Via Latina, a resposta é clara: a “mulher que estuda” era, em primeiro lugar, mulher, constantemente remetida para o seu lugar na esfera privada. Maria Adelaide Calado, num artigo publicado em 1956, afirma explicitamente que a mulher se encontra, no essencial, “destinada para a família e para o Lar”, quando, no entanto, “ambos os sexos se encontram capacitados para exercer uma profissão”³⁹.

Enquanto que para os rapazes havia a rua, a boémia, o galanteio, a piadinha apimentada, para ela tudo se resumia ao recolhimento do lar. Para as raparigas que frequentavam a Universidade o controlo já era subjectivo, mesmo que não quisessem, os seus encarregados teriam que lhe ceder algumas liberdades ‘necessárias’. A partir do momento que as filhas se

³⁹ Caminhos da memória (9.Abr.2009)

viam fora da alçada dos pais só elas determinavam como usufruir dessa liberdade, com excesso ou sem ele.

Nos II inquéritos à população universitária, promovidos pela JUC em 1964/65, no capítulo respeitante ao comportamento sexual, sendo este um tema tabu na altura, é curioso observarmos os resultados:

- A virgindade era tida como importante para a felicidade do casamento por uma ampla maioria dos inquiridos (77% nos rapazes e 83,4% nas raparigas)
- Perto de 90% de raparigas universitárias encaravam como “repreensível” ou “perigosa” a actividade sexual antes do casamento
- Por sua vez, a maioria dos rapazes (63,6%) consideravam o sexo pré-matrimonial, para si próprios, um comportamento “sem gravidade” ou “por vezes útil”, ainda que apenas 26,2% o entendiam da mesma forma para as raparigas
- No que concerne aos métodos anticoncepcionais, somente 7,2% das raparigas aprovavam o uso de todos os meios conhecidos e de resultados comprovados (contra 20,4% de rapazes), enquanto 50,9% apenas concordavam com o uso de métodos naturais, como o método da contagem ou das temperaturas. Mais de 40% das raparigas não responderam ou não tinham opinião sobre este assunto.

Assim se pode ver o atraso de mentalidades que se vivia e, principalmente, a discrepância de direitos entre homens e mulheres, reconhecidas por ambos.

O Estado Novo sabia do potencial poder da juventude, o melhor mesmo seria educá-la para o seu lado antes que esta se aliasse à oposição. Fazer dos adolescentes aliados, à partida não seria difícil pois estes não conheceram os antigos partidos, no entanto, não se sabia também, até que ponto conheciam ou não a obra de Salazar.

Em 1936 é fundada a Mocidade Portuguesa, com o propósito de começar a envolver os mais novos na política do Estado Novo.

Salazar conta a Henry Massis⁴⁰, em 1938, as críticas que lhe fazem alguns jovens excessivamente entusiastas. *“Eles queriam viver uma vida intensa e frenética. As demonstrações grandiosas e tumultuosas da vida alemã e italiana, o estilo de Hitler e de Mussolini, fascinam-lhes a imaginação. Desejam que eu os inflame com uma espécie de ódio secreto, que os conduza furiosamente contra os inimigos! Não é esse o meu objectivo; desejo apenas normalizar a nação”*⁴¹.

A censura impedia a oposição mas também o avanço. Estiolava *“as nossas universidades, privando-as dos nossos melhores mestres, frustrou a nossa juventude, tolheu a investigação científica, degradou a arte, num processo de decadência(...)”*⁴².

Alguns provérbios populares da altura exploravam e ridicularizavam bastante bem a realidade feminina de então:

A casa é das mulheres e a rua é dos homens;

A mulher e o melão, o calado é o melhor;

A mulher só diz duas verdades por dia, ao levantar-se: – Tenho tanto que fazer hoje! Ao deitar-se: – Passou-se o dia e não fiz nada;

Quem a sua mulher ensina a ler ou é cornudo ou está para ser;

Da burra im e da mulher que sabe latim, livra-te tu e a mim;

Não provam bem as senhoras que se metem a doutoras.

Nos finais da década de 60, 48% das mulheres eram analfabetas⁴³.

O sexo feminino enfrentava grandes dificuldades na altura para se afirmar, para impor os seus direitos de igualdade perante os homens, para tornar a lei justa. Em situação de reconstituição de família, por exemplo, se a mulher tivesse um filho da nova relação, este

⁴⁰ Chefe da jovem direita católica francesa

⁴¹ Ploncard d’Assac (1989[1967]:130)

⁴² Entrevista do Dr. João Brito Câmara (“República” de 11. Maio. 1958)

⁴³ Movimento democrático de mulheres (31.Dez.2004)

ficava sempre numa péssima posição. Devido ao acordo que o estado estabeleceu com a igreja católica em 1940, o divórcio era proibido, e todas as crianças resultantes dessa segunda relação eram consideradas ilegítimas. As mães tinham, apenas e só, duas alternativas no acto do registo: ou assumiam o estatuto de “mãe incógnita” ou davam à criança o apelido do marido anterior⁴⁴.

No pequeno espaço de cinco dias desaparecem os homens que dominaram quase todo o segundo quartel do séc. XX – A 27 de Abril de 1945, Mussolini é assassinado. No dia 2 de Maio suicida-se Adolfo Hitler.

Portugal sente os efeitos da crise que varreu o mundo com o fim da 2ª Grande Guerra. A miséria e o medo moldam o pensamento e os povos e os governos têm um árduo trabalho de reconstrução, em todos os aspectos, pela frente.

Em Portugal, a paixão pelo líder torna-se ainda mais intensa, o povo reconhece os esforços de Salazar e sente necessidade de exprimir esse afecto, esse nacionalismo patente. Em Janeiro de 1948 as mulheres portuguesas fazem uma cerimónia dedicada a Salazar, para lhe agradecerem o facto de este ter conseguido manter Portugal fora dos horrores da guerra.

Tradicional mas não imóvel, Portugal lá avançava e crescia até bastante em alguns sectores, como na indústria. O êxodo rural aumentava, a produtividade dos operários dobrou, os salários subiram, no entanto, a mão-de-obra era escassa devido à emigração.

O regime sentia uma crescente pressão, e também necessidade, de se abrir ao mundo mas, ao mesmo tempo, tinha medo do que daí provinha. Salazar queria um país pobre mas independente, o problema era o controlo, que este sabia não possuir, no caso de uma possível abertura ao mundo. Foram, no entanto, postas em prática, algumas experiências em comum com outros países. Em 1956, por exemplo, Portugal adere à E.F.T.A. (Associação Europeia de Livre Comércio). O Estado Novo abre a economia portuguesa ao estrangeiro e

⁴⁴ Jornalismo porto net (26.Abr.2004)

permite a entrada, regulada, de capitais estrangeiros – grande ajuda no desenvolvimento da economia e infra-estruturas.

Apesar da abertura ao estrangeiro Salazar reeducou os portugueses de maneira a que preferissem o nacional aos produtos estrangeiros. “*As instituições e as leis devem funcionar de modo que se seja patriota por necessidade, quando se não é por disciplina ou virtude*”⁴⁵. Há casos paradoxais, no entanto. O Estado Novo defendia o nacional acima de tudo mas, por vezes, também o “ignorava”, como foi o caso da *mensagem (de Fernando Pessoa)*, da promoção turística do pitoresco dos ranchos folclóricos e do fado.

A partir dos finais dos anos 50 até à morte de Salazar o PIB de Portugal tem um crescimento anual de 5,66%. No entanto, apesar do crescimento contínuo, muitos consideram ainda a economia portuguesa rural e atrasada em relação às grandes economias europeias. A mão-de-obra era barata e muita gente vivia da agricultura de subsistência – o que não é gerador de rendimento, de riqueza. A guerra colonial portuguesa também provoca um abrandamento no desenvolvimento económico-financeiro nacional, devido sobretudo às enormes despesas militares efectuadas pelo regime.

Quanto à oposição – inexistente ao longo de quase todo o regime –, em Junho de 1958 deixa-se contar, pela primeira vez. Por 758 998 votos contra 236 528 o almirante Américo Tomás foi eleito. A oposição mantinha-se minoritária mas já existia pelo menos. Salazar percebe, finalmente, que não podia ser o único estadista do mundo a governar sem oposição e sente o seu regime intocável cada vez mais ameaçado.

No entanto apareceriam novas “distracções”, o que traria ao regime salazarista novo fôlego e à oposição anos de refluxo.

Por natureza, como o Estado Novo era um regime colonialista, queria manter a todo o custo as províncias ultramarinas mas, naturalmente, os povos oriundos do ultramar queriam a sua independência, o que acabou por causar a guerra colonial (1961-1974).

⁴⁵ Ploncard d’Assac (1989[1967]:117)

A emigração portuguesa tinha os seus números cada vez maiores, sendo o seu auge nos anos 60, muito devido à Guerra do Ultramar. *“Famílias que procuravam melhores condições, homens que preferiam ser pedreiros a morrer nos pântanos da Guiné ou clandestinos, a emigração deu aos que abandonaram o país melhores rendimentos, mais dignidade no trabalho e o conhecimento de outras culturas”*⁴⁶. Mais tarde, já regressados, os portugueses que viveram durante longo tempo fora da sua pátria reflectiam as suas influências estrangeiras em certos costumes – na arquitectura, na língua e até no vestuário.

Já passados uns anos de decorrida a guerra, as mortes de soldados aumentam, Portugal começa a cair na ruína económico financeira e a reputação do regime salazarista sofre um “abanão”. Os problemas do ultramar foram mal resolvidos logo desde o início e a oposição aproveita e investe no seu alargamento e difusão.

Vive-se uma época que, apesar da verdadeira explosão científica e o correspondente progresso em numerosos sectores da vida, se apresenta excessivamente perturbada na consciência dos homens e dos povos. Esta perturbação resulta de se terem rompido, com a 2ª Guerra Mundial (1939-1945), numerosos equilíbrios sobre que assentavam a vida social e as relações dos Estados, e também das ideias admitidas para a criação da sociedade futura.

Vive-se um momento crítico da história do pensamento político e mais simplesmente da história do mundo. Tudo está em crise – a moral, a religião, a liberdade dos homens, a organização social, a extensão intervencionista do Estado, os regimes económicos, a própria Nação e as vantagens da sua independência ou da sua integração com outras para a formação de grandes espaços económicos e políticos. Discute-se na Europa a própria noção da pátria. Revoluções como a soviética continuaram no domínio dos factos e da filosofia as revoluções que vinham detrás, da Reforma e da Revolução Francesa, e como todos os grandes movimentos, na posse da sua força inicial, têm tendência a alastrar e a dominar o mundo envenenando-nos com visões e princípios que estão longe de executar em seus domínios de origem⁴⁷.

⁴⁶ Mónica (1996)

⁴⁷ Ploncard d’Assac (1989[1967]:267-279)

Aproveitando este momento propício, a moda dá finalmente o seu salto na história. A segunda metade do século XX foi um período em que o mundo da moda sofreu uma das mais importantes transformações da sua história, não apenas na sua estrutura interna como, sobretudo, na relação com o conjunto da sociedade em que se insere. Podemos mesmo considerar que é apenas nesta altura que a palavra ‘moda’ adquire o significado que hoje lhe atribuímos e que tem vindo a obter um reconhecimento cada vez mais alargado (Melo, 2001).

No fim dos anos 60, perante a impotência dos pais, as meninas urbanas saíam e entravam em casa às horas que lhes apetecia. Nas farmácias vendia-se a pílula livremente e o discurso juvenil radicalizava-se de dia para dia. Salazar já “reinava” há quase 30 anos e os que não o tinham acompanhado “*desde o início só viam neste um velho moribundo e ultrapassado*”⁴⁸.

Também as estudantes universitárias se faziam agora ver e ouvir num ambiente anteriormente absorvido pelos homens. A larga maioria das alunas participava já com assiduidade nas realizações do movimento associativo das universidades, partilhando com maior informalidade os espaços comuns. Cruzeiro (1989: 159-160) evoca a votação na ordem dos 80% na lista do CR na Faculdade de Letras, onde o índice de concentração feminina era bastante elevado.

Num anúncio publicado na ‘Crónica Feminina’ dessa época pode ler-se:

“Atenção amigas: voltam as senhoras com curvas. Os costureiros franceses e italianos preparam a nova moda ‘sexy’ que realçará as formas insinuantas e sinuosas, com saias curtas e abertas para que se veja a perna. Toda a mulher será ‘objecto de desejo’, em vez da mulher masculinizada”.

As mulheres, a par dos mais jovens, declaravam que também queriam trabalhar. “*À medida que as criadas de servir desapareciam o número de filhos decrescia*”⁴⁹ – as mulheres já não queriam viver só para procriar.

⁴⁸ Mónica (1996)

⁴⁹ Ibid

Para avaliar a evolução do mercado de trabalho basta olharmos para os anúncios de um jornal da época e para a situação do pessoal doméstico. Em 1961 a coluna do “oferecem-se” era extensa e a do “procura-se” pequena, o ordenado era baixo (à volta de 400 escudos) e as folgas poucas ou mesmo nenhuma. Já em 1971, arranjar criada começava a ser difícil. A coluna dos “oferecem-se” era escassa e na “precisam-se” a situação era, precisamente, a contrária. Os ordenados subiram em flecha (andavam agora à volta de 1000 escudos, mais do que o dobro de há dez anos)⁵⁰.

Entretanto, a censura e a guerra colonial, continuavam. *“Todos os dias era uma sequência fúnebre de 1, 2, 3 mortos por dia”*⁵¹.

Salazar morre dia 27 de Julho de 1970. A sucessão, mesmo antes de Salazar morrer e sem este saber, já tinha sido feita dois anos antes, em 1968. Américo Tomás decidiu-se por Marcello Caetano e, em 1969, este inaugura as “conversas em família” na RTP. Como explica Maria Filomena Mónica (1996), esta prática, do então primeiro-ministro, para a altura foi considerada revolucionária – o chefe dava-se ao trabalho de explicar ao povo o que tencionava fazer. Os portugueses apreciaram o gesto.

Marcello Caetano encontrava-se indeciso quanto ao fim das guerras coloniais. Em 1971 fez-se uma reforma da constituição mas não se satisfez gregos nem troianos, a chamada ala liberal viu recusadas as suas reivindicações. O então primeiro-ministro não ousou, também, fazer genuínas eleições, reelegeu o decrépito almirante Tomás para Presidente da República. Marcello Caetano caminhava, assim, para o fracasso, estava a desiludir aqueles que mais acreditaram nele e numa mudança a ele associada. *“Até os políticos mais clarividentes perceberam que tudo estava perdido”* (Mónica, 1996).

Portugal, apesar de se ter tentado manter à parte do mundo até aqui, acabou por sofrer com a crise mundial. As profissões tradicionalmente bem remuneradas exigiam melhores salários. A política encaminhava Portugal pelo mau caminho e, os militares descontentes, conspiravam.

⁵⁰ Ibid

⁵¹ Ibid

A igreja e os seus seguidores e frequentadores também se revoltavam, no último dia de 1972 a polícia prendeu professores catedráticos, pacíficas donas de casa e respeitáveis senhores que se encontravam a discutir a guerra na igreja do rato.

Em Fevereiro de 1974, o general Spínola publicou o livro “Portugal e o futuro”, em que Marcello não “constava”. A 16 de Maio do mesmo ano seguiu-se uma insurreição militar – falhada; os cidadãos já pouco acreditavam que o regime pudesse cair um dia.

Muitas coisas aconteciam agora, a um ritmo alucinante. O Portugal adormecido durante anos estava agora a absorver tudo o que o resto do mundo absorveu e evoluiu ao longo de 40 anos: Nas cidades, as classes médias afirmavam-se; o turismo aumentava. Apesar do regime nacionalista ainda estar em vigor e da censura que este aplicava, os portugueses sabiam o que se passava lá fora. Os livros, os filmes, as roupas, de uma maneira ou de outra, iam agora, chegando.

“As ambições, as esperanças, os sonhos dos jovens cresciam. A juventude autonomizava-se. As raparigas usavam mini-saias, os rapazes calças à boca de sino. Os “meninos bem” tinham acorrido em massa ao woodstock à portuguesa, no Minho” (Mónica, 1996).

Na televisão, o *Zip Zip* ousava conversas picantes. O “ novo cinema” de Fernando Lopes, Paulo Rocha e António Pedro Vasconcelos substituiu os filmes antigos. A música também era revolucionária com José Afonso, Fausto, Correia de Oliveira.

A rádio tinha uma popularidade incrível, na altura, mais importante até que a televisão. Ouvia-se Lenita Gentil, Tony de Matos, Madalena Iglésias mas também bandas internacionais como os Beatles, Rolling Stones e Doors. O programa *órbita* da Rádio Clube Português foi responsável pela introdução em Portugal da música pop.

A televisão, por seu lado, não se podia “esticar” muito, sendo estatal, tinha que seguir os valores impostos pelo regime.

“A Rádio Televisão Portuguesa foi criada em obediência a um imperativo de progresso e valorização nacional. Não se trata apenas de proporcionar mais conforto material e maiores vantagens de ordem técnica. Trata-se, sim, de aumentar a cultura dos homens, de

educar distraindo, de satisfazer as necessidades espirituais de toda a ordem, para toda a gente, para todas as idades”⁵², explica a RTP, quando apresentada em 1956.

A programação, à volta de quatro horas diárias, era essencialmente dirigida às mulheres, que eram quem passava a maior parte do seu tempo em casa. O plano da televisão portuguesa incluía, normalmente, o telejornal (censurado), programas de culinária e passagens de modelo (comentadas por Maria Leonor).

O interesse pela cultura é estimulado pela novíssima fundação Calouste Gulbenkian.

A guerra colonial e a polícia política eram o espelho da natureza repressiva do regime. Em 1974, os portugueses olhavam o país com vergonha e completamente desmoralizados em relação ao futuro, *“já não acreditavam no fim de uma ditadura sem violência”*⁵³.

O último discurso de Marcello Caetano era dramático. Nele dizia não poder dar independência às colónias, que o regime afinal não teria salvação sem elas. A esperança dos portugueses na mudança, associada e confiada a um novo primeiro-ministro, esvaiu-se por completo com estas declarações. O povo não pensava assim e, descobriu que afinal não valia a pena dar o sangue pelo seu líder. Vivia-se um clima de revolta, a insurreição não tardaria a acontecer...

No dia 25 de Abril de 1974 os tanques vindos de Santarém chegaram à capital.

No quartel da GNR, no largo do Carmo, *“o Presidente do Conselho pedia a comparência do General Spínola, numa tentativa para que o poder não “caísse na rua”. Mal soubera do golpe, a “rua” acorrera, vitoriando os soldados de Salgueiro Maia. A GNR, tropa fiel do regime, tal como os tanques postados no terreiro do paço, a quem o General Luz Cunha, Comandante-Chefe das forças armadas não sabia o que ordenar, acharam melhor não intervir. Marcello abandonou o refúgio escondido na chaimite que o conduziria ao aeroporto, e os que o apoiaram até aqui limitaram-se a ficar em casa”*⁵⁴.

⁵² Mónica (1996)

⁵³ Ibid

⁵⁴ Ibid

A direita, que sempre imaginara que a queda do regime equivaleria a gente pendurada em candeeiros, igrejas saqueadas, palácios incendiados, respirou de alívio. A revolta não durou assim tão “cor-de-rosa”. *“Poucos dias depois começaram as ocupações de empresas, os saneamentos de patrões e as greves sem aviso. No final do ano eram presos vários capitalistas sem culpa formada”* – a vingança chegara –, *“outros, prevenidos a tempo, fugiram para o estrangeiro”* (Mónica, 1996).

Portugal viveu um “boom” histórico, em apenas 2 anos os portugueses viveram 50 anos de história, tudo o que estivera abafado, submerso, oculto, vinha à superfície. Na rua cruzavam-se comunistas, anarquistas, socialistas e trotsquistas⁵⁵, feministas e conspiradores da ELP⁵⁶.

As pessoas queriam falar sobre tudo, opinar e discutir todas as ideias abafadas até aqui. *“Na televisão era o tempo das mesas redondas, os rostos dos camponeses de quem nunca se ouvira a voz, dos militares a citar Fidel Castro. Na “Revista”, convertida à revolução, apresentavam-se peças como “Pides na Grelha”*”.

A revolução acabou de vez com muitas fortunas e famílias. Em 1975 foi renegociado com o Vaticano o divórcio de católicos – muitos casais, já há muito separados, puderam, finalmente, oficializar o divórcio – e legalizaram-se as uniões de facto. Pais de família aproveitaram a barafunda para fazer o que antes não tiveram coragem, abandonar o lar.

As mulheres aproveitam a onda e emancipam-se. Apercebem-se que vivem num mundo que lhes exige independência. Já não estão totalmente “protegidas” pelos homens e, nem querem.

As portuguesas começam a lutar pelo direito ao aborto, luta a que os partidos resistem a apoiar por medo à igreja. Os partidos sabem da importância da igreja em termos de influências, e temem que esta possa virar a população contra eles, tal como aconteceu na Primeira República.

⁵⁵ Partidários das ideias de Trotski, revolucionário Russo

⁵⁶ Exército de Libertação Português

Os partidos comprovariam o seu medo. A igreja, quando soube que o parlamento debatera o aborto, organiza manifestações por todo o país. A questão é rapidamente “esquecida” e adiada.

Como resultado do 25 de Abril vivem-se tempos agitados, sentimentos reprimidos durante anos levam as pessoas a cometer actos de revolta e até de alguma “vingança”. Os revolucionários ocupavam as herdades alentejanas, as universidades assistiam a um tal alvoroço diário que as aulas se tornavam impossíveis, as empresas colapsavam, as manifestações eram imensas enquanto os partidos se tentavam organizar. Alguns jovens partiram, de mochila as costas com o propósito de alfabetizar os transmontanos.

Foram uns tempos de desorganização total desde que se quebrou com o Estado Novo até que Portugal se orientou e ganhou rumo outra vez. O povo sabia que não queria mais o governo de Salazar, há uns anos que já andava descontente e a lutar contra ele mas, de alguma forma, parecia já não ter muita fé no seu fim. Quando a queda do regime finalmente se deu, o colapso foi tão grande e, de certa forma, já tão imprevisível, que as pessoas ficaram sem saber o que fazer, o país ficou desamparado e desorientado durante um chamado estado de “euforia e transe pós revolução”.

A enorme duração de um regime bastante severo foi um dos motivos principais para o caos instalado. A estátua de Salazar aparecia decapitada, abriam-se negociações com os movimentos independentistas africanos, a questão da unicidade sindical dividia a esquerda, a direita tentava golpes falhados, a vida política estava cada vez mais radical.

Entretanto a vida dos portugueses era feita de novidades: os cinemas exibiam filmes pornográficos, as crianças começam a chamar-se Sónia Vanessa, começa a nova moda das novelas brasileiras com “Gabriela, cravo e canela”.

Só passado um ano da revolução, no dia 25 de Abril de 1975, se fazem as eleições – as primeiras genuinamente livres em Portugal. Ganha o PS e a fase revolucionária acalma.

Os velhos ricos podem voltar a Portugal depois de anos de exílio, riam-se das suas maneiras mas ninguém se atrevia a recusar os convites para as suas festas. Na indústria e na banca surgiram novos nomes: Belmiro de Azevedo, Ilídio Pinho, Jardim Gonçalves.

Na década de 60 saíram do país, em direcção à Europa, cerca de um milhão e meio de portugueses. Mónica (1996) traça-nos o retrato da nação pós revolução: Na década de 70, Portugal, que sempre se vira como cabeça de um império, cortou os laços com os territórios ultramarinos. De África chegaram, de um dia para o outro, quinhentos mil “retornados”, colonos que, na maioria das vezes, nada mais traziam do que uns bens metidos num caixote.

A agricultura de subsistência entrou em declínio terminal. Com a ajuda da CEE, as infra-estruturas várias melhoraram.

A ambição deixou, por fim, de ser considerada um defeito. A mobilidade social dos anos recentes é evidente. Empregadas domésticas faziam plásticas, filhos de taxistas pós graduações e os camponeses tinham descendentes que dominavam as línguas estrangeiras. O país habituou-se à normalidade da vida democrática.

Água canalizada e electricidade para todos, a participação das mulheres no mercado de trabalho, a despesa pública para com a saúde e alunos a frequentar o ensino foram alguns dos melhoramentos a nível nacional e que contribuíram, em grande parte, para o aumento da qualidade e esperança de vida.

As organizações governamentais femininas durante o Estado Novo

Desde o seu início que o governo do Estado Novo se apercebe da necessidade e nas vantagens em enquadrar as mulheres no seu seio, principalmente as mães de família e as raparigas mais novas, em idade de serem moldadas ideologicamente segundo os ideais salazaristas.

Encontramos o primeiro movimento feminino deste tipo em 1932, entre o movimento nacional-sindicalista de Rolão Preto mas, por não ser uma organização deste tipo que interessava ao governo, é extinta dois anos depois.

A partir de 1934 surgem outros movimentos e associações femininas organizadas pela Acção Católica Portuguesa. Mas mais uma vez estas organizações não serviam aos

interesses governamentais, era necessário uma organização completamente integrada nos valores do Estado e não só nos valores da Igreja.

Em 1936, ano da “fascização” do Estado Novo, António Carneiro Pacheco, que era ministro da Educação Nacional, decide criar organizações estatais de mulheres e juventude: a Obra das Mães pela Educação Nacional e a Mocidade Portuguesa.

Estas, tal como a Legião Portuguesa, também criada em 1936, eram organizações oficiais juvenis dirigidas por comissários nomeados pelo ministério da Educação Nacional. Os seus objectivos enquadravam-se no espírito do regime do Estado Novo, patente no seu regulamento: *“estimular o desenvolvimento integral da capacidade física da juventude, a formação do carácter e a devoção à Pátria no sentimento da ordem, no gosto da disciplina e no culto do dever cumprido”*.

Um ano depois cria a Mocidade Portuguesa Feminina, que como o próprio nome indica tinha os mesmos objectivos da Mocidade Portuguesa já existente, mas dirigia-se a todas as jovens. Tinham obviamente muitas diferenças que reflectiam por si as diferenças que existiam entre homens e mulher na sociedade “ideal” da época. Também a Legião Portuguesa organiza mulheres para tarefas de enfermagem e acção social e institui as bases das Organizações Legionárias Femininas.

A partir dos anos trinta o Estado Novo esforçou-se por organizar os estratos da população, por idades e sexos.

É importante não esquecer que o aparecimento de organizações femininas estatais competem com as organizações católicas, que tentam a todo o custo manter o monopólio ou pelo menos a influência nesses mesmos espaços de actuação. Assim como pretendem também neutralizar correntes femininas de oposição que, como veremos, vão surgindo neste período contrariando todas as formas de repressão.

Vamos agora descrever com mais detalhe duas das organizações que falámos. Ambas transmitiam a ideologia única do estado novo, a doutrina Católica e a noção da missão familiar que nascia com a mulher⁵⁷.

Obra das Mães pela Educação Nacional (OMEN)

“Surge com o claro objectivo de reeducar as mulheres, no sentido de “estimular a acção educativa da família”, “assegurar a cooperação entre esta e a Escola” e “preparar melhor as gerações femininas para os seus futuros deveres maternais, domésticos e sociais”. Tinha como alvo mulheres de elite do regime, cuja actividade poderia ser útil para propagandear o regime, servindo de exemplo a seguir pelas mulheres de outros meios sociais.

Tinha assim dois objectivos principais a cumprir: a reeducação das mães e a assistência materno-infantil através dos centros sociais e educativos, das Semanas da Mãe e dos Prémios às Famílias Numerosas e, por outro lado, o prolongamento da escolaridade através da educação infantil e da Mocidade Portuguesa Feminina (MPF).

No final dos anos 50 virou-se para o meio rural, dedicando-se a formar assistentes sociais e educadoras familiares que ministravam aulas a jovens do campo.

Nunca foi uma organização de filiação obrigatória, mas antes voluntária. Talvez por essa mesma razão o seu campo de acção fosse muito limitado, organizando escassos cursos domésticos e pontualmente praticando caridade. Inicialmente deveria também dirigir a Mocidade Portuguesa Feminina”⁵⁸.

Mocidade Portuguesa Feminina

“Ao contrário da Obra das Mães pela Educação Nacional, a MPF é de filiação obrigatória. O objectivo da sua criação é criar uma “mulher nova”, ao “estimular nas jovens portuguesas a formação de carácter, o desenvolvimento da capacidade física, a cultura do espírito e a devoção ao serviço social no amor de Deus, da Pátria e da Família”, principalmente na classe média e alta, o alvo principal desta instituição.

⁵⁷ Os movimentos femininos em Portugal no século XX – o caso particular do mdm [s.d.]

⁵⁸ Caminhos da memória (19.Fev.2009)

A sua actividade incidia sobretudo no aconselhamento em relação aos valores que deveriam preservar, como se deveriam comportar de modo a manter a sua condição social. Incitava e organizava práticas de caridade e serviços sociais como as Semanas da Mãe, Berços e Enxovais, Embaixadas de Alegria, Folares da Páscoa e Salões de Educação Estética.

Implantou-se no meio escolar, sobretudo nos liceus femininos urbanos, onde todas as alunas frequentavam obrigatoriamente, nos centros escolares, actividades de formação moral e nacionalista, educação física, canto coral e formação feminina. Nunca conseguiu abranger a “juventude de todo o Império” como era o seu objectivo inicial.

Em 1956, a organização perdeu o carácter de obrigatoriedade que mantinha desde o início. Dez anos mais tarde o ministro Inocêncio Galvão Teles colocou as actividades tanto da Mocidade Portuguesa como da Mocidade Portuguesa Feminina sob a alçada das direcções escolares. Entrou em declínio a partir de 1971, sendo extinta após o 25 de Abril de 1974”⁵⁹.

Deste capítulo podemos tirar uma observação preponderante para a continuação do nosso estudo: Portugal, durante o período do Estado Novo, sentiu dicotomias extraordinariamente acentuadas e que influenciaram grande parte do seu rumo, da sua história, da sua população feminina e dos seus costumes. Essas disparidades podem ser presenciadas, principalmente, a nível social e geográfico – ricos/pobres, litoral/interior – e serão o ponto de partida para a análise futura (capítulo 4º) mais pormenorizada da mulher portuguesa de então e as consequências do regime nela. Por agora estudaremos melhor a política do estado Novo, para melhor perceber a suas influências com a moda feminina.

⁵⁹ Os movimentos femininos em Portugal no século XX – o caso particular do mdm [s.d.]

A mulher na “luta”

O “interesse” da mulher pela política e a sua conseqüente luta pelos seus ideais era, maioritariamente, conseqüência da sua, ou já tradição familiar, relação conjugal (interesse induzido, portanto) ou ainda relativa a motivos pessoais (emancipação, individualismo).

Os partidos, cada um do seu lado, puxavam a brasa à sua sardinha. O PCP lá ia atijando os portugueses. A única forma que tinha de fazer campanha era atacando o Estado Novo, já que meios de campanha tinha ainda muito poucos, por viver na ilegalidade. O jornal clandestino do PCP, o Avante, prevenia as mulheres e mães portuguesas: Numa altura em que *“o governo de Salazar pretende criar nos vossos filhos uma mentalidade guerreira, preparando-se para os lançar na criminosa fogueira de uma nova guerra, vós deveis estar despertas mais que nunca, inutilizando a acção perniciosa que o fascismo exerce sobre os vossos filhos e ensinando-os a odiar o “paraíso” fascista, ao mesmo tempo que criéis neles uma mentalidade oposta àquela que pretendem inculcar-lhes”*⁶⁰.

Já Salazar, sabendo da existência do partido clandestino que se encontrava em posição contestatária e destrutiva em relação ao Estado Novo, advertia os que se juntavam ao comunismo descrevendo a referida oposição como um movimento que *“agregou a si todas as aberrações da inteligência e é, como sistema e independentemente de algumas realizações materiais, a síntese de todas as revoltas tradicionais da matéria contra o espírito e da barbaria contra a civilização. Ele é a ‘grande heresia’ da nossa idade”*. Aos que considerava que tinham ideias erradas e impingidas sobre o Estado Novo dizia ainda: *“O nacionalismo do Estado Novo não é e não poderá ser nunca uma doutrina de isolamento agressivo – ideológico ou político – porque se integra como afinal toda a nossa história, na vida e na obra de cooperação amigável com outros povos. Consideramo-lo tão afastado do liberalismo individualista, nascido no estrangeiro, e do internacionalismo da esquerda como de outros sistemas teóricos e práticos aparecidos lá fora como reacção conta eles”*. Termina declarando guerra a todos os partidos derivados da *“lógica revolucionária”*⁶¹.

⁶⁰ Avante! (1ª quinzena Dez.1936:2)

⁶¹ Ploncard d’Assac (1989[1967]:92-93)

Na onda de moralização do país, imposta pelo regime Salazarista, “*as mulheres são desaconselhadas de fumar sob o pretexto de que é um hábito comunista*”.

(Mónica, 1996)

Fora dos partidos, mulheres e até alguns homens (normalmente os mais novos, que se encontravam na posição de namorados), ansiavam por maior liberdade feminina.

Assim se compreende o escândalo causado pela publicação na Via Latina da “Carta a uma Jovem Portuguesa”, assinada por um anónimo A., e posteriormente reivindicada por Artur Marinha de Campos. Nela, o autor escreve a uma genérica “jovem portuguesa”, mostrando-se perturbado com a sua situação social, marcada por um “determinismo” que a “oprime e define”. Afirma que aos rapazes coube “viver do lado de cá, onde temos uma ordem social que em relação a vós nos favorece”, enquanto às raparigas se encontra destinado “o lado de lá desse muro: o mundo inquietante da sombra e da repressão mental”. O autor exorta-as a “lutarem pela libertação através de uma mútua liberdade” e termina mencionando a “concretização sexual do amor” (VL, 1961, 130). O texto provocou uma onda de indignação nas faixas mais conservadoras, para quem a Carta erigia “a imoralidade em princípio orientador da juventude” (“Frente a Frente”, aavv, 09-05-61). Ardentes tomadas de posição desdobraram-se então em panfletos, abaixo-assinados, cartas e textos de maior ou menor fôlego que extravasaram o circunscrito perímetro coimbrão (Bebiano e Silva, 2004).

Esta confrontação político-moral não é alheia ao debate em torno da validade do “Convívio” entre elementos dos dois sexos e de Academias diferentes, a que se assistia há já algum tempo. Na Via Latina, e ainda antes da “Carta” de Marinha de Campos, uma série de textos fazem eco desta problemática. Apesar do tom cauteloso de boa parte deles, houve posições menos consensuais, como a de Eveline Nicolau, na qual se afirmou como necessária uma atitude de “recusa” do ambiente conservador dominante. Na sua opinião, tratava-se de eliminar os “vestígios de um passado em que homem e mulher eram dois estranhos, de vidas inteiramente compartimentadas, em que para ele havia a rua, a boémia... o galanteio, a piadinha apimentada... e para ela o recolhimento do lar, a tímida

admiração pela irreverência e liberdade dele, o rubor perante as pilhérias de certo tom muito ‘masculino’” (VL, 1961, 128).

Na verdade, a noção de “Convívio”, aparentemente pueril, mais não era do que a reivindicação simultânea de uma abertura moral e da adoção tácita da perspectiva sindicalista.⁶²

A oposição feminina mostrou-se diferente da conduzida pelos homens:

Nos tempos correntes as mulheres têm filhos – portanto povoam –, as mulheres trabalham – portanto produzem riqueza –, as mulheres assumem as responsabilidades dos ausentes, inclusive no espaço de intervenção pública – portanto garantem a continuidade do poder. A partir dos meados do século XIX, estão pois criadas as condições objectivas para a emergência de movimentos femininos organizados para a luta pelos direitos das mulheres.⁶³

Fortemente condicionada pela pertença de género, a actividade oposicionista feminina foi vivida pelas mulheres e percebida pelos homens em função do que na altura era a condição da mulher na sociedade portuguesa, o que teve consequências, designadamente, na marcação do espaço social: como é sabido, associava-se primordialmente o sexo feminino à esfera privada (Gorjão 2002: 21).

Uma das entrevistadas para os artigos d’*As companheiras na sombra* descreve as condições da mulher na oposição: “*A mulher deve estar do lado do homem, ou seja, o envolvimento político destas mulheres parece não ter causa bastante na luta política em si mesma, e tem que ser justificado pelo tradicional papel de companheira*”⁶⁴.

Analisando as mulheres que participaram de alguma forma no exercício político durante o Estado Novo podemos verificar que nos seus posicionamentos ideológicos e políticos é também visível a sua cultura e tradições.

⁶² Caminhos da memória (9.Abr.2009)

⁶³ CITE - Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego [da] Presidência do Conselho de Ministros e Ministério da Segurança Social e do Trabalho (2003)

⁶⁴ Barreno (1976)

Participando numa mesma frente de luta por um regime democrático as mulheres que integravam a oposição de elites eram liberais, republicanas, socialistas, comunistas ou anarco-sindicalistas, eram feministas e pacifistas, aderiram à maçonaria ou ao catolicismo progressista (Gorjão 2002:20).

A lei de 21 de Maio de 1935 interditou as associações e institutos que exercem a sua actividade de uma maneira clandestina ou secreta. *“As sociedades secretas, qualquer que seja o conteúdo da sua doutrina ou os seus métodos, não devem ser autorizadas num regime civil do século XX (...)”*. E justifica, *“Só têm direito de viver a vida social nos seus diversos aspectos aquelas sociedades com possibilidades de responderem plenamente pelos seus actos. As que se colocam em posição de não poderem assumir essa responsabilidade não têm direito à existência. As sociedades, como qualquer outra expressão da vida moderna, devem viver uma vida aberta e em plena luz. As que temem afrontar a claridade são por isso mesmo suspeitas. Mascaram qualquer coisa de perigoso”*⁶⁵.

Em Fevereiro de 1948, nas vésperas do acto eleitoral, Salazar crítica a oposição, que tinha inventado uma “fórmula de inexcedível simplificação”: «destruir o que aí está; o resto ver-se-ia depois».

O governante actual observa: *“Foram horríveis de ouvir estas palavras: destruir... o resto... Mas o resto é tudo: é a vida, a saúde, o trabalho dos Portugueses; a segurança da família e dos lares; o progresso da terra; a garantia do direito; as normas de sociabilidade; o anseio da cultura e do bem-estar; a ordem pública e a justiça nas relações sociais. O resto? Mas o resto são os interesses, os problemas e a vida da Nação; é a sua alma, o seu tipo de civilização e de cultura; a sua história e projecção no mundo; o seu prestígio, a sua dignidade, a sua colaboração efectiva na sociedade internacional. O resto...*

A Nação sobressaltou-se – continua –, sentiu que se jogavam no ardor de discussões apaixonadas ou levianas as coisas mais sérias e mais graves e assentou na ideia de que

⁶⁵ Ploncard d’Assac (1989[1967]:104)

muitos homens pareciam não ter a noção exacta das responsabilidades políticas que se propunham assumir”⁶⁶.

O Estado Novo, depois de reflectir no que achava melhor para a Nação, tomava as suas decisões e punha-as em prática. Que havia muita gente descontente já o comprovámos, mas em qualquer governo, tenha a classificação que tiver, não há sempre os satisfeitos, os desgostosos e ainda os acomodados? O que difere então do Estado Novo para todas as outras formas de governação praticadas até então?

Não nos vamos perder a caracterizar este regime politicamente como democrático, fascista, comunista, totalitário, ou outro, pois este estudo nunca mais iria terminar, certamente. O Estado Novo foi um regime muito particular e não se lhe pode nem deve sequer atribuir uma ideologia política específica, há várias e muito diferentes opiniões formadas. Foi antes uma junção de várias características de ideologias distintas e opostas, muitas vezes.

Salazar nega sempre o Estado Novo como regime totalitário, por exemplo, mas não deixa nunca de admitir um certo anti-liberalismo. Muitos dizem que não se tinha liberdade alguma durante o salazarismo, outros dizem que nunca se teve tanta liberdade como então. A liberdade é muito subjectiva, portanto, e apercebemo-nos que não conseguiremos nunca tirar uma conclusão dela, politicamente, nos termos desta nossa dissertação.

O que nos interessa, no entanto, além da liberdade por si mesma, é a relação desta com a mulher, com o vestir. Haveria, claro, casos em que as mulheres se sentiam bem com a sua condição, achariam que tinham a liberdade mais que suficiente, outros em que se sentiam presas, condicionadas. O que faziam para mudar esse “estado”?

O Estado Novo não permite grandes manifestações nem revoltas, vive com medo de aglomerações de gente, de práticas obscuras da oposição, de reuniões clandestinas. Tenta ao máximo lutar contra as liberdades excessivas mas há muitas coisas que não pode nem consegue evitar.

O governo não reconhece, sequer, o mais básico direito dos trabalhadores, o direito à greve. *“Somos excessivamente pobres para nos permitirmos a esse luxo”* – desculpa Salazar⁶⁷.

⁶⁶ Ploncard d’Assac (1989[1967]:193)

União feminina anti-fascista

Em Junho de 1968, o Diário Popular publicava esta notícia interessante:

“Determinado senhor do Porto pôs uma acção de separação contra a esposa, com o fundamento de que esta praticava actos que ofendiam a sua honra. A saber: a senhora começara a pintar-se e a seguir passou a usar mini-saia.

Discutida a causa, o tribunal sentenciou: Nenhum dos factos se reveste de gravidade suficiente para tornar intolerável a convivência conjugal. Nos tempos que correm, os maridos não podem proibir as mulheres de usar saias curtas, a menos que isso revele uma leviandade que as ultraje”.

Os portugueses eram ainda um povo muito atrasado quanto a costumes, a maneira de vestir reflectia literalmente esse atraso e a defesa de uma moral excessiva.

O PCP satirizava estes costumes e acusava o governo de Salazar de travar a evolução dos portugueses. Escusado será dizer que no que toca às mulheres este facto era, ainda mais, agravado.

Num boletim da Comissão Distrital de Faro do M.U.D.J.⁶⁸ (Maio/Junho 1947) pode ler-se: *“Enganam-se desastradamente aqueles que, usando uma moral retrógrada, vêem algumas vantagens morais no isolamento das raparigas. Com isto não queremos dizer que as raparigas devem procurar o convívio de certa forma juvenil que só vê na jovem um instrumento de satisfação sexual.*

Infelizmente são quase sempre esses indivíduos que a jovem vai encontrar nos bailes, as únicas ocasiões em que lhes é permitido pela família o convívio com os rapazes. A mentalidade da jovem sofre inevitavelmente com a carência de uma camaradagem espiritual que não lhe é possível encontrar nessa espécie de jovens. A sua personalidade

⁶⁷ Ploncard d’Assac (1989[1967]:234)

⁶⁸ Movimento da Unidade Democrática Juvenil - Organização unitária do partido comunista, que procurava traduzir os problemas específicos e as reivindicações da juventude.

atrofia-se. E uma rapariga sem independência moral, sem personalidade, dificilmente poderá impor respeito e consideração a qualquer jovem sedutor”.

O M.U.D tentou de tudo para integrar as mulheres e raparigas na actividade política e social portuguesa. São abundantes as circulares, escritas pelo PCP e espalhadas pelas províncias, que anunciam “actividades, jogos, passeios, danças e convívios” para as raparigas. Estas actividades, praticadas normalmente em matas para fugirem à repressão das polícias políticas, pretendiam reunir e recrutar o máximo de ‘camaradas’ femininas para ajuda ao movimento de oposição. O sexo feminino era o grupo mais reprimido pelas ‘leis’ (sociais, do trabalho e morais, principalmente) do Estado Novo. O M.U.D aproveita-se desse facto para ter mais uma força aliada, mais uma razão para criticar o Estado vigente e tentar destroná-lo.

O então M.D.M. (Movimento Democrático de Mulheres) coopera, de maneira ímpar, na luta pela democracia. Realiza colóquios, encontros, mesas redondas e manifestações; edita e distribui documentos à porta de fábricas e nas praças, denunciando a situação das mulheres prisioneiras e oprimidas pela repressão fascista.

No dia 8 de Março de 1970, o M.D.M distribui milhares de documentos e organiza por todo o país encontros e reuniões comemorativas do Dia Internacional da Mulher. Este dia torna-se uma data chave na denúncia da situação da mulher e da criança no Portugal fascista e no protesto contra a guerra colonial.

Estes encontros nem sempre acabavam bem, por um lado eram ilegais e secretos, por outro tentavam juntar o máximo de camaradas possíveis, para disseminarem ideais democráticos. A convocação, às vezes, dispersava por onde não devia. Um qualquer guarda, num café, à paisana e mais atento, lá se apercebia do encontro que se combinava e ia informar os seus superiores.

Destacamos o almoço organizado na Serra de Sintra, que foi tumultuado pela presença da GNR e da PIDE-DGS, que dão voz de prisão e identificam algumas mulheres, ao mesmo tempo que procuram apreender todo o tipo de material distribuído pelo movimento, desde postais alusivos à luta das mulheres vietnamitas a exemplares de um manifesto das mulheres.

Os anos 1971 e 1972 são marcados pelo alargamento das áreas de intervenção na problemática feminina: para além do problema da guerra colonial, do custo de vida, surge um dos primeiros documentos sobre a exploração sexista do corpo da mulher, sobre a redução da mulher a objecto sexual, que se intitulava "contra as misses e a mulher objecto".

Adivinha-se que a luta praticada pela mulher, ao lado do PCP, não era tanto por razões políticas. Elas pretendiam, acima de tudo, a sua libertação, e viram, no partido da oposição, um grupo que defendia a democracia e a ausência de preconceitos. Aproveitaram a onda de manifestações contestatárias e, “protegidas” pelo partido, exprimiram e lutaram pelas suas próprias vontades e ideais, através dos seus próprios movimentos.

No capítulo seguinte apresentaremos os principais movimentos femininos da oposição ao Estado Novo e os respectivos propósitos.

Os movimentos oposicionistas feministas

Apesar das dificuldades, porque o direito de reunião era proibido pelo governo, mantendo assim uma actividade semi-legal, as mulheres iniciam cedo a sua acção reivindicativa por melhores condições de trabalho e aumento de salário.

Em vários pontos do país estalam movimentações femininas, entrando muitas vezes em confrontos físicos, exigindo a igualdade perante a lei e as condições práticas para que efectivamente ela se concretize, como a criação de creches, infantários, jardins escola, lavandarias e cantinas.

“Os movimentos de oposição ao regime salazarista foram inúmeros e de várias correntes ideológicas, e as mulheres não quiseram deixar de dar o seu contributo nesta mesma luta.

Foi neste espírito reivindicativo que se assistiu à criação de vários organismos, alguns particularmente femininos, que apesar de não se assumirem claramente feministas,

desenvolviam uma acção muito centrada em torno de questões intimamente relacionadas com as mulheres, como o direito ao aborto e contracepção ou o combate à violência doméstica.

É curioso notar que inicialmente o governo de Salazar mostrava uma tolerância a organizações femininas não conotadas com o regime, e que se pode explicar pelo facto de não se atribuir grande relevância/importância à actividade feminina, desde que esta se confinasse ao campo feminino, ou seja, à educação e à assistência.

Contudo, a partir do momento em que o Estado Novo tomou consciência do poder socio-político que estas associações femininas detinham junto da população, apenas permitiu a actividade das suas próprias organizações, pois eram um veículo importante de transmissão de pensamento da ideologia dominante.

Os casos do CNMP (Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas) e da AFPP (Associação Feminina Portuguesa para a Paz) são bem representativos desta situação. Se no início da sua formação apresentavam objectivos apolíticos de promoção da mulher no domínio da cultura e educação, o certo é que em 1948 o governo dissolveu o CNMP na sequência da realização da exposição "Livros Escritos por Mulheres" que decorreu na Sociedade Nacional das Belas Artes, e 4 anos mais tarde foi a vez da AFPP ser igualmente dissolvida.

A par destes movimentos, outras associações formadas antes do 25 de Abril tiveram um papel bastante activo e decisivo na luta democrática, especialmente pela condição feminina. Entre outros, fazemos de seguida uma sucinta apresentação daqueles que são considerados os mais relevantes.

GRAAL

Constitui-se no Movimento Internacional de Mulheres Cristãs, que teve início na Holanda no ano de 1921 por iniciativa de um grupo de estudantes da Universidade de Nimegue. No entanto, em Portugal só existe desde 1957, assumindo um carácter socio-cultural e estimulando a valorização pessoal da mulher e a sua educação permanente. Apesar de ser

uma associação dirigida a todos os estratos sócio-económicos, o GRAAL privilegiava em larga medida o meio rural.

MUNAF

O Movimento de Unidade Anti-Fascista surgiu em Dezembro de 1943 e era claramente uma organização de oposição ao regime, trabalhando na clandestinidade, sob presidência do general Norton de Matos até 1949. Não seguia uma ideologia política particular, bem pelo contrário, compreendia todas as correntes democráticas.

A sua linha de pensamento era profundamente de esquerda, pela esfera de influência que o PCP exercia neste movimento. Aliás, em Fevereiro de 1943, através de um Manifesto à Nação emitido pelo Comité Central, o PCP propôs a "constituição da unidade nacional de todas as organizações, grupos e individualidades antifascistas e patrióticas, visando o derrube do governo de Salazar e a instauração de um Governo Democrático de Unidade Nacional".

MUD

O Movimento de Unidade Democrática era uma larga organização de oposição, e apesar de não ser uma associação feminina, podemos inclui-la neste grupo, uma vez que nela se verificava um grande número de mulheres.

A sua constituição data a 8 de Outubro de 1945, com uma apresentação pública no Centro Republicano Cândido dos Reis. Exercia uma actividade semi-legal autorizada pelo governo, reclamando liberdade de reunião, de associação, de imprensa e garantia de seriedade no acto eleitoral marcado para Novembro de 1945.

Da eleição da comissão central e da sua organização, surge uma Comissão de Mulheres, com Maria Isabel Aboim Inglês e Maria Lamas.

Contudo, esta "liberdade de acção" é abolida após a campanha presidencial da oposição do general Norton de Matos, em 1949, ano em que o MUD é remetido para a ilegalidade. De facto, a adesão popular ao MUD, no quadro da situação internacional, da crise interna e do enfraquecimento do regime no pós guerra, excede todas as expectativas e perante este

movimento, o Governo de Salazar defende-se num ataque à oposição, sendo toda a actividade do MUD suspensa, uma vez que este movimento é considerado um elemento de subversão social que tem por objectivo destruir o Governo e voltar a implantar o modelo político da primeira República. Neste contexto, os activistas do MUD são perseguidos, são despedidos, alguns são presos, entre os quais Bento Caraça que é várias vezes detido.

MNDF

O Movimento Nacional Democrático Feminino era um movimento particular do MUD.

Com a crise académica de 1962 e de 1964, mais mulheres vão despertar para a causa feminina, e é desta forma que em 1968 nasce a Comissão Democrática Eleitoral de Mulheres, que se vai instalando por comissões em vários pontos do país, de norte a sul, no seio do movimento de oposição ao regime de Salazar, durante o período das eleições para os deputados à Assembleia Nacional. Após as eleições, as comissões transformaram-se, por unanimidade, no Movimento Democrático de Mulheres”⁶⁹.

As clandestinas

Situação mais particular e sensível era a das designadas companheiras das casas do Partido, mulheres que não fazem apenas parte de um grupo da oposição, mas que são mesmo obrigadas a viver na clandestinidade por objectivos mais particulares, correm riscos relativamente maiores.

As narrativas existentes sobre a vida na clandestinidade são, na sua maioria, femininas. Como assinala José Pacheco Pereira, «Encontramos os homens lá, como se fosse natural que lá estivessem, mas o ‘mergulho’ na ‘sombra’, as dificuldades e indecisões, são, na literatura portuguesa, quase sempre histórias de mulheres.» Como o autor constata, «(...) mais do que para os homens, a clandestinidade implicava para as mulheres uma ruptura, que não era só com a vida familiar, mas também com os preconceitos sociais dominantes».

⁶⁹ Os movimentos femininos em Portugal no século XX – o caso particular do mdm [s.d.]

O aumento do número de funcionários do PCP obrigou ao conseqüente aumento do número de “casas do partido”, as quais serviriam para habitação, mas também para aí desenvolver trabalho partidário.

Para garantir a segurança dos funcionários, para evitar levantar suspeitas à vizinhança ou à polícia, havia que dar-lhes a aparência de casas normais. E, para o efeito, havia de fazer acompanhar os funcionários de mulheres, que passariam por suas esposas ou familiares, mesmo que não existissem quaisquer laços familiares desse tipo. A função da presença feminina das casas do Partido era, portanto, assegurar essa mesma normalidade, quando, na realidade, a situação era tudo menos normal, mas havia, portanto, a necessidade de corresponder aos cânones da sociedade da época.

O ingresso na clandestinidade era, essencialmente, devido a razões de carácter familiar-emotivo, mais do que razões de ordem ideológica, ou seja, de certo modo, as mulheres são como que arrastadas para uma vida de militância e, em última instância, para a vida na clandestinidade. A maioria delas, entra em contacto com o Partido pelas mãos dos pais, dos namorados ou dos maridos. São inúmeros os relatos que o atestam.

Olímpia Ribeiro da Silva Braz descreve do seguinte modo o seu contacto com o partido: «Casei-me aos dezasseis anos. O meu marido foi sempre muito amigo da política. Pertencia ao Partido Comunista desde os 19 anos. Eu sabia que ele era uma pessoa muito boa, muito especial e amigo de toda a gente. Sabia que tinha em casa um inimigo do fascismo e comecei a concordar com as ideias dele. Não me liguei ao Partido até que ele foi preso.» Como é constatado por Paula Godinho, «(...) é frequente que ao rememorar lutas e repressão, a referência ao grupo familiar de pertença e/ou à família de afinidade, surjam como explicação para o próprio percurso de vida. A importância da família de afinidade no despontar da consciência política e no incentivo à militância é salientada exclusivamente pelas mulheres, que podem justificar o seu recrutamento e empenhamento pela atitude dos maridos».

Não só de influência familiar viviam as ligações das mulheres ao partido, a influência da própria localidade de origem e a tradição de resistência inerente a esta destinavam, de maneira natural, muitas mulheres ao PCP. Como salienta Conceição Matos, «Para mim, o

ingresso no Partido Comunista foi muito fácil, quase uma sequência do meio em que nasci. Eu sou do Barreiro, uma zona de trabalhadores onde existe uma consciência política muito grande. O Partido teve sempre uma força extraordinária naquele meio e uma enorme aceitação».

Como se pode comprovar, embora a clandestinidade comunista funcionasse, de facto, como contra cultura face aos valores instituídos pelo Estado Novo, a verdade é que, no que respeita à situação das mulheres, os valores dominantes reflectiam em muito a moral salazarista vigente – o que torna o comportamento das clandestinas irónico⁷⁰.

Após a passagem para o mundo de liberdade, foram tomadas várias medidas jurídicas que tornavam a igualdade homem/mulher mais próxima, nomeadamente com o desaparecimento da “figura do chefe de família”. As mulheres foram sendo reconhecidas, finalmente, como integralmente iguais no trabalho, na família, na participação política e até na maternidade como função social. As mulheres puderam concorrer a cargos como os de administração local, de carreira diplomática e de magistratura judicial.

No entanto, em certas áreas nunca se conseguiram impor por estas irem completamente contra a sua natureza feminina. Foi o caso da política. Nem depois do 25 de Abril, a mulher se conseguiu aproximar muito dos cargos mais elevados da hierarquia política⁷¹.

Maria José Magalhães aponta vários motivos que explicam esta sub-representação da mulher: *“O problema não está só nos partidos. Estou a falar também nas representações sociais, na nossa ideologia. Somos muito mais vigilantes e intolerantes com as mulheres. Quando uma mulher vai para o poder, se é magra é porque é magra, se é gorda é porque é*

⁷⁰ Almeida (2006)

⁷¹ Poucas são as mulheres que alguma vez representaram a política portuguesa, no entanto houve uma mulher que desempenhou o cargo de primeiro-ministro em Portugal: Maria de Lourdes Pintasilgo (de Julho de 1979 a Janeiro de 1980).

gorda, se é de direita é porque é de direita, se é de esquerda é porque é de esquerda, enfim, tem sempre defeitos”.

Se a imagem de um político homem já dá muitas dores de cabeças aos partidos para que haja o mínimo de apreciações possíveis feitas pelo povo e oposição imaginem a de uma mulher. O político é a representação física de um país, dos seus interesses, e, segundo Francisco Moita Flores, director da agência de comunicação *Next Power*, a imagem de um político *“transmite confiança e (...) passa uma mensagem”*.

Continua: *“Como o objectivo de um político é fazer passar uma boa imagem para o seu eleitorado, a linguagem e o estilo podem ser construídos e treinados a partir de um plano específico de comunicação. O objectivo é que, reagindo a um estímulo de prazer provocado por uma acção, o eleitorado fique condicionado por um bom preconceito sobre o político”*⁷².

⁷²Martins (2010)

A mulher rural e a cidadina durante a década de 70:

As desigualdades geográficas e sociais

Em 1950, Portugal tinha 8.510.000 habitantes, 77% vivia no campo. Apesar do surto de desenvolvimento, o país continuava longe das taxas de urbanização praticadas noutros países.

Havia fortes desequilíbrios regionais em Portugal, as cidades beneficiavam do crescimento económico e as zonas rurais ficavam para trás. Com a melhoria das condições de saúde e diminuição da mortalidade infantil havia mais gente a chegar à idade adulta. As pessoas ganhavam uma aversão ao atraso que se vivia nos campos e quase dois milhões de pessoas emigraram, ou para as cidades em crescimento ou mesmo para fora do país (França, E.U.A., Canadá e Alemanha) – estes últimos fugiam, muitas vezes, do serviço militar em África.

A hierarquia social era imutável e as desigualdades sociais bem aceites, “*os camponeses obedeciam aos senhores sem discutir com risco de ficar sem sustento ou que as suas mulheres e filhas perdessem e nunca mais arranjassem emprego*”⁷³. Os portugueses consideravam que ter o essencial para viver não era ser pobre, “*só quando aparecia algum artigo na imprensa estrangeira falando na pobreza portuguesa nos sobressaltávamos e tomávamos algumas decisões disparatadas*”⁷⁴, como o caso do decreto que proibia os lisboetas de andar descalços, e que, como foi de esperar, não foi seguido.

Só nos finais dos anos 60/ início dos 70 os portugueses começam a vislumbrar um futuro diferente. Com os novos resultados da economia, planeava-se finalmente a industrialização do país.

Em 1971, por exemplo, é anunciado que, em 2000, 70% da energia consumida em Portugal seria de origem nuclear. Apesar de todas as boas notícias, a mão-de-obra continuava

⁷³ Mónica (1996)

⁷⁴ Ibid

escassa. Antes, “*bastava aos patrões estalarem os dedos e tinham filas de pretendentes aos postos de trabalho*”⁷⁵, agora, os operários preferiam emigrar. “*Para segurarem os trabalhadores os patrões foram, então, obrigados a aumentar-lhes os ordenados*”⁷⁶ – começou a ser frequente ver os operários a andar de carro, a usar *jeans* e a comer bifes. O nível de vida subiu, consideravelmente, para os que cá ficaram.

Em 1968, “*enquanto Salazar entra para a cruz vermelha para ser operado, três festas abalavam a estrutura social*”⁷⁷ – figuras do *Jet Set* internacional, cenários e ceias de luxo marcam-nas. A ostentação chegara a Portugal, e os portugueses, habituados a que os ricos se escondessem, ficaram boquiabertos com esta “agitação”.

Nos anos 70 o vestuário torna-se, então e mais do que nunca, expressão da personalidade de cada um. É possível reconhecer as diferenças sociais e geográficas da mulher desta década através da maneira como se vestia. A moda torna-se um factor muito importante para compreender as posições, os comportamentos e acontecimentos que levaram ao fim de um regime de quarenta e um anos. Avaliar-se-á, também, as mudanças de vestuário feminino que a revolução provocou e como a moda se desenvolveu a partir de então, já sem as regras do Estado Novo por perto.

Como geograficamente Portugal é muito distinto nas suas gentes e respectivos costumes, o vestuário também variava bastante de região para região – e dentro destas variava ainda de acordo com o estrato social e profissão.

Seria bastante interessante fazer toda uma análise por regiões, mas é-nos completamente impossível pelo pouco tempo de que dispomos.

Resolveu restringir-se a análise de costumes a duas províncias totalmente opostas. Uma, centro urbano largamente povoado e desenvolvido, outra, reconhecida pelo seu retrógrado sistema e pela desertificação populacional. Estremadura (mais propriamente Lisboa) e Baixo Alentejo verão assim confrontadas as suas populações femininas da década de setenta, quanto a costumes e vestuário mais propriamente.

⁷⁵ Mónica (1996)

⁷⁶ Ibid

⁷⁷ Ibid

Cidade vs campo

Cidade (Lisboa)

Lisboa crescia em número de habitantes (800.000 em 1960) mas estava longe de ser uma cidade moderna, em termos sociais e geográficos estava bem estruturada – ricos e pobres conviviam nos bairros mais antigos, como a Lapa e Alfama. Nas avenidas novas encontrávamos a burguesia, a indústria na periferia e nos arredores os que tinham vindo dos campos.

“Lisboa parecia decerto, maior, embora fosse de certeza muito mais pequena (...). Havia de certeza mais espaço e menos prédios de alumínio, menos gente nas ruas, menos bancos, menos e melhores cafés, menos e melhores restaurantes, menos e piores lojas. Havia, de um modo geral, muito pouca coisa. Os automóveis eram geralmente escuros, as canções geralmente proibidas e na televisão, à hora da telenovela, passava um talk-show a preto e branco com helicópteros ao fundo e rapazes sérios que diziam adeus até ao meu regresso.

As senhoras esticavam os cabelos ao máximo volume em cascatas de laca e usavam malinhas na mão, com saias que travavam ou destravavam um pouco acima do joelho em passos curtos, calças muito poucas. Os sapatos atravessavam uma lenta metamorfose, os estiletos mortais de agulha em pontas para geometrias mais generosas. Vestiam-se as crianças em miniatura, os meninos homenzinhos, as meninas com bordados ingleses e laços e cores demarcadas. As elegantes compravam revistas estrangeiras que davam pelo nome de ‘figurinos’, com moldes de papel para recortar e mandar fazer na D. Gertrudes ou na D. Laurinda ou encomendavam, nas boas casas de ‘alta costura’ quem também tinham nomes de costureiras – Ana do Carmo, Ana Maravilhas, Candidinha – uma toilette especial decalcada do atelier de um Dior ou de um Balenciaga, com direitos de peso de ouro e tecido de griffe ou, ao estilo nacional, em desenho à vista.

A juventude irrequieta agitava-se como bem podia: entre dois protestos contra a guerra do ultramar/colonial e uma ou outra carga da GNR a cavalo de espada em punho, abarrotava a rua de S. Nicolau, do por-fí-rios Contraste, em busca das cópias made in Lisbon da street fashion londrina, remexia o mundo e o regime das chávenas da bica, conspirava nas associações de estudantes, sonhava com um par de jeans.

Nas paredes, os cartazes laranjas da CDE (Centro Democrático de Esquerda) descoloravam ao sol no desafio da espera, em conluio com graffitis esparsos da LUAR, enquanto no cais os transportes despediam lenços brancos ao som de bandas fúnebres. Let it be, cantavam os Beatles com palavras de sabedoria, mesmo se era para a seguir se separarem. No teatro de S.Luis, com a casa cheia e coro triunfal, um José Jorge Letria de adereços capilares exuberantes e viola ao peito passava ao regime a certidão final:

*«Quem te avisa teu amigo é
Cedo ou tarde perderás o pé
E nem tempo há-de ter
P'ra ver como é...»”*

Assim descreve Fernanda Cândia, Lisboa nos anos 60. Uma descrição resumida mas que nos diz o essencial sobre uma cidade que nunca deixou de ter a sua característica agitação social e de costumes, apesar das limitações do regime que a acompanhava.

Helena Redondo, ex-designer de moda, ex-editora de moda da Marie Claire que durante a década de anos 70 abriu (e fechou) a loja de roupa interior masculina Atalaia 31, no Bairro Alto, descreve-nos, como se lembra, a cidade de Lisboa nos anos 70: *“A partir dos meus dezoito anos adoptei a cultura anglo-saxónica, sobretudo na roupa e na música. As amigas íntimas que eu tinha á época achavam que eu tinha disparatado completamente. Na rua era terrível, era completamente escorraçada. Os homens mandavam as bocas mais estúpidas do mundo e as mulheres... era muito criticada. Havia muito poucas pessoas em Lisboa que fossem especificamente interessadas num certo tipo de atitude que se reflectia no vestir. Nem sequer havia aquela coisa Maio de 68: nessa altura os meninos da faculdade de direito eram betinhos quadrados. Eu achava que era um povo triste, que não reagia”. Mesmo assim ia havendo sítios, pessoas. “Havia uma coisa chamada A outra face da lua, que de dia vendia roupa e à noite içava os varões da roupa, daqueles metálicos, e fazia um bar. A perspectiva desses lugares todos era mais ou menos elitista, o que quer que isso queira dizer”.*

Mas a mania das lisboetas de vestirem somente à “alta costura” – a partir de tecidos originais comprados aos grandes costureiros franceses para daí fazerem as suas *toilettes* à medida – haveria de acabar. Depois do 25 de Abril, sem poder contar mais com o suporte económico das linhas de difusão, a alta costura praticamente desapareceu. Não havia mais a típica clientela de luxo, com o 25 de Abril os ricos eclipsaram-se e as casas onde habitualmente se vestiam também.

Presumivelmente, quem apostou na difusão do pronto-a-vestir é que ganhou a aposta.

“Discotecas também já havia. Uns lugares escuros, ao gosto da época, onde se ouvia rock mais ou menos pesado e se reunia a escassíssima beautiful people da capital. Sítios pequenos como cafés com a zona de dança e de bar rigorosamente delimitadas, a fechar cedo, muito longe dos desvarios nova iorquinos do Studio 54, onde Bianca Jagger comandava noites orgiásticas para a polaroid de Andy Warhol, muito longe do underground londrino dos concertos de garagem e da contracultura. O pé de dança em Lisboa dava-se no Pop, que ficava ao fundo da avenida dos Estados Unidos da América, no AdLib, no Relógio (que depois se transformou nos Stones) e no Caruncho, que era para gente mais velha, na casa dos trintas. Quem tinha carro podia fazer a marginal a cem à hora e parar no Van Gogo, em Cascais, que ainda hoje existe.” – Continua Helena Redondo.

Este novo tipo de vida, repentinamente cheio de liberdade e boémia, provocou uma onda gigante de novas discotecas, bares, lojas... de estabelecimentos antes não tão bem aceites. Nos novos tempos de “Abril”, com a permissão da entrada dos costumes estrangeiros – da música, dos filmes, dos livros, da roupa esgarçada – os portugueses quiseram viver sofregamente tudo o que lhes tinha sido negado até então.

Em 72 Ana Salazar abre a Maça, ali na zona de Alvalade. A loja correspondeu, de imediato, aos desejos de Helena Redondo. A Ana *“comprava tudo em Londres e havia sobretudo uma marca muito engraçada, chamada Miss Mouse, que era a minha preferida. Praticamente passei a vestir-me lá”* (Câncio, 2001).

Lisboa começava a sentir, finalmente, a necessidade de mudança. “*A guerra colonial minava, desde 61 as mais pátrias bravatas, os esboços primaveris de Marcello Caetano não convenciam ninguém, os discursos de Américo Thomaz eram o mais apreciado sit-com televisivo. Mas os ditadores continuavam a cair de reumático, a rua António Maria Cardoso continuava a espalhar homenzinhos sinistros pelo Chiado, os funcionários públicos continuavam a ter de jurar bandeira e anticomunismo e o ar não melhorava aquela lentidão espessa de confessionários, copas e quartéis que atravessara cinco décadas*” (Câncio, 2001).

Até meados dos anos 70 não havia “nada” em Portugal. Não havia pronto-a-vestir, eram algumas costureiras que tomavam a iniciativa de ir a Paris, ao *Yves Saint Laurent*, comprar moldes para depois ‘copiar’. Em Portugal, já que não havia o original havia a cópia. “*Mandava-se fazer tudo*”, comprova Isabel Branco, modelo na altura.

Na baixa havia apenas meia dúzia de lojas (loja das meias, as candidinhas) onde se comprava a “roupa da moda”. Quando a *maça* (primeira loja de Ana Salazar) abre foi a revolução no vestir! Os tão desejados *jeans* chegam, agora, directamente de Londres para a loja da baixa.

Ana Salazar pretendia sacudir as mentes dos mais novos de maneira a que se libertassem do conservadorismo português. Em Londres, achou extraordinário sobretudo o facto de as pessoas poderem ser elas próprias – “*Foi o primeiro sítio onde senti que tudo era possível*”. Ana delira com a descoberta da Europa libertada e libertária, muito diferente do seu país. Da capital inglesa, a estilista traz os *jeans* como a arma a favor da libertação dos costumes (Câncio, 2001).

A loja das meias, atenta à dinâmica da história, também soube aproveitar a prosperidade da época e faz uma grande remodelação. Abre-se a uma nova clientela que surge nos anos 60 com grande poder de compra: os jovens. À clientela feminina é oferecida uma impressionante selecção de pronto a vestir, importado sobretudo da Itália, França e Inglaterra. São introduzidas grandes marcas como *Daniel Hechter*, *Charles Maudret*, *Christian Dior*, *Ted Lapidus*, *Mary Quant* entre outras. Dá-se início à sapataria, na Secção

Acessórios, com a venda de sapatos *Christian Dior*. Cria-se um novo sector de vendas com artigos de *sportswear*. A loja das meias, no final da década de 60, foi a primeira loja a introduzir as calças jeans em Portugal - da marca Levi's⁷⁸.

Em 1974, com o 25 de Abril, o pouco que até então existia esfumou-se. Em compensação, negócios em fase de arranque sofreram a maior aceleração de todos os tempos. “Os salários aumentaram incrivelmente, o poder de compra aumentou brutalmente” conta-nos Isabel Branco.

O “boom” que assolou os comportamentos europeus já há tempos finalmente rebenta em Lisboa. “*De repente, toda a gente queria andar com calças de ganga, de camisas da tropa* – continua Isabel, depois de admitir que ela própria se casou com uma destas camisas, grávida de seis meses –. *Era aquela coisa de parecer proletário, de se ralarem com o que vestiam a fingir que não se ralavam. Foi a grande época da feira da Ladra, que era um maná*”.



Figura 1. Adolescentes de Chaves na década de 70⁷⁹.

⁷⁸ Loja das meias [s.d.]

Com a libertação há muito desejada e a revolução finalmente concretizada, é particularmente, na década de 70, que o espírito da moda portuguesa, “com tudo o que implica de experimentação, assumir da individualidade e vontade de sair da multidão” se começa a afirmar (Câncio, 2001).

Maria João Aguiar, então colaboradora da RTP e chefe de redacção da revista *Donas de Casa*, assiste à convulsão de estilos. “Quando eu era miúda, havia convenções até para o uso da cor, para as coisas que não se faziam... Havia a preocupação de não dar nas vistas. A diferenciação entre o que as mães e as filhas vestiam só começa mesmo nos anos setenta”.

A moda portuguesa seguia muito mais a moda ‘clássica’ francesa do que a novíssima, ‘inovadora’ e ‘espampanante’, moda inglesa. Era a hábito e a fraca vontade de mudança a falar mais alto, mais uma vez. “*Ana Salazar foi a única pessoa que teve coragem de aderir a essa vaga*” londrina, existente desde os anos 60, com a mini-saia de *Mary Quant* e o *Vidal Sassoon* nos cabelos. Inglaterra, dez anos adiantada em relação a Portugal, já há muito sentia os efeitos do desabrochar da moda, música e artes.

Com o 25 de Abril vieram as restrições em relação às importações. Ana Salazar teve que se adaptar e cria a sua própria marca: a *Harlow*. A *Harlow* caracterizava-se por ser roupa na linha do *street fashion* e rapidamente foi acusada de falta de qualidade e coerência. As peças eram assimétricas e feitas para chocar – os portugueses, rapidamente tiveram que se adaptar aos novos estilos (Câncio, 2001).

Começa o tempo de todas as etnias, das saias indianas, dos casacos afegãos, dos bordados, das franjas, do *look* cigano e das piratas urbanas. A moda vê os seus códigos multiplicados pela cultura anti-conformista jovem que se manifestou em todas as direcções na aparência do vestir, mas também nos valores, gostos e comportamentos. Uns mais aceites e adoptados

⁷⁹ Chaves antiga (8.Abr.2008)

do que outros, os novos estilos *hippy*, *baby*, *punk*, *new-wave*, *rasta*, *ska* ou *skin-head* são apelidados de “anti-moda” (Lipovetsky, 1989:170).



Figura 2. Festa de hippies em Lisboa (1967)⁸⁰.

“A Galeria-48, “boîte” elegante da capital, foi invadida pelos hippies, bizarramente pintados e ornamentados com os tradicionais colares e as flores que os distinguem. No entanto, uns hippies bem-educados a título provisório porque a moda, ao que se vê, ainda não tinha pegado aos jovens portugueses por completo”

Legenda da fotografia original

No cinema, as mulheres presas de uma súbita crise existencial, padecem de complexidade exacerbada. As heroínas de Woody Allen e Antonioni, as Diane Keatons, as Monica Vittis, as Jane Fondas, maníaco depressivas, estéreis e empedernidas, questionam demoradamente a intensidade do desejo, a necessidade dos homens, a lógica da reprodução. Da era das divas desvairadas, suicidárias, pulposas e ameninadas, de riso inquietante e silêncios terroristas de Godard e dos anos sessenta, das românticas desoladas, abismo e queda, de Nicholas Ray, passou-se para os corpos esqueléticos de mulheres que pensam demasiado,

⁸⁰ Os reis do yé yé (21.Out.2007)

que deprimem, que não sabem o que querem, que vivem sós, consumidas pela nostalgia da simplicidade” (Câncio, 2001).

Portugal quer apanhar o mundo, tudo começa a acontecer mais depressa. Os desejos soltam-se, o discurso inflama os corpos, logo após o 25 de Abril há um período em que tudo é permitido e permissível. É o caos comportamental. A descolonização engrossa as colunas de rebeldia, triplica a população das grandes cidades, institucionaliza a erva e o haxixe.

A moda ganha uma nova e grande visibilidade, reflectindo-se em tudo. Apesar do novo poder económico dos portugueses, ninguém quer parecer rico. “As despesas sumptuárias interrompem-se, é a catástrofe nas artes plásticas, mas paradoxalmente, a moda soma e segue” (Câncio, 2001).

Portugal passou por um período conturbado que durou cerca de 2 anos, comumente referido como PREC (Processo Revolucionário Em Curso), marcado pela luta e perseguição política entre as facções de esquerda e direita. Os exilados políticos regressam mas logo são igualmente "saneadas" personalidades que se identificavam com o Estado Novo ou não partilhavam da mesma visão política que então se estabelecia para o país. As grandes empresas são nacionalizadas. Foram legalizados os sindicatos, as associações de estudantes e os partidos políticos, aceitando-se a livre associação para a difusão de ideias propostas⁸¹.

Com Vasco Gonçalves como primeiro-ministro e a consequente restrição nas importações deliberadas pelo seu governo é a altura ideal para apostar nos talentos nacionais. Com a primeira colecção lançada, Ana Salazar ganha o prémio de confecção feminina da *Intermoda*. Inicia-se, para os ainda muito poucos criadores de moda portugueses, o período de expansão.

Lisboa tal como as pessoas e os costumes liberta-se, à noite agita-se com o Brown's, o Zodíaco ou, para os mais boémios, há sempre, no Cais do Sodré, o Escandinávia, o Tóquio ou o Jamaica, rodeados de “*prostitutas, chulos, brigas, cerveja, cascadeurs barrigudos, marinheiros e pequenos ladrões a la Jean Genet*”. O bairro alto também começa a entrar

⁸¹ Enciclopédia (8.Abr.2009)

no roteiro, com as suas casas de fado para inglês ver e as suas pequenas tabernas de mesas de mármore e cantores vadios. No Estoril abre o 2001.

Ouve-se Bee Gees e dança-se como o John Travolta. Ao som do rock mais pesado, abanam-se as trunfas e entra-se na onda dos drunfos – olhos arrastados, falar cambaleante, andar vítreo. Pedro Lata, na altura com vinte anos, confirma que se vivia numa “onda muito down”.

Pedro é convidado por Ana Salazar para trabalhar com ela. Foi uma fase retro depois da onda boca de sino. *“Desenhávamos, escolhíamos os tecidos, fazíamos as provas... O que era giro era fazer coisas novas, era super excitante. Foi uma época incrível”* (Câncio, 2001:322-328).

A cultura do não-conformismo estava instalada. Apregoava valores de expressão individual, de descontração, de humor e de livre espontaneidade. Dão-se os primeiros passos no pronto-a-vestir e os novos valores contemporâneos do rock, dos ídolos e das estrelas jovens estão, cada vez mais espelhados no vestir – é o “júnior” como protótipo da moda.

A nova moda – caracterizada pela “agressividade das formas, de colagens e justaposições de estilos, do aspecto descuidado” – só teve capacidades de se impor por ter bases já sólidas numa cultura recheada de “ironia, de jogo, de emoção-choque, de liberdade de maneiras” (Lipovetsky, 1989:163).

A mulher emancipada podia finalmente existir. Uma mulher inserida neste contexto jovem, liberto de constrangimentos e desenvolto em relação a cânones oficiais, era com certeza uma mulher moderna.

Nos meses seguintes ao 25 de Abril o estado e o país reorganizam-se. E também o guarda-roupa dos portugueses. As mulheres libertam-se do que chamamos de “peças grandes” (sobretudos, impermeáveis, conjuntos de saia-casaco, fatos completos); desenvolvem-se as peças práticas e descontraídas. Blusões, *jeans*, *anoraks*, conjuntos para tempos livres, *sweat* e *t-shirts* vendem-se loucamente.

O Jersey como novo material aliado à moda desportiva surge em paralelo à emancipação da mulher. Por ser muito mais prático, flexível, elástico e fácil de lavar as novas donas de casa, com mil e uma coisas para fazer e sem tempo para dedicar ao cuidado excessivo da roupa, rapidamente o adoptaram.

Mais uma vez, a moda como expressão de libertação, é provada através do *sportswear*. O à-vontade, a descontração, a flexibilidade e o humor dos desenhos e das inscrições traduz a reivindicação de mais liberdade.

Entrou-se na idade da “sedução-expresso”: continuar a encantar mas sem dedicar essa tarefa a um tempo impossível, sem que ela prejudique outras actividades – agora a mulher trabalha, tem que partilhar o seu tempo de “beleza” com os novos afazeres diários. Uma sedução quase imperceptível, assim é a moda do descontraído (Lipovetsky, 1989:201).

Campo (Alentejo)

Mesmo reduzindo o campo à região do Alentejo, continua a haver demasiados factores e grupos dentro desta província. Alguns estudos rurais que encontramos e que se debruçaram sobre a questão das desigualdades sociais, por exemplo, consideram que os sistemas de estratificação social tradicionais contemplavam um carácter essencialmente dicotómico, no qual se diferenciam dois estratos fundamentais: os ricos e os pobres (Carmo, 2007).

Os primeiros tendiam a possuir (em termos jurídicos e/ou económicos) maiores extensões de terra, a não exercer qualquer modalidade de trabalho manual e a deter níveis mais elevados de instrução. Enquanto os segundos, para além de viverem numa dependência económica quase absoluta em relação aos mais ricos, caracterizavam-se, sobretudo, pelo uso da sua força de trabalho.

A posse de terra e o estatuto perante o trabalho manual eram, sem dúvida, os recursos mais distintivos, sendo principalmente a partir destes que se determinava o posicionamento social de cada indivíduo ou família perante a comunidade rural. Esta dicotomização não é um mero resultado de uma análise abstracta e sistematizada da estrutura social, mas parte do modo como as próprias pessoas se definiam perante os restantes indivíduos e grupos.

Deste modo, é estabelecida uma divisão objectiva entre um conjunto de situações polarizadoras perante o trabalho, a propriedade e o local de residência.

Nesta óptica, eram considerados ricos os lavradores que utilizavam mão-de-obra assalariada nas suas explorações e que delegavam a gestão directa da lavoura aos feitores. Por sua vez, os pobres eram todos os outros que trabalhavam directamente na lide agrícola.

Como é perceptível através da introdução feita, optámos por estudar o traje alentejano da década de 70 através das classes sociais por nos parecer um método mais fidedigno e de fácil factor eliminatório de material extra. Depois de descodificadas as classes – como distinguir os ricos dos pobres, os senhores dos trabalhadores – analisaremos profundamente apenas a classe trabalhadora. Afinal, o traje a que chamamos tradicionalmente alentejano não é mais do que o do trabalhador rural, do campo, da chamada classe mais pobre. O vestuário dos patrões e das suas senhoras poderia não corresponder à realidade Alentejana pela “não necessidade” que tinham de o trajar. As mulheres de elite eram mantidas longe da vista do público, limitando as suas saídas a ocasiões muito específicas. Saíam protegidas por inúmeros acessórios que iam desde o casaco, chapéu e sombrinha em pleno Verão, até ao acompanhante, de preferência uma pessoa da família (Almeida, 2002).

Interessar-nos-á, portanto, muito mais analisar a classe pobre do que os grandes senhores da terra.

Dentro da classe trabalhadora encontramos variadas profissões, ligadas, especialmente ao Alentejo. É sobre estas que nos vamos debruçar e dar ao leitor uma imagem do Portugal rural dos anos setenta.

Segundo Maria Filomena Mónica (1996), nas aldeias portuguesas os dias corriam monótonos, não havia participação política – exclusividade de uns poucos senhores. “*Os divertimentos reduziam-se a procissões, feiras, noitadas em tabernas. Os camponeses,*

poucos eram os que saiam do local onde nasciam, o mundo exterior não existia para eles”⁸².

As aldeias do interior pareciam estar a caminhar para a extinção como resultado da crescente (e)migração para França e margem sul do Tejo, principalmente – Maria Filomena Mónica (1996), no seu livro sobre os costumes em Portugal, descreve-nos um interior de Portugal quase deserto na altura do regime Salazarista – Houve freguesias e distritos que ficaram reduzidos a metade.

Carmo (2007) estuda e descreve-nos depois os papéis de género numa comunidade aldeã localizada no Baixo Alentejo – Albernoa⁸³. A partir deste artigo tivemos acesso a um esboço social da mulher tipicamente rural da década de 70 – enquadrada num tempo, espaço, função e trabalho –, o que nos permitiu compreender melhor o objectivo a que nos propusemos – o traje da mulher alentejana.

“Os homens e parte das mulheres que viviam nas aldeias trabalhavam nas herdades próximas e envolventes do espaço da aldeia. O trabalho agrícola não era permanente para a maior parte dos aldeãos, havendo momentos de grande intensidade laboral (as ceifas, as mondas) e largos meses de inactividade e de desemprego, durante os quais não existiam quaisquer modalidades alternativas de trabalho” (Carmo, 2007:75-100).

Vivia-se sob o sistema latifundista⁸⁴, a aldeia encontrava-se relativamente fechada à cidade e imune à vida urbana. As pessoas residiam na aldeia e trabalhavam nas explorações agrícolas das redondezas e poucos eram aqueles que se deslocavam regularmente à cidade. Em contrapartida, constituía-se uma forte interdependência entre a aldeia e os campos, na medida em que não só grande parte dos trabalhadores agrícolas eram recrutados na aldeia, como o próprio sistema latifundiário dependia do trabalho assalariado para manter os seus mecanismos de exploração e de opressão.

⁸² Mónica (1996)

⁸³ Freguesia portuguesa do concelho de Beja

⁸⁴ Deriva de um regime de propriedade agrária caracterizado pela concentração desequilibrada de terras pertencentes a poucos proprietários. Os latifúndios são extensas propriedades rurais onde existe uma grande proporção de terras cultivadas ou não e são exploradas com tecnologia obsoleta e de baixa produtividade com mão-de-obra de baixo custo.

“A mulher centrava parte importante a sua actividade em torno do espaço doméstico, enquanto o homem trabalhava e sociabilizava no exterior com maior frequência. Existia uma forte divisão de papéis que se manifestava nos diferentes modos de viver a espacialidade da aldeia. Estes resultavam, em grande medida, da aplicação e da contínua reconstrução de um código de *honra-vergonha*, que na maior parte das sociedades rurais tradicionais, principalmente em zonas mediterrâneas, tem representado uma forma de dominação dos grupos sociais mais providos e, em especial, dos homens desses grupos sobre as respectivas mulheres” (Carmo, 2007:75-100).

Assim, “o conceito de honra pressupõe não só a posse de bens a defender como de atributos, valores e virtudes. (...) Correlativamente um homem [e uma mulher] terá ou deverá ter vergonha, senão se comportar de acordo com os códigos culturais e morais estabelecidos (...)” (Silva, 2003: 68).

“Sozinha, a mulher rural alentejana entrega-se aos seus hábitos, aos seus costumes e atola-se, e embrenha-se, confiante e descontraída, no seu mundo silencioso, sem chagas infamantes, sem podridões vergonhosas, mundo de sonho, cheio de poesia e de paz, que assimilou e enriquece com as fórmulas duma vida simples e honesta”.

In Almanaque Alentejano, 1970⁸⁵

Num estudo realizado nos finais dos anos 60, Cutileiro diz-nos que “o homem pouco sabe dos assuntos do lar – são a esfera da acção da mulher, em que o homem não exerce qualquer referência. (...) A tradicional divisão de papéis entre o casal deixa as tarefas domésticas a cargo da mulher”⁸⁶.

No entanto, era também a mulher que detinha o poder de controlar o orçamento familiar, cabendo-lhe aplicar do melhor modo o dinheiro ganho pelo homem, e a socialização e educação dos filhos.

As mulheres dominavam a maior parte das relações de vizinhança, essencialmente relações femininas. Como diz Cutileiro, “na maior parte das casas dos trabalhadores rurais a porta para a rua dá acesso directamente à cozinha, que deixa as mulheres da casa em íntimo

⁸⁵ Obra editada por Fausto Gonçalves

⁸⁶ Cutileiro (1977: 134-137)

contacto com o mundo exterior”⁸⁷. As vizinhas eram vigilantes do comportamento umas das outras, sendo algumas delas vítimas das suas próprias redes de informação. O controlo social na aldeia costumava ser determinado pelas mulheres, mas eram elas o alvo primordial desse mesmo controlo.

O quadro descrito manteve-se quase intacto até aos primeiros meses de 1974. “O único elemento de mudança, face à realidade das décadas anteriores, relaciona-se com o aumento exponencial dos fluxos (e)migratórios, que provocaram um despovoamento contínuo da freguesia” (Carmo, 2007:75-100).

A saída do homem por motivos de emigração ou de trabalho assalariado reforçou o papel da mulher no controlo, físico e administrativo, da casa e da exploração agrícola.

“A mulher rural alentejana caminha sem hesitações pela estrada da vida, conhece todos os segredos do campo e executa as mais duras e exaustivas tarefas”.

In Almanaque Alentejano, 1970⁸⁸

⁸⁷ Cutileiro (1977: 141)

⁸⁸ Obra editada por Fausto Gonçalves

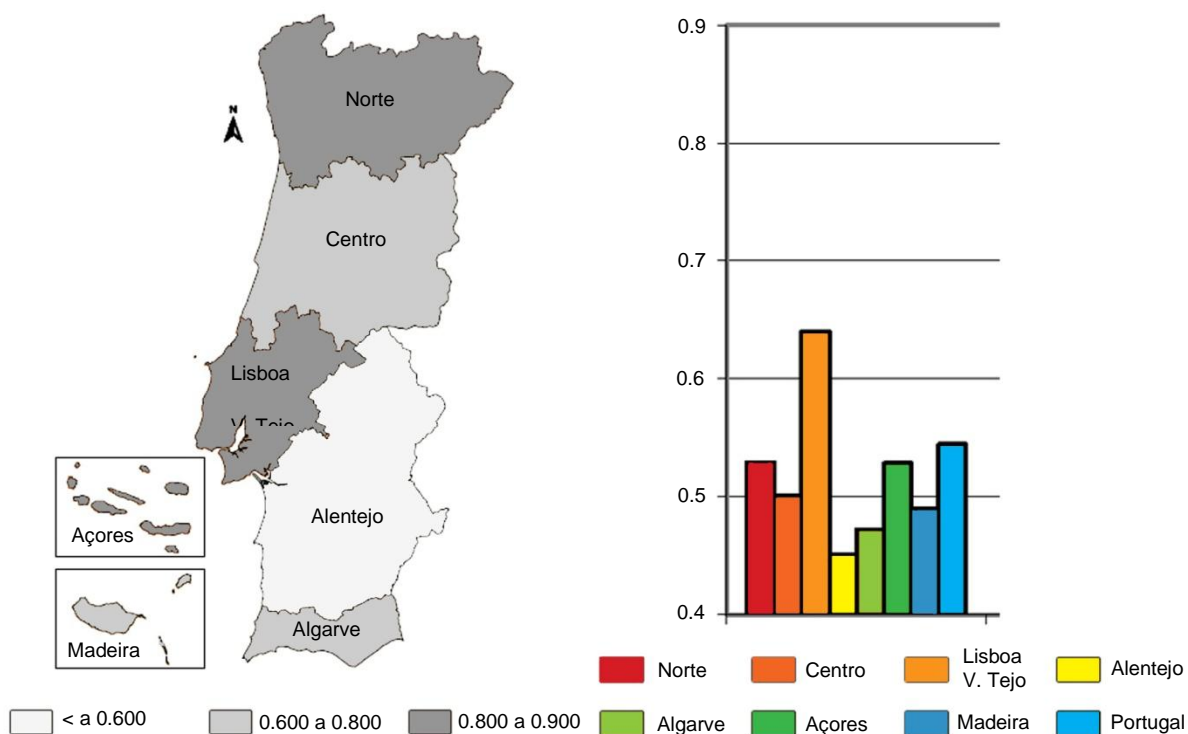


Figura 3. Índice de Educação em Portugal em 1970.
In Ministério do Planeamento (2002)

Figura 4. Índice de Desenvolvimento Económico e Social em Portugal em 1970.
In Ministério do Planeamento (2002)

Em contraponto à asserção de ruralidade alentejana que acabámos de testemunhar, a designação “o Alentejo é vermelho” – adoptada, incondicionalmente, pelos vários sectores da esquerda portuguesa – sugere uma rebeldia “natural” dos trabalhadores agrícolas alentejanos e representaria a expressão de uma consciência clara da posição que ocupavam na sociedade, pressupondo uma capacidade organizativa considerável.

Os camponeses alentejanos, sem terras e assalariados, viviam uma época extremamente difícil. “O número de pessoas com trabalho permanente e assegurado era reduzido, tal como os que conseguiam aí ter alguma terra própria ou relativa independência económica e laboral (os "seareiros"). Os trabalhadores por conta de outrem representavam a esmagadora maioria. Os empregos rurais, sazonais ou permanentes, eram controlados por um número restrito de proprietários. Os salários eram baixos e as condições de vida más, principalmente durante as épocas mortas da agricultura (Inverno). Além disso, os poucos e

mal pagos empregos agrícolas eram oferecidos em condições desfavoráveis pelo latifundiário ("é pegar ou largar", dizia-se)"⁸⁹.

Esta situação sócio-económica e laboral penosa e dura agitou as massas camponesas da região a partir de meados dos anos 40, vindo-se a agudizar nas duas décadas seguintes, gerando-se um permanente clima de agitação social no campesinato⁹⁰.

Começam a aparecer, mais sistematicamente nos anos 60, alguns movimentos, circunscritos a algumas zonas alentejanas ou ribatejanas, em reivindicação de direito ao emprego, melhores salários, horário justo e condições de laboração mais favoráveis, enveredando por várias formas de luta, desde a greve à recusa ao trabalho sem acordo salarial. A repressão é comum quando os "senhores" reagem, apoiados que eram pelo regime político, que não via com bons olhos estes movimentos ou reivindicações.

O Alentejo torna-se das regiões mais procuradas pelos opositores ao regime, não só pelo trabalho a desenvolver numa área com fortes problemas económicos e sociais, mas também pela sua situação geográfica. Uma região deserta e com falta de meios de vigia da parte do Estado Novo oferece, a um partido clandestino como o PCP, as condições mais favoráveis para se começar a infiltrar ideais revolucionários nas mentes mais descontentes. O Alentejo acabou por se tornar, e é ainda hoje, a região mais comunista de Portugal.

Tornam-se inúmeros os tumultos e mais frequentes ainda as greves rurais, que acabavam sempre com a intervenção da GNR – com supervisão da PIDE –, em busca então de infiltrados e agitadores comunistas⁹¹.

Um dos casos mais mediáticos foi o assassinato de Catarina Eufémia, por um guarda da GNR, a 19 de Maio de 1954⁹², motivado por uma reivindicação de aumento de salário, que concedeu a Baleizão o estatuto de “Aldeia Vermelha do Alentejo”.

⁸⁹ Infopédia, *Reforma agrária* (14.Set.2010)

⁹⁰ Infopédia, *Catarina Eufémia* (11.Set.2010)

⁹¹ Infopédia, *Catarina Eufémia* (11.Set.2009)

⁹² Ver definição no Glossário

Com o golpe do 25 de Abril uma febre de mudança envolveu largos sectores da população que ambicionavam melhorar as condições de vida e de trabalho. Nesta conjuntura, “destaca-se o investimento colectivo por parte dos trabalhadores agrícolas do sul de Portugal no processo de ocupação de terras e nas explorações colectivas. Uma acção colectiva de tal envergadura parece ser indicador suficiente do potencial dos trabalhadores agrícolas alentejanos para promover movimentos organizados em torno de objectivos bem definidos. O Alentejo cumpriria, assim, a sua vocação revolucionária” (Fernandes, 2004).

“Nos anos imediatamente posteriores a 1974, a Reforma Agrária desenrolou-se de forma complexa e atribulada, representando uma mudança profunda que abateu os alicerces do latifundismo, levando, nomeadamente, à destituição dos mecanismos coercivos do poder económico, social e simbólico, exercidos pela classe dos grandes proprietários agrícolas” (Carmo, 2007:75-100).

Pode dizer-se que os grandes proprietários perderam privilégios mas ganharam direitos.

Para recriar de maneira mais precisa o traje da mulher alentejana, começemos por fazer uma listagem das profissões femininas no campo (Alentejo) existentes na década de 70:

- Ceifeira
 - Mondadeira
 - Azeitoneira
 - Aguadeira
 - Lavadeira
 - Leiteira
 - Padeira
 - Criada
 - Cozinheira
 - Moça de recados
- } Trabalho de Campo
- } Trabalho independente
- } Criadas domésticas (na casa dos patrões e na própria)

Ao analisar, de maneira detalhada, cada um dos trajes correspondentes às profissões acima enumeradas, verificaram-se grandes semelhanças. Os trajes de trabalho, afinal, pouco diferiam de profissão para profissão – quando realizadas no mesmo local espacial de trabalho (campo, casa), é claro. No caso do campo, por exemplo, as mulheres trajavam todas de igual forma, variando apenas o utensílio característico de cada actividade.

Dessa forma descreveremos o traje da trabalhadora rural alentejana nos anos 70 e, em seguida especificaremos apenas as diferenças entre cada profissão.

As mulheres, quando iam para os seus trabalhos no campo vestiam uma blusa confeccionada em chita ou em gorgorina⁹³ quase sempre de cores vivas. Para proteger as mangas da blusa, usavam-se, por cima destas, os mangos ou manguitos, uma espécie de meias mangas.

Por baixo da blusa usava-se uma camisa feita de pano crú, uma espécie de roupa interior da altura. Era um tipo de vestido sem mangas, com pouca roda e a bater por cima do joelho. Para substituir o soutien de hoje usavam-se os corpetes ou coletes, para, de alguma forma, aconchegar os seios. Eram feitos, tal como a camisa, de pano crú. Usavam, ainda, as cuecas, chamadas de “cú aberto”, o que permitia que fizessem as necessidades fisiológicas de pé.

A saia era de riscado, às riscas ou aos quadrados, ou de gorgorina às flores. Franzida na cintura ou de pregas soltas. Quando as trabalhadoras chegavam ao local de trabalho faziam da saia uns calções, apanhando-a entre as pernas (aos joelhos prendia-se com uns cordões que se chamam “orelos” e entre as pernas “prega-se” com alfinetes de ama).

Por baixo da saia também se usava o que se chamava de saioite ou saia de baixo. Era de flanela, franzido na cintura e a acompanhar o comprimento da saia.

À cintura, a mulher levava um avental de chita ou de riscado, que quase acompanhava o comprimento da saia. Atava atrás com um laço tendo uma ou duas algibeiras. As mais

⁹³ Tecido encorpado de seda, de algodão ou de lã.

novas evitavam assim sujar a saia para que, no regresso a casa, fossem “a cachopa mais bonita na roda dos namoricos”.

Calçavam umas meias sem pés que se chamavam “plainas”. Eram feitas à mão e tecidas com fio de algodão (cordãozinho no dizer do povo).

Na cabeça, para proteger do sol e do calor envergavam um lenço de algodão ramejado com fio de seda sempre atado atrás. Por cima usavam, ainda, um chapéu de feltro, de abas viradas para cima. No Verão, o chapeú de feltro podia ser substituído por um de palha, mas normalmente, no baixo Alentejo, optavam mesmo por manter o de feltro, mesmo em épocas mais quentes.

Os Sapatos ou botas eram de atanado, chamados assim quando eram tipo de cabedal grosseiro. Usavam-se botas ou sapatos de acordo com as "posses". Os sapatos, na altura, eram um acessório a que ainda nem todos tinham acesso, era um sinal do poder económico e social, do poder de compra de cada um.

Nos dias mais frios o xaile de lã estava sempre à mão, além de servir de protecção e agasalho, servia também de toalha na hora das refeições.

O Tarro de cortiça era levado diariamente para a “jorna”⁹⁴, era uma espécie de recipiente onde as mulheres punham a comida para levar para o campo. Os alimentos sólidos como o pão, toucinho e o queijo iam no talego ou bolsa, que era de tecido.

A cabaça presa à cintura assegurava, quando não havia aguadeira ao seu dispor, a água fresca com que saciavam a sede⁹⁵.

As trabalhadoras de campo usavam, por vezes, quando terminado o trabalho, um segundo traje, a chamada roupa de portas. Usavam a roupa de campo no labor e, quando terminavam, trocavam para as roupas de portas, para entrar na vila. Esta roupa era muito semelhante à de trabalho mas em melhores condições, menos usadas, menos velhas e esgarçadas.

⁹⁴ Trabalho feito durante um dia, especialmente por um trabalhador rural. Salário diário.

⁹⁵ Grupo folclórico e cultural da Boavista (23.Jul.2007); Folclore alto Alentejo (7.Mai.2008)

Trabalhos de Campo

Ceifeira

Personagem romântica, e imprescindível no ciclo do pão, a ceifeira fazia o almoço de manhã muito cedo, metia o almoço numa cesta de verga ou cana. Como o seu trabalho era efectuado no início do Verão, os tecidos utilizados no traje eram de algodão.

O seu instrumento de trabalho era a foice, mas, para proteger os dedos da mão esquerda em relação aos movimentos da foice, usava dedeiras ou canudos. Eram feitos de cana e podiam ser lisos ou trabalhados. Normalmente eram oferecidos pelos namorados – "O melhor namorado era aquele que oferecia as dedeiras mais bonitas".

Levavam a cesta à cabeça e a foice no braço.



Figura 5. Ceifeiras nos campos do Alentejo

Mondadeira

Normalmente contratada para, na Primavera, arrancar as ervas daninhas das ceiras de trigo, a Mondadeira fazia-se acompanhar sempre do seu típico “sache” ou “sacho”, o seu

instrumento de trabalho, e ainda dos habituais utensílios de quem trabalhava no campo: o tarro, a cabaça e o talego.

Se era casada, trazia consigo grandes braçadas de erva no regresso, para alimentar os seus coelhos; se era solteira, caminhava despreocupada em rancho barulhento, onde a piada brejeira tinha lugar obrigatório.



Figura 6. Ceifeira e Mondadeira alentejanas.
Serpa, década de 70⁹⁶.

“Cefeira com o traje característico, tendo aos pés a foice. Já a outra moça está vestida de mondadeira, traje de inverno com o xaile de lã atado atrás, como era hábito. Aos pés o sacho, a sua ferramenta de trabalho. É de notar mais uma vez o talego da merenda”.

Susete Evaristo, 15 Outubro 2009

Azeitoneira

A Azeitoneira é a mulher que ripava e apanhava a azeitona – profissão existente ainda hoje. Por se tratar de um trabalho efectuado no Inverno, os tecidos utilizados eram a flanela ou algodão com pêlo por dentro.

As mulheres muniam-se de uma cesta, onde depositavam as azeitonas que iam apanhando.

⁹⁶ Trajes antigos do Alentejo [s.d.]



**Figura 7. Apanha da azeitona¹⁷.
Década de 70.**

Aguadeira

No início das campanhas agrícolas, os lavradores contratavam sempre um rapaz e uma rapariga com a função de aguadeiro/a. Esta personagem levava e dava água aos homens e mulheres que se encontravam a amanhar a terra. Também podíamos encontrar aguadeiras a desempenhar a sua função nas feiras e romarias da altura.

O traje da aguadeira era composto pelas mesmas peças e tecidos dos restantes trajes de trabalho femininos.

Carregava a água num tarro de barro e fazia-se acompanhar sempre de um cocho de cortiça por onde os trabalhadores bebiam⁹⁷.

⁹⁷ Grupo folclórico e cultural da Boavista (23.Jul.2007)



**Figura 8. Aguadeira Alentejana¹⁷.
Década de 70.**



**Figura 9. Ceifeira alentejana matando a sede¹⁷.
Década se 70.**

Lavadeira

Sem os detergentes e as lixívias de hoje, a lavadeira do Alentejo (que lavava apenas para os ricos da localidade), utilizava a cinza, o sabão, o luar e o sol para branquear a roupa, aproveitando ao máximo as fontes e riachos da terra.

Apesar de vestir o mesmo que todas trabalhadoras alentejanas, a lavadeira tinha os seus trajes mais simplificados. A lavadeira trabalhava com água, e, para tornar as suas vestes mais leves e acessíveis à água do rio ou fonte, usava uns tamancos – mais fáceis de descalçar, voltar a calçar e até possíveis de molhar, ao contrário dos sapatos e botas de atanado. As saias eram presas pela anca com um cordão para subirem até ao joelho.

Para a sua tarefa, a lavadeira usava um alguidar de barro e um batedor em madeira.



Figura 10. Reprodução de Lavadeira no rio na década de 70.

Trabalho independente

Leiteira

O único acessório que poderia diferir no traje da leiteira era o lenço na cabeça, que muitas vezes era branco, mas não necessariamente. Por cima deste usava ainda uma rodilha quando transportava o leite à cabeça. Na sua volta de recolha/entrega do leite de porta em porta, a leiteira usava um cântaro de latão para transportar o leite do dia.



Figura 11. Cântaro de latão onde se transportava o leite.

Padeira

A padeira, trajava igual às restantes trabalhadoras alentejanas, mudando apenas alguns pormenores. O avental de riscado era substituído por um liso branco, subido até ao nível do peito. O lenço da cabeça era branco também. Com estes dois acessórios em tons claros, a padeira, evitava assim que se notasse que estava suja de farinha.

Como utensílios na sua cozinha tinha uma pá de madeira, um tabuleiro e uma toalha do pão em linho e renda. E assim fazia o famoso pão alentejano.

Criada doméstica

As criadas domésticas apresentam as seguintes classificações: criada, criada de servir, serventa, serviçal, moça de recados, criada de mandados, criada doméstica, cozinheira. Salienta-se que as criadas dos mandados e a menina que “faz recados” eram geralmente crianças, desde os 9 anos até ao início da adolescência. Algumas criadas de servir também eram muito jovens (por volta dos 12 anos), sendo comum estas “raparigas” deixarem o serviço doméstico por volta dos 15 anos, altura em que o trabalho do campo, em grandes ranchos mistos, se tornava mais atractivo, perante as possibilidades de animação e namoro.

Os seus trajes seguiam os da época, podendo variar a forma do avental (mais ou menos subido), o lenço na cabeça (branco ou florido) e ainda os sapatos (que não precisavam ser de atanado, por o trabalho ser feito em casa e não no meio da terra dos campos alentejanos).

Comparando o grupo das trabalhadoras rurais com o mesmo grupo masculino, verifica-se uma divisão sexual do trabalho muito acentuada. Estas mulheres são sobretudo jornaleiras (trabalham à jorna ou ao dia, sem qualquer vínculo ao patrão), jovens e solteiras e desempenham os trabalhos eventuais da monda, ceifa, apanha da azeitona, tomate e leguminosas e pouco mais. O seu trabalho é remunerado a um nível muito mais baixo do que o trabalho masculino (Almeida, 2002).

Nas aldeias e vilas, em domingos e dias santos, quem não ia para o campo, usava o mesmo traje mas com uma ou outra peça menos gasta e remendada, esmerada no asseio e aprumo ou até mesmo feita de melhores tecidos, mais finos. Os sapatos de atanado eram substituídos por uns também mais finos, pretos – isto para quem tinha mais de um par de sapatos, coisa rara na altura. Este e outros pormenores evidenciavam, na altura e ao mesmo tempo, as diferenças sociais e económicas da época.

Havia ainda trajes que, pela sua singularidade, se tornaram emblemáticos. O traje do acabamento é um dos exemplos. Usado uma única vez ao longo do ano, estas vestes serviam para comemorar o último dia da apanha da azeitona.

A mulher ia então vestida como todos os dias aquando da apanha da azeitona. No dia do acabamento só eram apanhadas meia dúzia de oliveiras que tinham ficado por apanhar, de propósito, para se fazer o tal festejo no dia seguinte.

No final a mulher vestia uma saia de riscado de 4 panos, blusa de chita com enfeites de folhos ou grega, caixiné atado atrás, xaile de lã, avental bordado mantendo os sapatos de atanado e as meias de linha⁹⁸.

Na década de setenta, no entanto, o traje já não era tão fiel como nos anos passados. Eram já notórias algumas influências derivadas das migrações. Sempre levavam, sempre traziam e assim as gentes, sobretudo as rurais, sem o sentirem, acabavam por adquirir hábitos novos, nem sempre condicentes com a sua maneira de ser e estar, com a sua cultura e costumes tradicionais⁹⁹.

⁹⁸ Folclore alto Alentejo (7.Mai.2008)

⁹⁹ Ibid

A política na moda após o 25 de Abril

A economia frívola que se viveu depois da revolução de Abril extirpou definitivamente as normas e os comportamentos tradicionais, generalizou o espírito de curiosidade, democratizou o gosto e a paixão do novo a todos os níveis da existência e em todas as camadas sociais. À medida que o efémero invade o quotidiano, as novidades são cada vez mais depressa e cada vez mais bem aceites; no seu apogeu, a economia-moda engendrou um agente social à sua imagem: o indivíduo-moda, sem ligação profunda, móvel, de personalidade e gosto flutuantes.

O reino terminal da moda permite às democracias acelerar a dinâmica da modernização.

O problema, à escala das nações, reside no facto de, perante esta mobilidade requerida pela concorrência internacional, nem todas a enfrentarem com armas iguais, nem todas tinham a mesma capacidade de ofensiva nesta nova forma de guerra que é a guerra do tempo, o avanço do tempo. Durante o Estado Novo, os interesses corporativistas, a aspiração ao bem-estar, a procura de segurança e de protecção do estado não tem o mesmo peso do que noutras nações, a dinâmica da mudança não é vista como noutros sítios.

Em teoria, a forma da moda orienta as sociedades contemporâneas na direcção histórica correcta; na prática, atola certas nações no imobilismo dos interesses particulares e das vantagens adquiridas, desencadeia um atraso pesado de consequências sobre a construção do futuro. Cabe à instância política gerir a natureza contraditória dos efeitos da moda total: otimizar o seu potencial moderno, reduzir a sua face conservadora.

Portugal, sem forte tradição liberal, o novo governo (pós Estado Novo) teria agora a responsabilidade histórica de levar a bom termo esta empresa vital sem o mínimo de demoras: governar o défice de modernidade que existia ao mesmo tempo que a sua forte apreensão colectiva. Passar o mais depressa possível de uma modernização há tanto desejada mas temida a uma modernização efectiva e sem dilaceramento social de maior, eis, juntamente com a libertação dos costumes que dela advinha, a mais alta tarefa do nosso futuro governo.

Esta modernização não poderia, no entanto, ser efectuada de maneira forçada nem ser decretada somente de cima. Fomos durante mais de quarenta anos uma nação fortemente individualista e orientada pelo culto da tradição e presente. O poder público teria que preparar o futuro ao mesmo tempo que tentava concretizar as aspirações do presente, teria que encontrar um equilíbrio social entre as necessidades do futuro e as reivindicações do presente.

Pelo lado da oferta, as razões do boom de economia-moda não são muito difíceis de esclarecer. A expansão dos progressos científicos, juntamente com o sistema da concorrência económica, encontra-se obviamente na origem do mundo do efémero generalizado. Sob a dinâmica do imperativo do lucro, os industriais criam novos produtos, inovam continuamente para aumentar a sua penetração no mercado, para ganhar novos clientes e relançar o consumo. A moda é deveras filha do capitalismo. Pelo lado da procura são a concorrência das classes e as estratégias de distinção social que sustentam e acompanham a dinâmica da oferta.

Não há economia frívola sem a acção sinérgica do conforto, da qualidade estética, da escolha individual, da novidade – finalidades culturais de primeiro plano.

Em Portugal, pode dizer-se que a Moda começou realmente a viver a partir daqui.

Conclusão

O Estado Novo enquanto regime teve, como todos os regimes, os seus prós e contras. Não há dúvida nenhuma que, independentemente dos métodos usados, foi um regime exemplar na construção de um país mais sólido em termos económicos e de valores humanos. Em termos gerais os portugueses uniram-se, sacrificaram-se, e lutaram como nunca a favor das causas nacionais. Só podemos dizer que houve uma oposição efectivamente real e revoltada nos últimos anos do Estado Novo (com o início da guerra colonial, mais propriamente).

O seu tradicionalismo extremo também teve os seus prós. O mundo vivia um “boom” pós guerra, as exportações, importações e consumismo estavam no seu auge. Os países viviam todos dos mesmos movimentos culturais. Ouvia-se a mesma música, compravam-se os mesmos quadros, os ídolos do cinema eram comuns aos jovens europeus, o mundo inteiro usava agora jeans, t-shirts, blusões e trajas hippies. Portugal, por seu lado, vivia isolado dos novos prazeres da vida, do resto do mundo. Tornámo-nos um povo antiquado sim, mas também de personalidade muito própria, característica que se esfumava nas outras nações.

O Estado Novo discriminava tudo o que implicasse modernidade e insistia num sucesso nacional baseado na simplicidade e tradição, o que teve os seus efeitos positivos na economia mas não na moda.

A moda tem duas vertentes: a necessária e a supérflua. A primeira baseia-se na necessidade que o ser humano tem de se vestir. A segunda é a moda enquanto movimento artístico e cultural, efémero, consumista, é a moda como negócio.

Em Portugal, a primeira é bastante forte, e característica de região para região, dita os costumes das gentes, principalmente até 1974. Até aí não havia, da parte do estado, liberdade nem incentivo suficiente à moda, e da parte dos portugueses, predisposição mental para aceitar, ou sequer pensar, além do vestir – as suas mentes não eram estimuladas para a criatividade, para a diferença e muito menos para saírem do seu conservadorismo patente desde que se conhecem como raça.

Só depois de 74 as pessoas se standardizaram e individualizaram ao mesmo tempo e, só aí, foi possível um verdadeiro desenvolvimento da moda.

Já a moda “total”, como tendência de consumo e estilo, requer investimento não só financeiro como psicológico. Ao ser conduzida pelo capitalismo e pelos valores culturais é no estado social democrático que se pode encontrar o seu completo desenvolvimento (Lipovetsky, 1989:246).

É óbvio e conclui-se então que o Estado Novo limitou a moda enquanto movimento e tendência. Pode mesmo dizer-se que Portugal teve parado a nível de desenvolvimento criativo durante estas quatro décadas. Nada que fosse novo à mentalidade e às tradições passava a fronteira. As áreas que mais sofreram com isso foram naturalmente as novas formas artísticas de expressão como a música, cinema e moda.

A mulher portuguesa sofreu um atraso muito grande relativamente às tendências no vestir durante os 41 anos de regime, sem que desse muito por isso na verdade. Viviam-se outras preocupações que assolavam ainda os portugueses enquanto o resto do mundo vivia sem preocupações e rebeldemente como desforra das passadas 2 Grandes Guerras, sem se preocupar com os problemas psicológicos e económicos que daí advieram e que não estavam resolvidos.

É interessante imaginar Portugal se tivesse tido um rumo diferente na moda, seria impossível ter sido o mesmo politicamente. A moda e a política influenciaram-se realmente durante o período de Salazar no Governo. Para um viver o outro teve que estagnar.

A moda é uma arte que, tal como todas as outras, necessita de constante reavaliação, nunca pára de se auto-actualizar, está em constante mudança. Teria sido impossível viver uma história da moda diferente com esta governação, tal como seria impossível termos vivido num regime com as características conservadoras e controladoras do Estado Novo se a moda tivesse a ser mais livre e descarada durante esses mesmos anos. Moda em actualização e modernização e Estado Novo em acção – os dois nunca seriam compatíveis.

Referências Bibliográficas

Actas dos 2^{os} cursos internacionais de verão de Cascais (1995) *Movimentos Sociais e o Poder*, Cascais

Actas dos 3^{os} cursos internacionais de verão de Cascais (1996) *A mulher e a sociedade*, CMC, Cascais

Almeida, M (2002) *As mulheres e a doença num concelho rural alentejano: Avis, 1847-1956*. XXII, Encontro da APHES – Associação Portuguesa de História Económica e Social, Aveiro

As mulheres e o cinema (2009), *A mulher no cinema português*, accessed 08 Abr 2010, <<http://mulheresecinema.blogs.sapo.pt/2640.html>>

Avante! (1^a quinzena Dezembro de 1936) *Tribuna feminina*, p.2.

Avante! (2^a quinzena Novembro de 1936) *Tribuna feminina*, p.2.

Barreno, M (1976) *A imagem da mulher na imprensa*, Edição da comissão da condição feminina - ministério dos assuntos sociais, Lisboa

Batista, C (2007) *Mulheres em tempos de guerra: análise do comportamento e da moda feminina nos anos 20 e 50*, Encontro latino-americano de desenho

Bebiano, R & Silva, A (2004) *A reidentificação do feminino e a polémica sobre a Carta a uma Jovem Portuguesa*, Revista de História das Ideias, nº25, pp.423-454, Coimbra

Caminhos da memória (Abr 2009), *Olhares sobre uma ausência: o movimento estudantil no Estado Novo e o feminismo*, accessed 13 Ago 2010, <<http://caminhosdamemoria.wordpress.com/2009/04/09/olhares-sobre-uma-ausencia-o-movimento-estudantil-no-estado-novo-e-o-feminismo/>>

Caminhos da memória (Fev 2009), *A obra das mães e a caridadezinha*, accessed 6 Fev 2010, <<http://caminhosdamemoria.wordpress.com/2009/02/19/a-obra-das-maes-e-a-caridadezinha/>>

Câncio, F (2001) *Cenas da vida mundana: do pós guerra aos nossos dias. panorama da cultura portuguesa no século XX*, volume 3, artes(s) e letras. Edições Afrontamento, Lisboa

Cardina, M [s.d.] *Movimentos estudantis na crise do estado novo: mitos e realidades*, accessed 18 Mar 2010, <<http://www.ces.uc.pt/e-cadernos/pages/pt/numeros/01--2008-ndash-debates-contemporaneos---jovens-cientistas-sociais-no-ces/miguel-cardina-movimentos-estudantis-na-crise-do-estado-novo-mitos-e-realidades.php?lang=PT>>

Carmo, R. (2007) *Género e espaço social, o caso de uma aldeia alentejana* – Sociologia, problemas e práticas, n.º 54, [s.n.] [s.l.]

Centro de investigação para tecnologias interactivas [s.d.] *Orpheu*, accessed 15 Nov.2009, <<http://www.citi.pt/cultura/temas/orpheu.html> >

Chaves antiga (2008) *Juventude da década de 70*, accessed 11 Out 2010, <<http://chavesantiga.blogs.sapo.pt/2008/04/>>

CITE - Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego [da] Presidência do Conselho de Ministros e Ministério da Segurança Social e do Trabalho (2003) *Manual de Formação de Formadores/as em Igualdade de Oportunidades entre Mulheres e Homens*, GICEA – Gabinete de Gestão de Iniciativas Comunitárias do Emprego e ADAPT/EQUAL, Lisboa, accessed 18 Jan 2010, <http://www.cite.gov.pt/Formar_Iguald/PDFs_Manual/M04_01_Capitulo_II_01.pdf>

Coelho, T. & Avillez, MA (1987) *A moda em Portugal nos últimos 30 anos*, Edições Rolim, Lisboa

Costa Pinto, A (1994) *Os camisas azuis. Ideologia, Elites e Movimentos Fascistas em Portugal (1914-1945)*, Editorial Estampa, Lisboa

Cruzeiro, C (1989) *Coimbra 1969: a crise académica o debate de ideias e a prática ontem e hoje*, Edições Afrontamento, Porto

DaCosta, F (1998) *Máscaras de salazar*, Notícias editorial, Lisboa

Enciclopédia (2009) *25 de Abril – revolução dos cravos*, accessed 16 Mar 2010, <http://www.encyclopedia.com.pt/print.php?type=A&item_id=1094>

Fernandes, M (2004) *A organização dos trabalhadores agrícolas na reforma agrária: o caso de Baleizão*, [s.n.] [s.l.]

Ferro, A (1933) *Salazar, o homem e a sua obra*, Empresa Nacional de Publicidade, Lisboa

Folclore alto Alentejo (2008) *Trajes usados no alentejo*, accessed 28 Jan 2010,
<<http://folclorealtoalentejo.blogspot.com/2008/05/trajes-usados-no-alentejo.html>>

Garnier, C (1952) *Férias com Salazar*, Parceria António Pereira, Lisboa

Gorjão, MH (2001) *O Estado Novo e as mulheres - O género como investimento ideológico e de mobilização*, Edição da Biblioteca Museu da República e Resistência, Lisboa

Grupo Folclórico e cultural da Boavista (2007) *Trajos de trabalho*, accessed 28 Jan 2010,
<http://www.rtrboavista.org/index.php?option=com_content&task=category§ionid=6&id=31&Itemid=37>

Infopédia [Em linha], Porto: Porto Editora (2003-2010) *Catarina eufémia*, accessed 11 Set 2010, <[http://www.infopedia.pt/\\$catarina-eufemia](http://www.infopedia.pt/$catarina-eufemia)>

Infopédia [Em linha], Porto: Porto Editora (2003-2010) *Censura*, accessed 03 Fev 2010,
<[http://www.infopedia.pt/\\$censura](http://www.infopedia.pt/$censura)>

Infopédia [Em linha], Porto: Porto Editora (2003-2010) *Estado Novo*, accessed 03 Fev 2010, <[http://www.infopedia.pt/\\$estado-novo](http://www.infopedia.pt/$estado-novo)>

Infopédia [Em linha], Porto: Porto Editora (2003-2010) *Política*, accessed 15 Fev 2010,
<<http://www.infopedia.pt/pesquisa-global/pol%C3%ADtica>>

Infopédia [Em linha], Porto: Porto Editora (2003-2010) *Portugal e a segunda Guerra Mundial*, accessed 10 Fev 2010, <[http://www.infopedia.pt/\\$portugal-e-a-segunda-guerra-mundial](http://www.infopedia.pt/$portugal-e-a-segunda-guerra-mundial)>

Infopédia [Em linha], Porto: Porto Editora (2003-2010) *Portugal e a segunda Guerra Mundial*, accessed 10 Fev 2010, <[http://www.infopedia.pt/\\$portugal-e-a-segunda-guerra-mundial](http://www.infopedia.pt/$portugal-e-a-segunda-guerra-mundial)>

Infopédia [Em linha], Porto: Porto Editora (2003-2010) *Reforma agrária*, accessed 14 Set 2010, <[http://www.infopedia.pt/\\$reforma-agraria](http://www.infopedia.pt/$reforma-agraria)>

Jornalismo porto net (2004), *O retrato da mulher durante o estado novo*, accessed 24 Jun 2010,

<http://jpn.icicom.up.pt/2005/04/26/o_retrato_da_mulher_durante_o_estado_novo.html>

Lipovetsky, G (1989) *O império do efémero*, Publicações Dom Quixote, Lisboa

Loja das meias [s.d.] *História*, accessed 5Set 2010,

<http://www.lojadasmeias.pt/lm_historia.php>

Melo, A (2001) *Cenas da vida mundana: do pós guerra aos nossos dias. panorama da cultura portuguesa no século XX*, volume 3, artes(s) e letras. Edições Afrontamento, Lisboa

Mónica, Maria Filomena (1996) *Os costumes em Portugal*, Público, Lisboa.

Movimento democrático de mulheres (2004), *Alguns marcos da luta das mulheres em Portugal*, accessed 28 Abr 2010,

<http://www.mdm.org.pt/index.php?option=com_content&task=view&id=53&Itemid=30>

Nogueira Pinto, J (1993) *Salazar visto pelos seus próximos (1946-68)*, Bertrand editora, Lisboa

Os movimentos femininos em Portugal no século XX – o caso particular do mdm [s.d.], accessed 22 Set 2010,

<http://neh.no.sapo.pt/documentos/os_movimentos_femininos_em_portugal.htm>

Os reis do yé yé (2007) *Portugal, 1967*, accessed 11 Out 2010,

<http://osreisdoyeye.blogspot.com/2007_10_01_archive.html>

Peacock, J (1998) *Fashion Sourcebooks: The 1960s*, Thames & Hudson, London.

Ploncard d'Assac, J (1989) *Salazar*, Editorial Verbo, Lisboa

Silva, M.(2003) *Honra-vergonha: código cultural mediterrânico ou forma de controlo de mulheres?* In José Portela e João Castro Caldas (orgs.), Celta Editora, Oeiras

Trajes antigos do Alentejo [s.d.] *Ceifeiras do Alentejo*, accessed 28 Jan 2010, <<http://traje-antigo-alentejo.blogspot.com/search/label/Ceifeiro%28a%29>>

Bibliografia

- AAVV (1970), *Igualdade Radical para a Mulher*. Coimbra: Livraria Almedina.
- Barreno, M (1976) *A imagem da mulher na imprensa*, Edição da comissão da condição feminina - ministério dos assuntos sociais, Lisboa
- Bebiano, R & Silva, A (2004) *A reidentificação do feminino e a polémica sobre a Carta a uma Jovem Portuguesa*, Revista de História das Ideias, nº25, pp.423-454, Coimbra
- Biblioteca Nacional (1991) *A moda em Portugal através da imprensa*, Biblioteca Nacional, Lisboa
- Câncio, F (2001) *Cenas da vida mundana: do pós guerra aos nossos dias. panorama da cultura portuguesa no século XX*, volume 3, artes(s) e letras. Edições Afrontamento, Lisboa
- Carmo, R(2007) *As desigualdades sociais nos campos: o Alentejo entre as décadas de 30 e 60 do século XX*, ICS, Lisboa
- Coelho, M (1995) *Moda um enfoque psicanalítico*, Diadorim Editora Ltda, Rio de Janeiro
- Coelho, T. & Avillez, MA (1987) *A moda em Portugal nos últimos 30 anos*, Edições Rolim, Lisboa
- Costa Pinto, A (1994) *Os camisas azuis. Ideologia, Elites e Movimentos Fascistas em Portugal (1914-1945)*, Editorial Estampa, Lisboa
- Cruzeiro, C (1989) *Coimbra 1969: a crise académica o debate de ideias e a prática ontem e hoje*, Edições Afrontamento, Porto
- Cutileiro, José (1977) *Ricos e Pobres no Alentejo*, Sá da Costa, Lisboa
- DaCosta, F (1998) *Máscaras de salazar*, Notícias editorial, Lisboa
- Eco, U(1975) – *Psicologia do vestir*, Arte e Produção, Lisboa
- Ferro, A (1933) *Salazar, o homem e a sua obra*, Empresa Nacional de Publicidade, Lisboa

- Freud, S. (1931a) *Feminilidade*, Edição Standart Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, vol XXII. Rio de Janeiro: Imago, 1980.
- Freud, S. (1931b) *Sexualidade Feminina*, Edição Standart Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, vol XXII. Rio de Janeiro: Imago, 1980.
- Garnier, C (1952) *Férias com Salazar*, Parceria António Pereira, Lisboa
- Geraldes, A (1982) *Castro Laboreiro e Soajo: habitação, vestuário e trabalho da mulher*, Coop. Artes Gráficas, Lisboa
- Gonçalves, F (1970) *Almanaque alentejano*, “Enciclopédia Anual de Informações Úteis e Assuntos Culturais”, Casa do Alentejo
- Gorjão, MH (2001) *O Estado Novo e as mulheres – O género como investimento ideológico e de mobilização*, Edição da Biblioteca Museu da República e Resistência, Lisboa
- Gorjão, V (2002) *Mulheres em tempos sombrios: oposição feminina ao estado novo*, Imprensa de ciências sociais, Lisboa
- Lipovetsky, G (1989) *O império do efémero*, Publicações Dom Quixote, Lisboa
- Magalhães, M. J. (1998) *Movimento Feminista e Educação - Portugal, anos 1979 e 80*, Celta, Lisboa.
- Melo, A (2001) *Cenas da vida mundana: do pós guerra aos nossos dias – panorama da cultura portuguesa no século XX*, volume 3, artes(s) e letras. Edições Afrontamento, Lisboa
- Mónica, Maria Filomena (1996) *Os costumes em Portugal*, Público, Lisboa.
- Mónica, MF (1978) *Educação e Sociedade no Portugal de Salazar (1926-39)*, Presença-Gis, Lisboa
- Nogueira Pinto, J (1993) *Salazar visto pelos seus próximos (1946-68)*, Bertrand editora, Lisboa

Novais, F e Sevcenko, N (1998) *História da Vida Privada no Brasil*, Vol III., Companhia das Letras, São Paulo

Patriarca, F (1995) *A questão social do salazarismo: 1930-1947*, Imprensa nacional da casa da moeda, Lisboa

Peacock, J (1998) *Fashion Sourcebooks: The 1960s*, **Thames & Hudson, London.**

Picão, J (1983 [1903]) *Através dos Campos. Usos e Costumes Agrícola-Alentejanos*, D. Quixote, Lisboa

Ploncard d'Assac, J (1989) *Salazar*, Editorial Verbo, Lisboa

Polhemus, T (1994) *Street style*, thames and hudson

Silva, M.(2003) *Honra-vergonha: código cultural mediterrânico ou forma de controlo de mulheres?* In José Portela e João Castro Caldas (orgs.), Celta Editora, Oeiras

Van Damme, R et al. (1994) *Os jeans: Pano de fundo da história americana*, Lello & Irmão, Porto

York, P (1994) *Modern times*, [s.n.], London

Teses/ Dissertações ou outras provas académicas / Estudos

Almeida, A (1985) *Trabalho feminino e estratégias familiares*, Análise social, [s.l.]

Almeida, M (2002) *As mulheres e a doença num concelho rural alentejano: Avis, 1847-1956*. XXII, Encontro da APHES – Associação Portuguesa de História Económica e Social, Aveiro

Almeida, V (2006) *Mobilizemos as mulheres , a questão feminina no PCP, anos 40, Abordagem a uma cultura de resistência*, Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas

Carmo, R. (2007) *Género e espaço social, o caso de uma aldeia alentejana* – Sociologia, problemas e práticas, n.º 54, [s.n.] [s.l.]

Fernandes, M (2004) *A organização dos trabalhadores agrícolas na reforma agrária: o caso de Baleizão*, [s.n.] [s.l.]

Ministério do planeamento (2002) *População e desenvolvimento humano, uma perspectiva de quantificação 1970-1999*, Departamento de Prospectiva e Planeamento, Lisboa

Pimentel, I [s.d.] *A mocidade portuguesa feminina nos dez primeiros anos de vida (1937-47)*, Instituto de História Contemporânea, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa

Rocha, M (1991), *Níveis de fortuna e estruturas patrimoniais no Alentejo: Monsaraz, 1800-50*, in *Análise Social*, vol. XXVI, n.os 112-113, pp. 629-652.

Actas/ Manuais

Actas dos 2^{os} cursos internacionais de verão de Cascais (1995) *Movimentos Sociais e o Poder*, Cascais

Actas dos 3^{os} cursos internacionais de verão de Cascais (1996a) *Literatura, artes e identidade nacional*, CMC, Cascais

Actas dos 3^{os} cursos internacionais de verão de Cascais (1996b) *A mulher e a sociedade*, CMC, Cascais

Batista, C (2007) *Mulheres em tempos de guerra: análise do comportamento e da moda feminina nos anos 20 e 50*, Encontro latino-americano de desenho

CITE - Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego [da] Presidência do Conselho de Ministros e Ministério da Segurança Social e do Trabalho (2003) *Manual de Formação de Formadores/as em Igualdade de Oportunidades entre Mulheres e Homens*, GICEA – Gabinete de Gestão de Iniciativas Comunitárias do Emprego e ADAPT/EQUAL, Lisboa, accessed 18 Jan 2010,

<http://www.cite.gov.pt/Formar_Iguald/PDFs_Manual/M04_01_Capitulo_II_01.pdf>

Jornais / Revistas

A lã é notícia (1965-1967)

A mulher d'hoje (1977)

A mulher no lar (1957-1959)

Actualidades (1913-1915)

Avante! – clandestino (1936-1974)

Avante! (1ª quinzena Dezembro de 1936) *Tribuna feminina*, p.2.

Avante! (2ª quinzena Novembro de 1936) *Tribuna feminina*, p.2.

Extra mulher moderna (1976-1977)

Leão, I (2009) *Recensão de orpheu - percursos e ecos de um escândalo, de Fernando Hilário*, revista da faculdade de ciências humanas e sociais, edições universidade Fernando Pessoa, porto

Magazine (1966-1968)

Moda e beleza (1977)

Modas e bordados (1912-1982)Mulheres (1978)

Mulher moderna (1977)

Nova gente (1976)

Nova moda (1977-1978)

O Jornal da mulher (1979)

Página feminina (1980)

Rita: revista de mulher (1971)

Salomé: a revista para a mulher de sempre (1978-1979)

Tele feminina (1980)

Tele lavoures (1977)

Vestir (1950-1982)

Boletins

Boletim de informação (actividades comunistas) da legião Portuguesa, período eleitoral de 1958, direcção dos serviços culturais, Lisboa

Boletim de informação (actividades comunistas) da legião Portuguesa (1958a) *O PCP e a juventude*, Suplemento nº13, Fascículo II e III, direcção dos serviços culturais, Lisboa,

Boletim de informação (actividades comunistas) da legião Portuguesa (1958b) *Elementos sobre a organização e actividades ilegais de PCF durante a IIª guerra mundial*, Suplemento nº18, direcção dos serviços culturais, Lisboa

Boletim de informação (actividades comunistas) da legião Portuguesa (1958c), *Documentos sobre a guerra revolucionária e sobre a acção psicológica*, Suplemento nº19, direcção dos serviços culturais, Lisboa

Registo filmes

Barros, J (1930) *A severa*

Leitão de Barros (1935) *As pupilas do senhor reitor*

Lopes Ribeiro, A (1937) *A revolução de Maio*

Lopes Ribeiro, A (1940) *O feitiço do império*

Queiroga, P (1952) *Madragoa*

Telmo, J (1933) *A canção de Lisboa*

Webgrafia

As mulheres e o cinema (2009), *A mulher no cinema português*, accessed 08 Abr. 2010, <<http://mulheresecinema.blogs.sapo.pt/2640.html>>

Caminhos da memória (2009a), *Olhares sobre uma ausência: o movimento estudantil no Estado Novo e o feminismo*, accessed 13 Ago. 2010, <<http://caminhosdamemoria.wordpress.com/2009/04/09/olhares-sobre-uma-ausencia-o-movimento-estudantil-no-estado-novo-e-o-feminismo/>>

Caminhos da memória (2009b), *A obra das mães e a caridadezinha*, accessed 06 Fev. 2010, <<http://caminhosdamemoria.wordpress.com/2009/02/19/a-obra-das-maes-e-a-caridadezinha/>>

Cardina, M [s.d.] *Movimentos estudantis na crise do estado novo: mitos e realidades*, accessed 18 Mar. 2010, <<http://www.ces.uc.pt/e-cadernos/pages/pt/numeros/01--2008-ndash-debates-contemporaneos---jovens-cientistas-sociais-no-ces/miguel-cardina-movimentos-estudantis-na-crise-do-estado-novo-mitos-e-realidades.php?lang=PT>>

Centro de investigação para tecnologias interactivas [s.d.] *Estado novo*, accessed 15 Nov.2009, <http://www.citi.pt/cultura/politica/25_de_abril/estado_novo.html>

Chaves antiga (2008) *Juventude da década de 70*, accessed 11 Out. 2010, <<http://chavesantiga.blogs.sapo.pt/2008/04/>>

Couto, A (2005) *O retrato da mulher durante o Estado Novo*, accessed 10 Jan. 2010 <http://jpn.icicom.up.pt/2005/04/26/o_retrato_da_mulher_durante_o_estado_novo.html>

Enciclopédia (2009) *25 de Abril – revolução dos cravos*, accessed 16 Mar. 2010, <http://www.encyclopedia.com.pt/print.php?type=A&item_id=1094>

Folclore alto Alentejo (2008) *Trajes usados no alentejo*, accessed 28 Jan. 2010, <<http://folclorealtoalentejo.blogspot.com/2008/05/trajes-usados-no-alentejo.html>>

Fundação Calouste Gulbenkian [s.d.] *O colecionador, Calouste Sarkis Goulbenkian*, accesses 12 Jan.2010, <<http://www.gulbenkian.pt/index.php?section=2&artId=9>>

Grupo Folclórico e cultural da Boavista (2007) *Trajos de trabalho*, accessed 28 Jan. 2010, <http://www.rtrboavista.org/index.php?option=com_content&task=category§ionid=6&id=31&Itemid=37>

Infopédia [Em linha], Porto: Porto Editora (2003-2010a) *Catarina eufémia*, accessed 11 Set. 2010, <[http://www.infopedia.pt/\\$catarina-eufemia](http://www.infopedia.pt/$catarina-eufemia)>

Infopédia [Em linha], Porto: Porto Editora (2003-2010b) *Censura*, accessed 03 Fev. 2010, <[http://www.infopedia.pt/\\$censura](http://www.infopedia.pt/$censura)>

Infopédia [Em linha], Porto: Porto Editora (2003-2010c) *Estado Novo*, accessed 03 Fev. 2010, <[http://www.infopedia.pt/\\$estado-novo](http://www.infopedia.pt/$estado-novo)>

Infopédia [Em linha], Porto: Porto Editora (2003-2010d) *Política*, accessed 15 Fev. 2010, <<http://www.infopedia.pt/pesquisa-global/pol%C3%ADtica>>

Infopédia [Em linha], Porto: Porto Editora (2003-2010e) *Portugal e a segunda Guerra Mundial*, accessed 10 Fev. 2010, <[http://www.infopedia.pt/\\$portugal-e-a-segunda-guerra-mundial](http://www.infopedia.pt/$portugal-e-a-segunda-guerra-mundial)>

Infopédia [Em linha], Porto: Porto Editora (2003-2010f) *Reforma agrária*, accessed 14 Set. 2010, <[http://www.infopedia.pt/\\$reforma-agraria](http://www.infopedia.pt/$reforma-agraria)>

Jornalismo porto net (2004), *O retrato da mulher durante o estado novo*, accessed 24 Jun. 2010, <http://jpn.icicom.up.pt/2005/04/26/o_retrato_da_mulher_durante_o_estado_novo.html>

Loja das meias [s.d.] *História*, accessed 5 Set. 2010, <http://www.lojadasmeias.pt/lm_historia.php>

Martins, N (2010) *Os políticos tiveram de adaptar o seu estilo a uma nova realidade*, accessed 04 Jul. 2010, <http://jpn.icicom.up.pt/2010/05/25/rodrigo_moita_deus_os_politicos_tiveram_de_adaptar_o_seu_estilo_a_uma_nova_realidade.html>

Movimento democrático de mulheres (2004), *Alguns marcos da luta das mulheres em Portugal*, accessed 28 Abr. 2010, <http://www.mdm.org.pt/index.php?option=com_content&task=view&id=53&Itemid=30>

Os movimentos femininos em Portugal no século XX – o caso particular do mdm [s.d.], accessed 22 Set. 2010,

<http://neh.no.sapo.pt/documentos/os_movimentos_femininos_em_portugal.htm>

Os reis do yé yé (2007) *Portugal, 1967*, accessed 11 Out. 2010,

<http://osreisdoyeye.blogspot.com/2007_10_01_archive.html>

Pimentel, I (2008) *A situação das mulheres no século XX em Portugal*, accessed 28 Dez.

2009 <<http://caminhosdamemoria.wordpress.com/2008/07/07/a-situacao-das-mulheres-no-seculo-xx-em-portugal-1/>>

Trajes antigos do Alentejo [s.d.] *Cefeiras do Alentejo*, accessed 28 Jan. 2010, <<http://traje-antigo-alentejo.blogspot.com/search/label/Cefeiro%28a%29>>

Sites

Porf – Direcção regional de educação do centro, *trajes típicos*, accessed 28 Jan. 2010 <

<http://www.prof2000.pt/users/avcultur/postais/Trajestipicos06.htm>>

Partido comunista português, accessed 12 Dez.2009, <<http://www.pcp.pt/>>

25 de Abril, accessed 12 Dez. 2009, <<http://www.25abril.org/a25abril/>>

Blogues

Folclore alto Alentejo (2008) *Trajes usados no alentejo*, accessed 28 Jan. 2010,

<http://folclorealtoalentejo.blogspot.com/2008/05/trajes-usados-no-alentejo.html>

Portugal em postais antigos, accessed 07 Dez. 2009,

<http://postaisportugal.canalblog.com/albums/region___evora/index.html>

Trajes antigos do Alentejo, blog [s.d.] accessed 28 Jan. 2010, <<http://traje-antigo-alentejo.blogspot.com/>>